

CRIME E PUNIÇÃO NA
AMAZÔNIA LEGAL

HOMICÍDIOS

PROF RODOLFO JACARANDÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



PROF. RODOLFO JACARANDÁ

SOCIEDADES

PUNITIVAS

GRUPO DE PESQUISA – UNIR / CNPQ

2024

ISBN nº 978-65-01-25129-5

Catálogo da Publicação na Fonte
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR

J12c Jacaranda, Rodolfo de Freitas.
Crime e punição na Amazônia Legal: homicídios / Rodolfo de Freitas Jacaranda. - Porto Velho, 2024.

84f.: il.

Relatório. Grupo de Pesquisa Sociedades Punitivas. Departamento de Filosofia. Núcleo de Ciências Humanas. Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1. Homicídios. 2. Amazônia. 3. Crime. I. Jacarandá, Rodolfo de Freitas. II. Título.

Biblioteca Central

CDU 343.6(047)

Bibliotecário(a) Marcelo Garcia Cardoso

CRB-11/1080

ISBN nº 978-65-01-25129-5

Com a colaboração técnica de

- Prof. Ricardo Gilson da Costa (PPGG/DHJUS/UNIR)
- Mayk da Silva Sales (UNIR)
- Joesér Alvares da Silva - Museu Imaterial da Imagem e do Som de Rondônia (<https://miis-ro.org/>)
- Prof. Marcelo Xavier (DCJ/UNIR)

Para ter acesso às tabelas com os dados completos de todas as séries históricas apresentadas neste relatório, acesse: www.rodolfojacaranda.com

Como referenciar:

JACARANDÁ, Rodolfo. **Crime e punição na Amazônia Legal: Homicídios**. Grupo de Pesquisa Sociedades Punitivas UNIR/CNPq. Porto Velho, Rondônia, 2024. Disponível em: <https://rodolfojacaranda.com/publicacao/crime-e-punicao-na-amazonia-legal-homicidios/> ; Acesso em:



Crime e punição na Amazônia Legal: Homicídios © 2024 by **Rodolfo Jacarandá** is licensed under **CC BY-NC-ND 4.0**

Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International. To view a copy of this license, visit: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

É permitido copiar, distribuir, exibir, executar e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Agradecimentos

Agradeço aos amigos e colegas que colaboraram com a produção deste relatório, em especial

ao Prof. Marcelo Xavier (DCJ/UNIR), ao Joesér Alvares da Silva e ao Museu Imaterial da Imagem e do Som de Rondônia, pela cessão das imagens que o ilustram;

ao Prof. Ricardo Gilson da Costa (PPGG/DHJUS/UNIR) pela colaboração com a pesquisa e a produção intelectual;

ao Mayk da Silva Sales, aluno do Direito da UNIR, pela produção das imagens de espacialização dos dados;

e a cada estudante da Universidade Federal de Rondônia que ao longo dos últimos 10 anos atuou e colaborou comigo nas atividades do Grupo de Pesquisa Ética e Direitos Humanos e mais recentemente no Grupo de Pesquisa Sociedades Punitivas CNPq/UNIR.

Dedicatória

À Indara Araújo Alcântara (in memoriam), em nome de todos os alunos e de todas as alunas que se dedicam, contra tantas dificuldades, à pesquisa científica e à luta por direitos na Amazônia.



SUMÁRIO

1 Homicídios no mundo	04
1.1 Introdução	04
1.2 Homicídios por continentes	05
1.3 Homicídios de mulheres no mundo.....	07
2. Homicídios nos estados da Amazônia Legal	12
2.1 Observações metodológicas sobre o estudo de homicídios nos estados amazônicos	13
2.2 Homicídios por UF na Amazônia 2011 a 2023	14
2.3 Análise de homicídios por regiões amazônicas – Amazônia Legal (AML) e Amazônia Ocidental (AOC)	17
<i>I. Principais problemas e desafios para a segurança pública na Amazônia</i>	20
2.4 Homicídios de mulheres na Amazônia – por UF	24
<i>II. O combate à violência contra a mulher na Amazônia</i>	28
3 Homicídios na Amazônia por municípios	32
3.1 Observações metodológicas sobre o estudo de homicídios em municípios na Amazônia Legal	32
3.2 Homicídios nos municípios da Amazônia Legal 1996 a 2023	35
3.3 Os 10 municípios mais violentos da Amazônia 1996–2023	37
3.4 Municípios com mais de 100 mil habitantes	40
<i>III Manaus: desenvolvimento e violência</i>	43
3.5 Homicídios nas capitais amazônicas	45
<i>IV. Porto Velho: uma capital entre o inferno verde e o eldorado amazônico</i>	58
3.6 Homicídios de mulheres nos municípios amazônicos.....	61
3.7 Homicídios de mulheres nas capitais amazônicas	66
<i>V. Rondônia: colonização, fronteira neoextrativista e impactos territoriais – Ricardo Gilson da Costa</i>	67
3.8 Homicídios nos municípios da AMACRO	74
<i>VI. AMACRO: desafios e impactos relacionados ao agronegócio e ao desmatamento</i>	82
4 Referências	85

PRINCIPAIS ACHADOS 1996 A 2023

**TOTAL DE PESSOAS
ASSASSINADAS EM
MUNICÍPIOS
AMAZÔNICOS**

**AMAZÔNIA
LEGAL
216.456**

Municípios da Amazônia -
pessoas assassinadas entre
1996 e 2023.

**DIFERENÇA PARA A
MÉDIA NACIONAL
DE HOMICÍDIOS
POR UF**

**AMAZÔNIA
LEGAL
52%**

Os estados amazônicos
atingiram em 2023 uma
média 52% superior de
mortes violentas
intencionais, com relação à
média nacional - 34,57 x
22,80 - a maior diferença da
série histórica.

**CAPITAL
AMAZÔNICA MAIS
VIOLENTA**

**Porto
Velho (RO)
50,75**

Taxa média de homicídios
1996 a 2023 (contra uma
média de 42,41 em todas as
9 capitais - dados por
municípios).

**ESTADO LÍDER EM TOTAL
DE HOMICÍDIOS POR
MUNICÍPIO**

**PARÁ
71.616**

Pessoas assassinadas nos
municípios do Pará entre
1996 e 2023 - estado líder
na Amazônia.

**MÉDIA REGIONAL POR UF
MAIS ALTA DE HOMICÍDIOS
DE MULHERES**

**AMAZÔNIA
OCIDENTAL
5,92**

Homicídios de mulheres por
UF na Amazônia Ocidental
(AC, AM, RO e RR), taxa média
de mortes violentas
intencionais (MVI) de 2016 a
2023. Brasil: 3,91. Global: 2,2;
Américas: 3,4.

**MUNICÍPIO MAIS VIOLENTO
DA AMAZÔNIA**

**Alto Alegre
(RR)
94,97**

Município com a taxa média
mais alta de homicídios na
Amazônia, de 1996 a 2023.

PRINCIPAIS ACHADOS

AMAPÁ
44,45

Estado amazônico com a taxa média mais alta de mortes violentas intencionais entre 2011 e 2023 (contra a média amazônica de 32,91 e a média nacional de 26,46).

MULHERES ASSASSINADAS NOS MUNICÍPIOS

14.186

Mulheres assassinadas nos municípios amazônicos entre 2000 e 2023.

Região Norte
164%

Municípios da Região Norte - aumento da taxa de homicídios, entre 1996 e 2023 - contra 124% do Brasil.

AMAZÔNIA Ocidental
21,29

Taxa média de homicídios nos municípios amazônicos de Rondônia, Acre, Roraima e Amazonas, contra 17,87 do Brasil 1996 a 2023.

MARABÁ (PA)
75,24

Município com a taxa média de homicídios mais alta em municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes, de 1996 a 2023.

AMAZÔNIA LEGAL
36,30

Municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes - taxa média de homicídios, de 1996 a 2023.

MACAPÁ (AP)
326

Município amazônico líder absoluto em mortes causadas por intervenções legais, chegando a 6% do total de homicídios.

MANAUS (AM)
21,277

Líder amazônica em total de homicídios causados por agressões - 1996 a 2023.

RORAIMA
12,04

Estado amazônico com a taxa média mais alta de homicídios de mulheres por municípios.

AMAZÔNIA OCIDENTAL
5,75

Taxa de homicídio de mulheres em municípios amazônicos, contra média nacional de 3,95 - DATASUS.

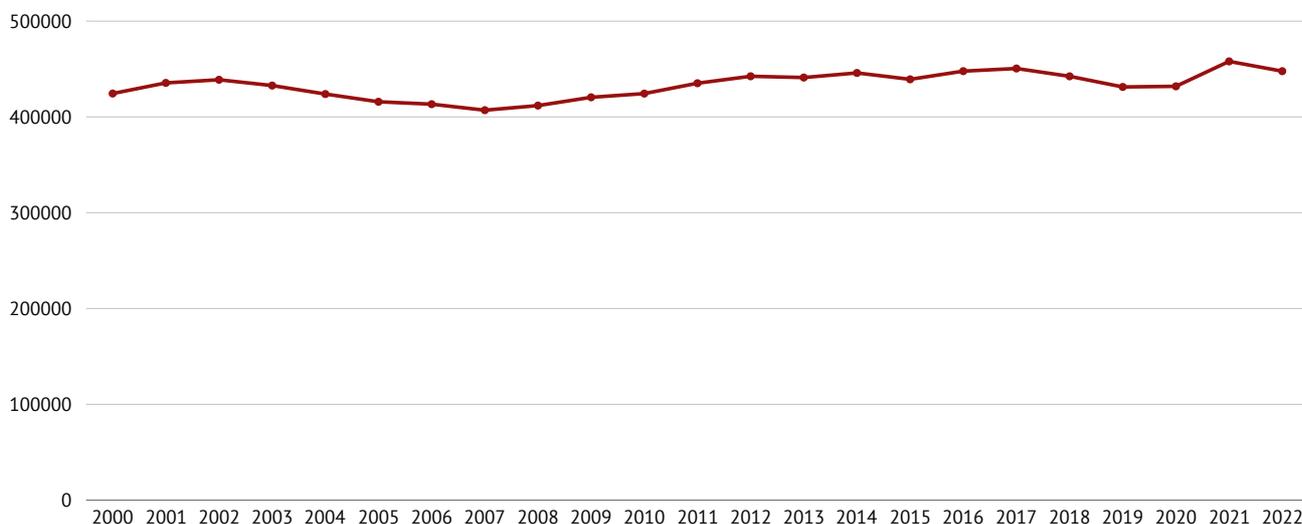
1 Homicídios no mundo

Quase meio milhão de pessoas são assassinadas todos os anos no mundo. O Brasil é líder global em total de homicídios.

1.1 Introdução

O Escritório de Crimes e Drogas da Organização das Nações Unidas (UNODC, 2023a) estima que em 2022 mais de 447 mil pessoas tenham sido assassinadas no mundo todo*. Esse número representa um aumento de 123% com relação às 362.000 mortes registradas em 1990. Embora tenha havido uma queda nas estimativas globais de homicídio durante o auge da pandemia, em 2020, os números voltaram a subir rapidamente em 2021 e extrapolaram o recorde anterior – que havia sido o ano de 2017 (com 457 mil mortes em 2021, contra 450 mil em 2017).

GRÁFICO 1. Homicídios no mundo, 2000 a 2022 - em números absolutos.

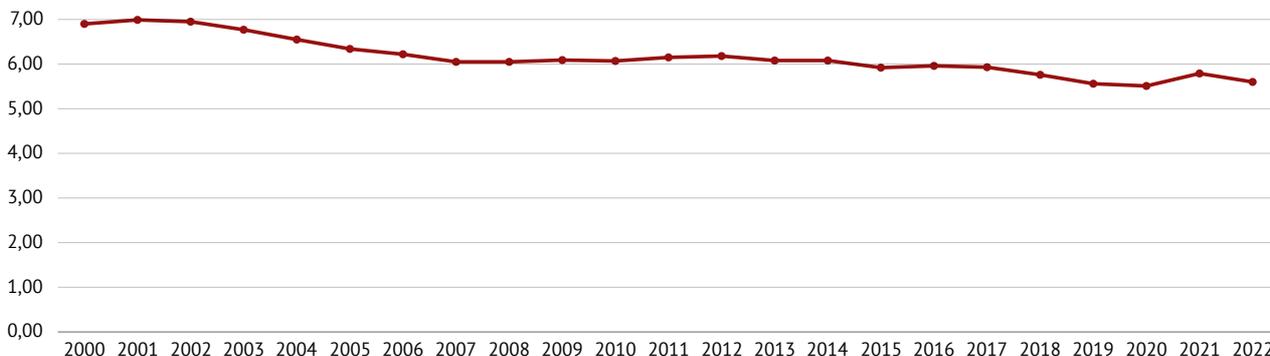


Fonte: UNODC 2024. DATA UNODC. Dados atualizados até abril de 2024. Os dados do DATA UNODC podem apresentar algumas diferenças com relação ao Global Study on Homicide, especialmente com relação ao último publicado em 2023, por que as informações no DATA UNODC são atualizadas constantemente.

* United Nations Office on Drugs and Crime. O UNODC define “homicídios” a partir da contagem de vítimas de “homicídio intencional”, contendo 3 elementos: objetivo (a ocorrência da morte), subjetivo (a intenção de matar) e legal (a proibição da conduta) (UNODC, Vienna, 2015). Os dados enviados pelos países podem ser provenientes do sistema de justiça criminal ou do sistema de saúde. No caso desse último, “homicídios” são definidos como “óbitos por causas externas” perpetrados por agressões. A classificação do Código Internacional de Doenças, 10ª revisão, para essas mortes é o intervalo definido pelas categorias X85-Y09. Ao longo deste relatório, utilizaremos 2 fontes para a definição desses números no Brasil: dados de mortes violentas intencionais, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, cujos números enviados pelas unidades da federação são provenientes dos sistemas policiais de informação; e os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (DATASUS/SIM/SUS). Em alguns cenários, como no caso dos homicídios por cidades, usaremos outras categorias, como “mortes causadas por intervenções legais e operações de guerra” (Y35-Y36) e “mortes por causas indeterminadas” (Y10-Y34), para calcular taxas de homicídios. As justificativas estarão disponíveis em cada seção do relatório.

Com o aumento populacional variando acima da velocidade do aumento das mortes, as taxas por 100 mil habitantes seguem numa direção contrária, e estão em queda desde 2000. Na série histórica da ONU foram registrados no ano de 2022 aproximadamente 5,6 homicídios por 100 mil habitantes de média global, com uma leve tendência de alta pós-pandemia.

GRÁFICO 2. Homicídios em todo o mundo, 2000 a 2022 - taxa por 100 mil habitantes.



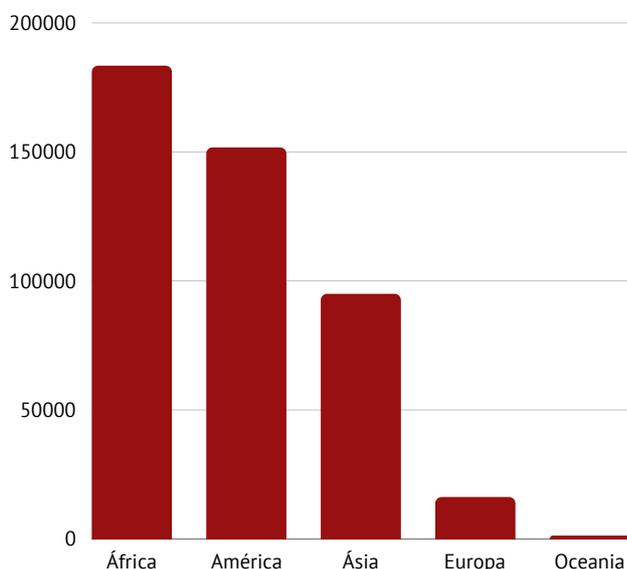
Fonte: UNODC 2024. DATA UNODC. Dados atualizados até abril de 2024.

1.2 Homicídios por continentes

África e América se revezam no posto de continente 1º colocado em homicídios no mundo. Em 2021, a África registrou o maior número absoluto de homicídios e a América a maior taxa por 100 mil habitantes.

No ano mais letal já registrado pelo UNODC com a metodologia atual, 2021, foram anotados 457.945 homicídios em todo o mundo.

GRÁFICO 3. Homicídios por continente (total), 2022.



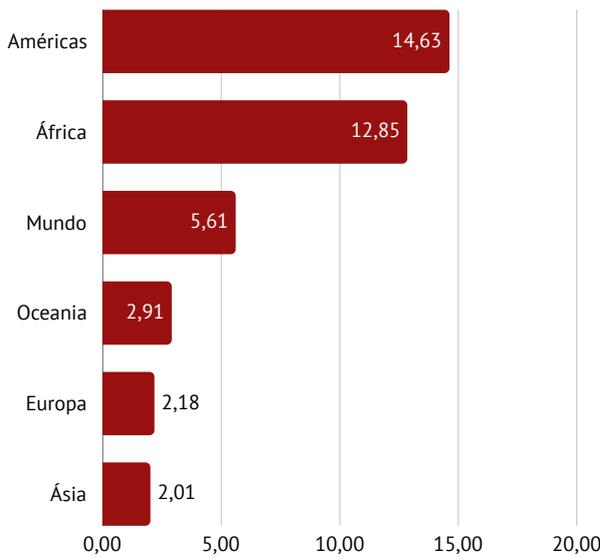
Fonte: UNODC 2024. DATA UNODC.

➡ **447.726**
Homicídios no mundo em 2022

➡ **64.078**
Brasil atingiu recorde de homicídios em 2017

➡ **5,61**
Taxa global por 100 mil habitantes em 2022

GRÁFICO 4. Homicídios por continente (taxa), 2022.

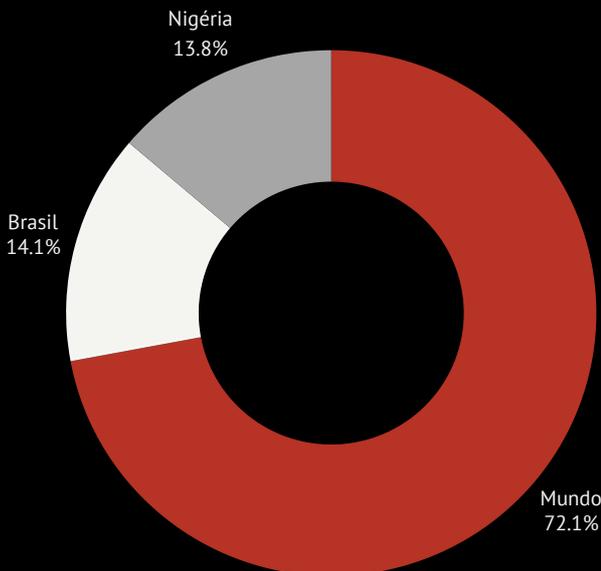


Fonte: UNODC 2024. DATA UNODC.

As estimativas globais possuem algumas lacunas importantes, como no caso de alguns países em guerra e regiões onde o acesso a dados confiáveis é escasso. As ausências de dados precisos de maior impacto para o valor total de homicídios se referem a países africanos, como é o caso da República Democrática do Congo, Nigéria, Sudão do Sul e República Centro-Africana.

A ONU, contudo, produz estimativas em parceria com agências de estado e institutos de pesquisa para definir o cenário global. No último estudo de maior alcance sobre o assunto o UNODC estimou que a Nigéria teria alcançado, em 2017, 64.000 homicídios - com uma taxa de 34 mortes por 100 mil habitantes (UNODC, 2019, p. 18).

GRÁFICO 5. Homicídios no mundo, no Brasil e na Nigéria em 2017.



Fonte: UNODC 2019a.

No mesmo ano, 2017, o Brasil vivenciou o período de maior violência homicida de sua história recente. Os dados consolidados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam 64.078 homicídios (FBSP, 2018). No Sistema De Informação de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/DATASUS), considerando apenas mortes por agressões e intervenções legais (critérios comumente aceitos nos padrões internacionais), foram 65.602 assassinatos.

Assim, dos 460.000 homicídios relatados pelo escritório da ONU em 2017, Brasil e Nigéria responderam pela assustadora marca de pouco mais de 28% do total - embora possuam menos de 5% da população mundial.

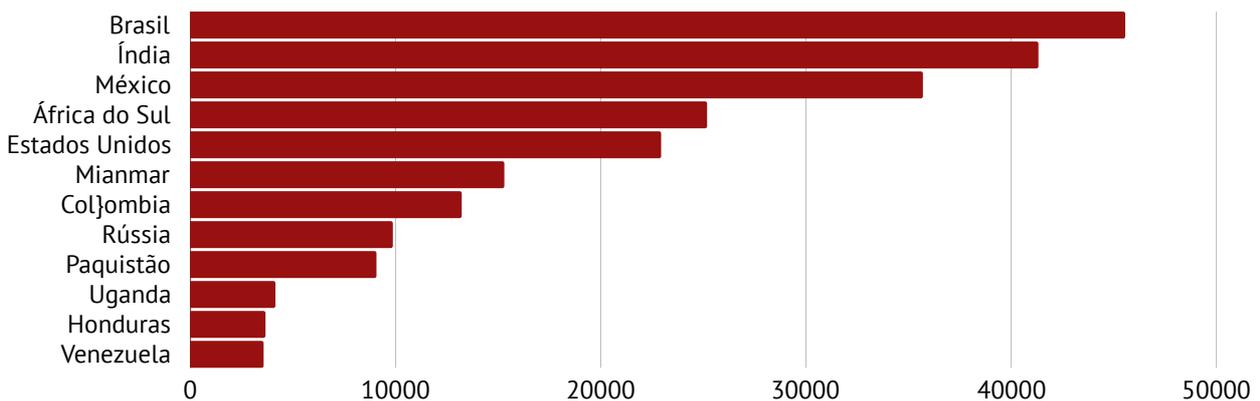
Em 2017, Brasil e Nigéria registraram 28% de todos os homicídios do planeta.

Embora a taxa de homicídios esteja em queda no Brasil desde 2017, ela ainda permanece muito alta, considerada a média global. Em 2023 a taxa de homicídios no país ficou em 22,8 mortes por 100 mil habitantes (FBSP, 2024), quase 4 vezes superior à taxa global. Brasil, Colômbia e Venezuela possuem as taxas de homicídios mais altas na América do Sul e são os países que se mantêm por mais tempo nesse patamar em todo o subcontinente.

Considerando os 36 países das 3 Américas, com dados consolidados de 2022, o Brasil é responsável, sozinho, por cerca de 30% de todos os homicídios no continente, forçando a elevação da taxa média regional. Os Estados Unidos, com seus mais de 340 milhões de habitantes, possuem uma taxa de cerca de 6,38 homicídios por 100 mil habitantes.

Quando as taxas de homicídios nos Estados Unidos são comparadas com outros países ricos é possível notar uma enorme disparidade: a taxa média de homicídios nos países da Europa ocidental é de cerca de 1 morte por 100.000 habitantes – 1,7 na Bélgica, e 1,2 na França; 0,6 e 0,5 na Holanda e Suíça, respectivamente. No sudeste da Ásia esse valor sobe para 2,5, em média. Na Tailândia a taxa fica por volta em 3,6 e na Indonésia, país bastante populoso, o valor é de 0,3 assassinatos por 100 mil habitantes.

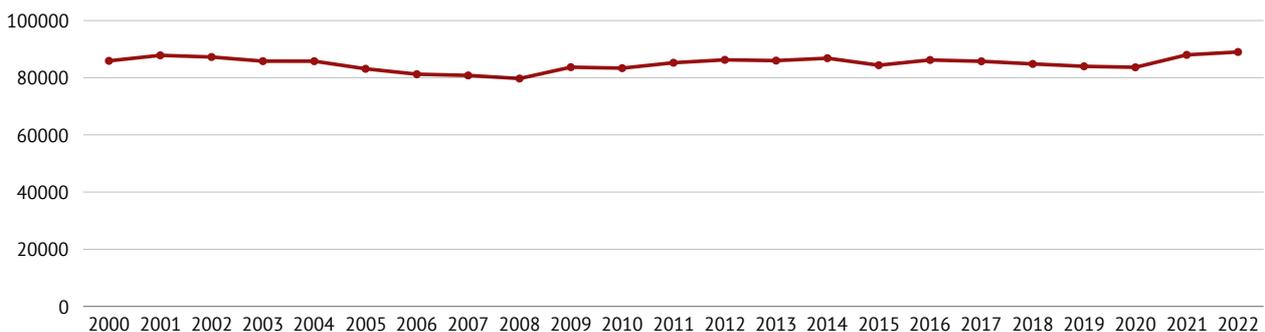
GRÁFICO 6. Homicídios em países do mundo, 2021 - total de mortes.



Fonte: UNODC 2024. DATA UNODC. Os dados de 2021 estão mais completos, por países, no DATA UNODC, razão pela qual esse ano foi escolhido para a comparação entre países.

1.3 Homicídios de mulheres no mundo

GRÁFICO 7. Homicídios de mulheres no mundo 2000 a 2022 - total de mortes.



Fonte: UNODC, 2023b - Gender-Related Killings of Women and Girls (Femicide/Feminicide) - Global estimates of female intimate partner/family-related homicides in 2022.

Em média, de 18 a 20% das pessoas assassinadas em todo o mundo, por ano, são mulheres. Em números absolutos, a Índia é o país onde mais mulheres foram assassinadas em 2021: 17.012. Estados Unidos (4.974), México (4.002) e Brasil (3.965) vêm logo a seguir.

No final de 2023 o UNODC publicou um novo relatório específico sobre feminicídios e violência letal de gênero contra mulheres e meninas em todo o mundo. Ao contrário da queda recente registrada no número absoluto de homicídios, as mortes de mulheres estão aumentando, sobretudo na África e nas Américas. No total, foram quase 89.000 mortes identificadas pela equipe do UNODC, a partir de informações enviadas por 99 países - o maior número registrado desde 2000 (UNODC, 2023a).

Em 2022, 48.000 dos homicídios de mulheres foram cometidos por parceiros íntimos ou membros da mesma família da vítima. Do total das vítimas de homicídios, as mulheres são 53% de todas as vítimas assassinadas dentro de casa e 66% de todas as vítimas - homens ou mulheres - mortas por parceiros íntimos.

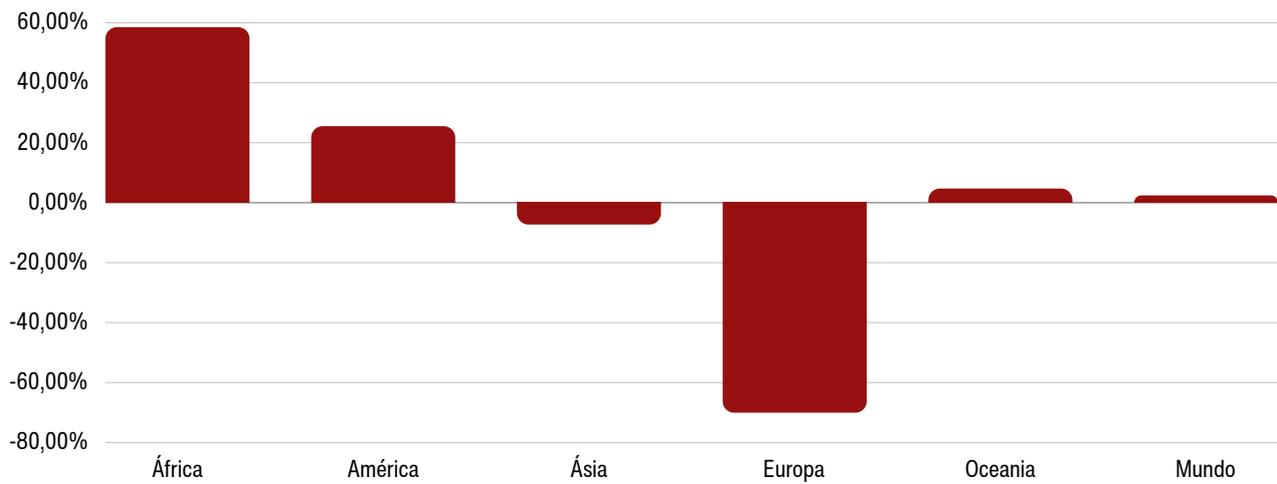
Os maiores destaques negativos ficaram por conta do expressivo aumento das mortes de mulheres na África, entre 2017 e 2022, que respondeu por mais de 20.000 dessas mortes. Mas, os Estados Unidos também despontaram negativamente no mesmo período, anotando um aumento de 29% nos registros de mortes de mulheres (UNODC, 2023a).

TABELA 1. Homicídios de mulheres no mundo em 2021 - países que mais matam (total de mortes).

País	Região	Total
Índia	Ásia	17.012
Estados unidos	América	4.974
México	América	4.002
Brasil	América	3.965
Rússia	Europa	2.568
Mianmar	Ásia	1.969
Colômbia	América	1.069
Quênia	África	706
Guatemala	América	545
Turquia	Ásia	434
Alemanha	Europa	337
Honduras	América	329
Argentina	América	308
Iraque	Ásia	236
França	Europa	228
Equador	América	227
Reino Unido	Europa	198
Canadá	América	197
Uzbequistão	Ásia	179
Bolívia	América	175

Fonte: DATA UNODC, 2024. Dados atualizados até abril de 2024. Os dados de 2021 estão mais completos, por países, no DATA UNODC, razão pela qual esse ano foi escolhido para a comparação entre países.

GRÁFICO 8. Homicídios de mulheres: comparação entre 2000 e 2021.



Fonte: DATA UNODC.

Entre 2000 e 2021, apenas Europa e Ásia reduziram o número de mulheres vítimas de homicídios. Essa queda do total de mortes chegou a 70% na Europa e a 7,18% na Ásia. Na África, no mesmo período a vitimização e mulheres avançou 51%, enquanto nas Américas aumentou 25,53%. O crescimento global de homicídio de mulheres ficou em 2% entre 2000 e 2021.

GRÁFICO 8.1. Homicídios de mulheres por continente e no mundo, 2021- taxa por 100 mil mulheres



Mundo 2,2



Fonte: UNODC, 2023a - Booklet Special Points of Interest (p. 10)

Em geral, quanto maior é a taxa de homicídios em um país, menor é o percentual de participação do homicídio de mulheres nesse valor. A explicação é a seguinte: em sua grande maioria, os homens são vítimas de homicídios em crimes cometido nas ruas, em confronto homens-homens. No caso das mulheres, os homicídios ocorrem majoritariamente no ambiente doméstico, onde as mulheres são agredidas por homens, sejam companheiros íntimos ou outros membros da própria família. Pesquisas realizadas em todo o mundo confirmam que os homicídios contra mulheres e meninas em sua maioria são motivados por regras sociais e familiares tolerantes com o comportamento violento dos homens.

TABELA 2. Homicídios de mulheres provocados por familiares ou parceiros íntimos, por continente, 2022.

Local	Total de homicídios	Taxa por 100 mil mulheres	Mulheres mortas por parceiros/família (taxa)
Mundo	48.900	2,2	1,2
Ásia	18.400	1,5	0,8
África	20.000	4,6	2,8
Américas	7.900	3,4	1,5
Europa	2.300	1,2	0,6
Oceania	200	1,2	1,1

Fonte: UNODC 2023b. Gender-Related Killings of Women and Girls (Femicide/Feminicide)

É possível mapear alguns desses comportamentos e associá-los ao aumento dos homicídios de mulheres. É o caso de uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde que identificou que homens com educação limitada acerca das diferenças de gênero, história de abuso na infância, exposição à violência doméstica contra as mães dentro de casa e o uso imoderado e prejudicial de álcool são fatores incidentes do comportamento violento dos homens contra suas parceiras ou mulheres de sua família. Efeito semelhante possui a educação e a convivência em culturas fortemente marcadas por normas desiguais de tratamento pessoal e coletivo, a valorização social do controle e da posse e outras atitudes de domínio dos homens sobre as mulheres (WHO, 2017).

Cenário similar atinge os homens adolescentes, já que um ambiente com alta tolerância à cultura de violência contra a mulher tende a criar um cenário imune às reações à violência ou mesmo à mudança das normas de comportamento (UNODC, 2019).

***6.4 em cada 10 mulheres
assassinadas em todo mundo
foram mortas por alguém
com quem mantinha relações
familiares.***



2. Homicídios nos estados da Amazônia Legal

O Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública é publicado desde 2007, com dados relativos ao ano de 2005. A primeira definição do indicador usado para homicídios foi de “crimes letais intencionais”. Nos anos seguintes a metodologia de definição de homicídios foi aprimorada até compor o atual “mortes violentas intencionais” (MVI), que será usado neste relatório para a seção sobre unidades da federação (UF).

No Anuário, as UF são classificadas em grupos de qualidade de envio de informações. Com frequência, os estados amazônicos ocupam as piores posições nesse ranking e em vários anos a falta de dados prejudicou a formação de um cenário consolidado sobre homicídios em todo o país. Desde 2011, contudo, não há lacunas nesses dados, razão pela qual escolhemos elaborar a série histórica para UF entre esse ano e 2023.



2.1 Observações metodológicas sobre o estudo de homicídios nos estados amazônicos

Não existe uma metodologia unificada para contabilizar os homicídios no Brasil. Desde o ano de 2005, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Fórum) informa, em seu Anuário, os dados repassados por instituições policiais e do sistema de justiça. A definição de “mortes violentas intencionais (MVI)” corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora.

O Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, IPEA, por outro lado, utiliza metodologia distinta, e calcula as taxas de homicídios com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS). Em 2016 o IPEA publicou um primeiro relatório sobre homicídios no Brasil, e a partir de 2017 o instituto passou a publicar, anualmente, o Atlas da Violência. No SIM/DATASUS os óbitos por causas externas são lançados com base no Código Internacional de Doenças, décima versão (CID-10) – a mesma metodologia usada pelo Escritório de Crimes e Drogas da ONU (UNODC).

Há, basicamente, três categorias de mortes informadas nos sistemas de saúde em todo o mundo que são usadas para medir os homicídios: mortes por agressões (intervalo X85-Y09); mortes por intervenções legais ou operações de guerra (Y35-Y36) e mortes por causas externas indeterminadas (Y10-Y34).

As mortes violentas por causas externas indeterminadas (MVCI) representam um conjunto de óbitos mal classificados que podem esconder dados reais sobre homicídios. Apenas entre 1996 e 2022 foram mais de 320 mil mortes violentas sem causa determinada no Brasil. Em estudo recente, Cerqueira e Lins, concluíram, com ajuda de métodos estatísticos inovadores de *machine learning*, que 43,6% dessas mortes são, na verdade, homicídios ocultos (2024, p. 35). Em média, apontam os pesquisadores do IPEA, são 4.492 homicídios ocultos por ano no país. Em estados como São Paulo, p. ex., as mortes violentas por causas indeterminadas chegam a ser quase 30% superiores aos registros de homicídios.

A subnotificação de homicídios, alerta o estudo, altera diagnósticos e avaliações de políticas públicas, relativiza a redução em algumas UF e afeta sensivelmente o entendimento da dinâmica criminal no país (2024, p. 44).

Neste relatório, utilizaremos os dados de mortes violentas intencionais do Fórum para analisar as unidades da federação (UF), e os dados do DATASUS para analisar os municípios. Nesse caso, aplicaremos o fator encontrado pelos pesquisadores do IPEA (homicídios estimados) nas mortes por causas externas indeterminadas para definir as taxas municipais.

Dados por UF

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com dados dos anos 2011-2023 - série mais completa, com informações de todas as UF em todos os anos. Conceito de “mortes violentas intencionais”, com informações das instituições de segurança pública.

Dados por Municípios

Fonte: SIM/DATASUS, com informações dos sistemas de saúde, e com a utilização do indicador do IPEA para inclusão de informações sobre mortes por causas indeterminadas (conceito de homicídios “estimados”). Para homicídios usaremos dados de 1996 a 2023; e para homicídios de mulheres, de 2000 a 2023.

2.2 Homicídios por UF na Amazônia 2011 a 2023

121.449 pessoas foram assassinadas nas UF da Amazônia, entre 2011 e 2023.

Em média, 9.342 pessoas são vítimas de homicídios na Amazônia, todos os anos, desde 2011. Nesse período, de acordo com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 121.449 pessoas foram vítimas de mortes violentas intencionais nos estados amazônicos. O estado campeão de mortes é o Pará, com 44.060 pessoas assassinadas, seguido por Maranhão (25.038) e Amazonas (16.504).

A taxa média de homicídios mais alta dos estados da Amazônia Legal é do Amapá, com 44,45 mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes, entre 2011 e 2023. O estado no extremo Norte também registrou a taxa de homicídios mais alta do país em 2023, com 69,90. O Pará ficou na segunda colocação, com 40,96 e o Acre em terceiro, com 32,98. A média anual dos 9 estados que compõem a Amazônia Legal ficou em 32,91, bem acima da média nacional para o período, de 26,46.

TABELA 3. Homicídios por UF, 2011-2023 – UF da Amazônia Legal

UF	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	média
Amapá	3,40	24,80	33,30	36,50	32,60	51,00	54,40	58,30	54,50	41,70	67,40	50,00	69,90	44,45
Pará	15,50	41,70	44,40	44,60	46,10	50,90	54,10	55,40	40,60	32,50	36,70	37,20	32,80	40,96
Acre	19,80	24,90	27,70	25,80	29,10	45,10	63,90	48,00	33,60	32,90	23,60	28,60	25,80	32,98
Amazonas	31,00	32,10	25,90	31,00	36,70	29,70	31,60	30,20	28,30	26,50	42,80	38,80	35,60	32,32
Mato Grosso	33,00	33,60	35,50	43,50	37,50	35,50	31,50	28,40	26,00	28,10	24,60	29,30	31,70	32,17
Roraima	13,00	15,30	21,90	15,70	20,20	41,20	40,40	66,60	36,20	29,20	37,40	31,30	27,80	30,48
Rondônia	26,30	31,80	28,60	30,90	30,70	32,80	28,00	24,50	22,60	23,00	30,10	34,80	29,90	28,77
Maranhão	23,20	24,60	26,20	31,50	33,00	33,70	29,40	25,30	22,10	28,70	29,90	28,00	28,00	27,97
Tocantins	19,80	22,10	21,60	23,60	26,10	30,10	24,40	26,00	25,90	28,50	28,90	32,10	29,60	26,05
Média anual	20,56	27,88	29,46	31,46	32,44	38,89	39,74	40,30	32,20	30,12	35,71	34,46	34,57	32,91
Brasil	24,54	28,19	27,80	29,50	28,60	29,90	30,90	27,60	22,70	23,80	24,00	23,60	22,80	26,46

Fonte: Anuário 2013 a 2024, FBSP. Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes.

Amapá



O Amapá apresentou uma flutuação significativa ao longo do período analisado. A taxa mais baixa foi registrada em 2011, com 3,40 homicídios por 100 mil habitantes, enquanto a mais alta ocorreu em 2023, com 69,90. A média geral de 2011 a 2023 foi de 44,45. O aumento acentuado das taxas em alguns anos, como 2016 e 2018, indica picos específicos de violência que podem estar relacionados a fatores socioeconômicos ou de segurança pública.

Pará



O Pará apresentou a maior média entre as UFs da Amazônia Legal, com 40,96 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa mais alta foi em 2017, com 54,10, e a mais baixa em 2023, com 32,80. Os dados mostram uma tendência de queda recente após um período de alta violência na década de 2010.

Acre



O Acre apresentou uma média de 32,98 homicídios por 100 mil habitantes durante o período. A taxa mais alta foi em 2017, com 63,90, seguida de um declínio nos anos subsequentes. Essa dinâmica indica que o Estado enfrentou um aumento significativo da violência por um período, com redução a partir de 2018.

Amazonas



No Amazonas, a média de homicídios foi de 32,32. A maior taxa foi observada em 2021, com 42,80, seguida por uma ligeira redução nos anos seguintes. A consistência das taxas acima de 30 homicídios por 100 mil habitantes em vários anos sugere um problema crônico de violência.

Mato Grosso



O Mato Grosso apresentou uma média de 32,17 homicídios por 100 mil habitantes. A maior taxa ocorreu em 2014, com 43,50, enquanto a mais baixa foi em 2023, com 31,70. Embora as taxas apresentem uma tendência de estabilização nos últimos anos, o nível ainda é alto em comparação com a média nacional.

Roraima



Roraima registrou uma média de 30,48 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa mais alta foi em 2018, com 66,60, e a mais baixa em 2011, com 13,00. O Estado teve um aumento dramático de homicídios durante a segunda metade do período analisado, indicando as crises sociais e nos sistemas de segurança decorrentes do aumento da presença de facções criminais no estado e da violência urbana nas maiores cidades, sobretudo a partir de 2017.

Rondônia



Rondônia apresentou uma média de 28,77 homicídios por 100 mil habitantes, com picos em 2022, alcançando 34,80, e a taxa mais baixa em 2019, com 22,60. Apesar da redução em 2023, as oscilações sugerem desafios na manutenção de políticas públicas efetivas de segurança. Sua capital, Porto Velho, continua registrando aumento de homicídios e em algumas das maiores cidades no interior do estado a tendência continua sendo de alta.

Maranhão



O Maranhão teve uma média de 27,97 homicídios por 100 mil habitantes. O maior pico ocorreu em 2015, com 33,00, seguido por uma relativa estabilidade nos anos seguintes. Esse padrão sugere uma melhora nas políticas de segurança ou em outros fatores de controle de criminalidade.

Tocantins



O Tocantins apresentou a menor média entre as UFs da Amazônia Legal, com 26,05 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, a taxa mais alta foi em 2022, com 32,10. O Estado mostrou um aumento gradativo ao longo do tempo, refletindo um crescimento da violência.

2.3 Análise de homicídios por regiões amazônicas - Amazônia Legal (AML) e Amazônia Ocidental (AOC)

Amazônia Legal

41,53%

Amazônia Legal

Aumento da taxa
média de MVI entre
2011 e 2023



A Amazônia Legal apresentou uma média de 32,91 homicídios por 100 mil habitantes no período analisado. A taxa inicial foi de 20,56 em 2011 e atingiu seu pico em 2017, com 39,74. Houve uma ligeira queda nos anos seguintes, fechando 2023 com uma taxa de 34,57. Esse comportamento reflete uma região caracterizada por incertezas persistentes e uma evidente falta de políticas bem orientadas para a área da segurança pública. As crises recentes de segurança no Amapá têm ajudado a elevar as taxas médias de homicídios na região. Amazonas, Pará e Mato Grosso também colaboraram nesse esforço registrando taxas que colocaram esses estados nas 10 primeiras posições do ranking nacional em 2023. O estado do registrou a taxa mais baixa em 2023, 25,80, ainda assim, mais alta do que a média nacional, de 22,80. Considerando o último triênio, 2021-2023, a tendência é de estabilidade das taxas na região.

Amazônia Ocidental

A Amazônia Ocidental teve uma média de 31,14 homicídios por 100 mil habitantes, com uma taxa inicial de 22,53 em 2011 e um aumento até 2017, quando alcançou 40,98. A taxa em 2023 foi de 29,78, mostrando uma tendência de redução nos últimos anos.

O Amazonas tem pressionado as taxas dessa região para cima nos últimos três anos, tendo chegado a atingir 42,80 mortes violentas intencionais em 2021. Assumindo apenas os dados de 2023, Rondônia anotou a segunda taxa mais alta de homicídios da região, 29,90. Embora seja um valor mais baixo do que 2022 e 2021, ainda é uma taxa alta considerando que o estado atravessou os anos das piores crises de segurança do Brasil, entre 2016 e 2019, com números bem mais baixos de homicídios, chegando a registrar uma taxa de 22,60 homicídios por 100 mil habitantes em 2019.



26,46

Média nacional

Média das taxas de MVI alcançadas pelo país entre 2011 e 2023.

31,14

Amazônia Ocidental

Os estados da Amazônia Ocidental obtiveram resultado 17,71% acima da média nacional de MVI

32,91

Amazônia Legal

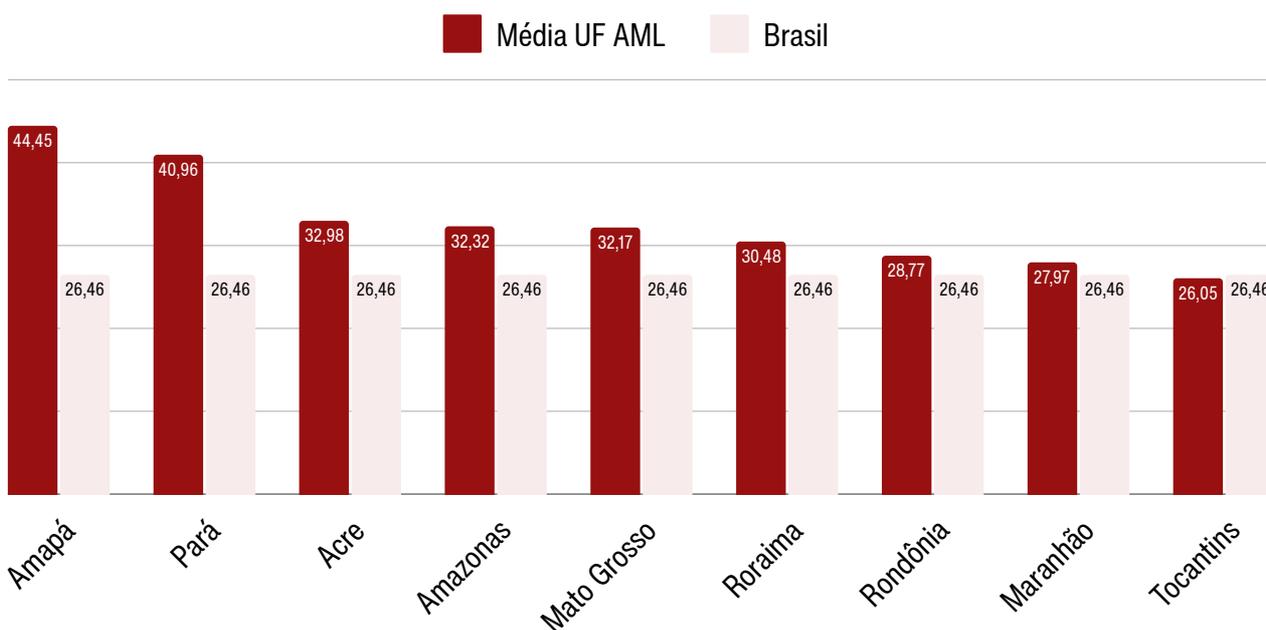
Os estados amazônicos em conjunto mantiveram média 24,38% superior à média nacional de MVI entre 2011 e 2023

A média nacional de homicídios no Brasil para o período entre 2011 e 2023 foi de 26,46 homicídios por 100 mil habitantes. Comparando com as UFs da Amazônia Legal, observa-se que todas as UFs, exceto o Tocantins e o Maranhão, apresentaram taxas médias superiores à média nacional.

Os Estados do Amapá, Pará, Acre, e Roraima se destacam por apresentar as taxas médias mais altas, superando amplamente a média brasileira. Por exemplo, o Amapá, com uma média de 44,45 homicídios por 100 mil habitantes, está 68% acima da média nacional, sugerindo uma situação alarmante de violência. O Pará também merece destaque, pois, além de ter uma das maiores médias (40,96), apresentou picos de violência entre 2012 e 2018.

Em contraste, o Tocantins, com uma média de 26,05, e o Maranhão, com 27,97, estão mais próximos da média nacional. Isso sugere que, embora ainda enfrentem desafios, esses Estados podem ter adotado políticas de segurança mais eficazes ou experimentado fatores que contribuíram para a estabilidade de suas taxas.

GRÁFICO 9. Homicídios na Amazônia Legal, por UF, 2011 a 2013.

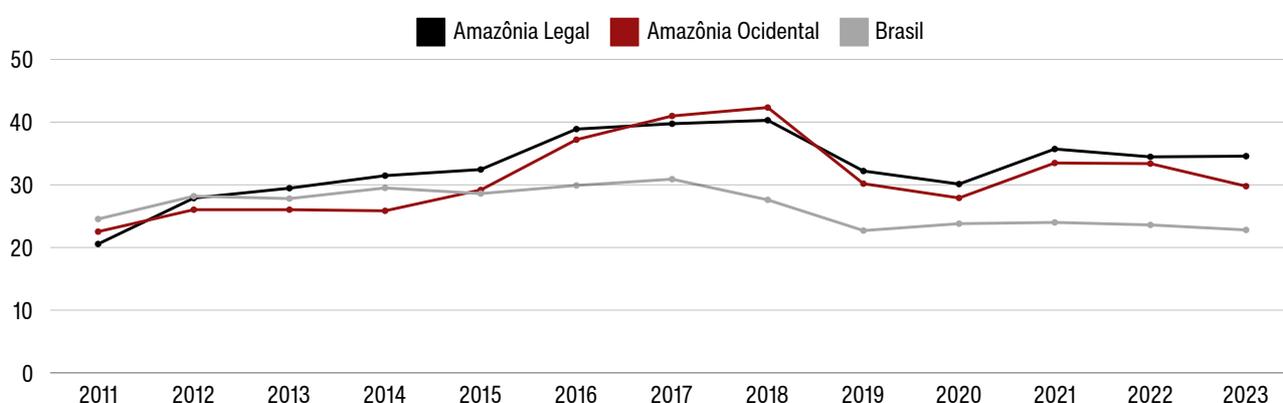


Fonte: Anuário 2013 a 2024, FBSP. Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes.

Regiões como o Norte e o Nordeste, com médias de 31,40 e 38,23, respectivamente, apontam para uma situação crítica de segurança, enquanto o Centro-Oeste se aproxima da média nacional, mas ainda a supera.

Em 2011, os estados da Amazônia Legal possuíam uma taxa de homicídios menor do que a média nacional, em cerca de 16%. Mas, a partir de 2013 esse número se inverteu e a diferença da taxa média da Amazônia Legal para a taxa média nacional começou a crescer, chegando em 2023 a 52%, o valor mais alto da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Esse número é muito preocupante porque demonstra que a região segue fortemente na contramão da redução e homicídios que sendo notada em outras regiões do país. Ele aponta também para a falta de prioridade política para com os temas de segurança pública nos estados amazônicos.

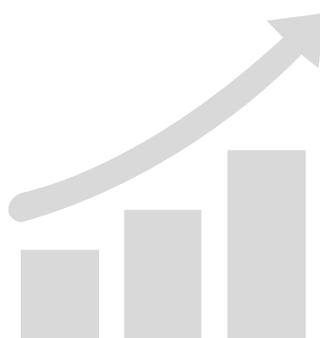
GRÁFICO 10. Homicídios na Amazônia Legal, Amazônia Ocidental e Brasil, 2011 a 2023.



Fonte: Anuário 2013 a 2024, FBSP. Taxa média de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes. No caso do Brasil, foi usado o valor atribuído pelo Fórum ao país, por ano. No caso das regiões, foram elaboradas as médias por UF, para cada ano.

2023 - AML 52% maior que a média nacional.

2011 - AML 16% menor que a média nacional.



I. Principais problemas e desafios para a segurança pública na Amazônia

A Amazônia brasileira, abrangendo uma área de 5 milhões de km², é uma das regiões mais estratégicas do planeta devido à sua biodiversidade, recursos naturais e posição geopolítica. No entanto, a governança e a segurança pública enfrentam desafios sem precedentes. As questões de segurança interligam-se a problemas ambientais, sociais e econômicos, exigindo uma abordagem multissetorial e baseada em dados (FBSP, 2022).

Crime organizado e narcotráfico

A Amazônia Legal é uma rota crítica para o narcotráfico internacional, dada sua proximidade com os maiores produtores de cocaína – Colômbia, Peru e Bolívia. Estudos indicam que cerca de 40% do fluxo de cocaína que passa pelo Brasil transita por estados amazônicos como Amazonas, Rondônia e Acre, gerando aproximadamente 4% do PIB nacional (FBSP, 2023; UNODC, 2021). Facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) disputam o controle dessas rotas, intensificando a violência letal. Em 2022, a taxa de homicídios na região foi de 26,7 por 100 mil habitantes, 50,8% superior à média nacional de 19 por 100 mil (FBSP, 2023).

Tabatinga, na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, é um exemplo de área estratégica dominada por facções. A Rota dos Solimões, que atravessa esta cidade, conecta o narcotráfico às redes de crime organizado no Brasil e no exterior, alimentando uma economia paralela que desafia a soberania nacional (FBSP, 2023).

Crimes ambientais e conflitos fundiários

A destruição da floresta amazônica está fortemente ligada ao crime organizado. O desmatamento ilegal, que em 2022 superou os 10 mil km², está frequentemente associado à grilagem e ao garimpo ilegal, atividades controladas por redes criminosas armadas (Instituto Igarapé, 2022). Em 2021, as áreas de mineração ilegal atingiram 126 mil hectares, com impactos devastadores para os povos indígenas, como os Yanomami, que enfrentam violência, contaminação e deslocamentos forçados.

Conflitos fundiários aumentam os índices de violência rural, com 35 assassinatos de líderes comunitários e defensores ambientais reportados em 2022 (FBSP, 2023). Essa dinâmica reflete a fragilidade institucional na regulação do uso da terra e na proteção dos direitos das populações tradicionais.

Falta de integração e governança fragmentada

A segurança pública na Amazônia sofre com déficits institucionais e baixa articulação entre os órgãos federais, estaduais e municipais. Atualmente, a região conta com 1.595 instituições de segurança, mas a ausência de coordenação eficiente resulta em lacunas operacionais críticas (FBSP, 2024). O modelo de governança vigente é incapaz de integrar políticas ambientais e de segurança, deixando áreas remotas vulneráveis à ação de redes criminosas (Instituto Igarapé, 2022).

Desafios logísticos

A dimensão territorial e a precariedade da infraestrutura são obstáculos significativos para as forças de segurança. Cerca de 60% das cidades amazônicas só são acessíveis por rios, enquanto a densidade policial média é inferior a 10 agentes por 100 km², uma das mais baixas do país (FBSP, 2023). Essa limitação operacional contribui para a manutenção de crimes em áreas remotas.

Propostas

Integração de esforços interinstitucionais

A criação de protocolos operacionais padronizados é essencial para articular a atuação de órgãos como polícias estaduais, IBAMA, ICMBio e Forças Armadas. Esses protocolos devem contemplar ações conjuntas de fiscalização em áreas críticas, como a tríplice fronteira e as áreas protegidas. Por exemplo, a integração já demonstrou ser eficaz em operações contra o garimpo ilegal no Pará, onde a parceria entre IBAMA e Forças Armadas resultou na apreensão de 28 toneladas de mercúrio em 2022 (FBSP, 2023). Além disso, um sistema integrado de comunicação entre essas instituições pode otimizar a troca de informações em tempo real, facilitando respostas rápidas.

Investimento em tecnologia

O uso de tecnologias avançadas como satélites e drones tem potencial para revolucionar o monitoramento ambiental e a segurança pública na Amazônia. Dados de 2023 mostram que o uso de imagens de satélite pelo Programa de Monitoramento da Amazônia e Outros Biomas (Prodes) permitiu a detecção de 11.568 km² de desmatamento em um ano (INPE, 2023). No âmbito da segurança pública, drones equipados com câmeras térmicas podem identificar atividades ilegais em tempo real, inclusive em áreas de difícil acesso. Esses investimentos precisam ser acompanhados pela capacitação técnica de equipes locais para análise de dados.

Revisão normativa

A legislação ambiental e penal requer atualizações para enfrentar os crimes de forma mais eficaz. Por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998) deve incluir punições mais severas para crimes praticados em unidades de conservação e terras indígenas. Além disso, o fortalecimento dos procedimentos investigativos é crucial: atualmente, apenas 8% das investigações de crimes ambientais resultam em condenações (Instituto Igarapé, 2022). O aumento de varas especializadas em crimes e conflitos ambientais poderia aumentar a eficiência no processamento desses casos.

Capacitação comunitária

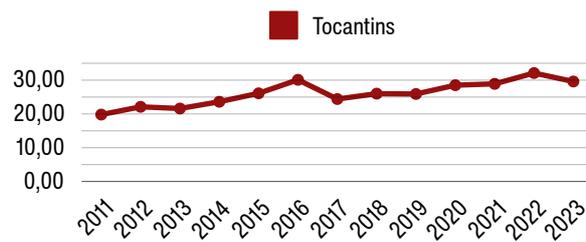
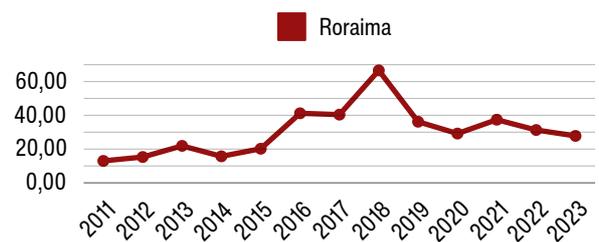
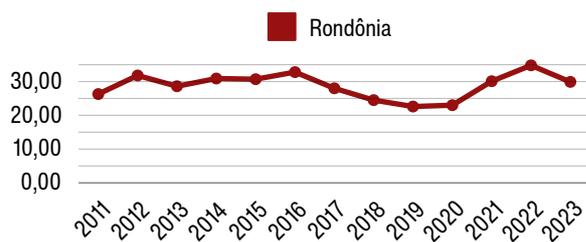
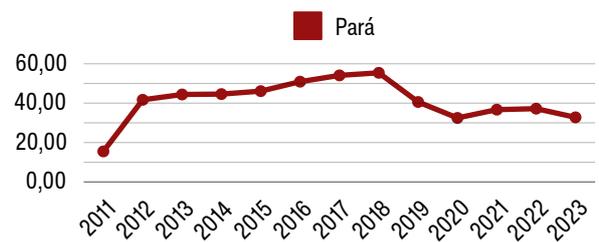
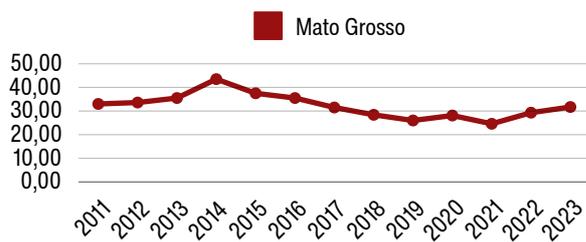
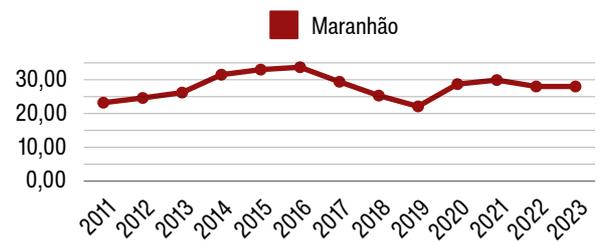
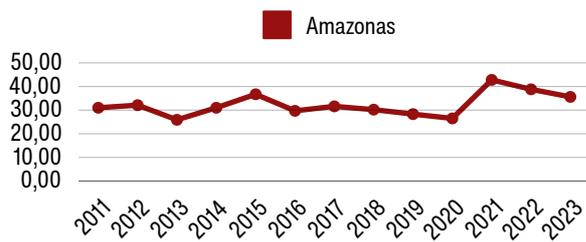
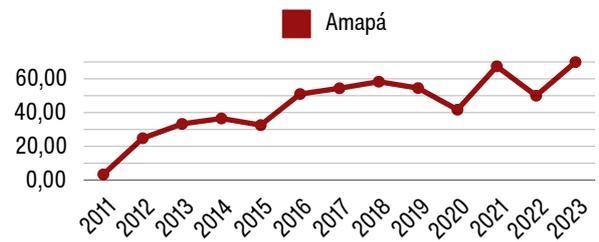
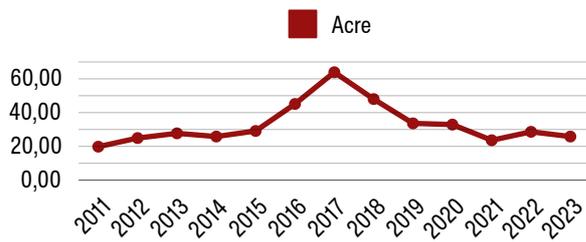
O envolvimento das comunidades locais é fundamental para fortalecer a vigilância e promover práticas sustentáveis. A capacitação de agentes comunitários para atuar em sistemas de alerta contra atividades ilegais, como invasões de terras ou extração ilegal de madeira, mostrou-se eficaz em projetos-piloto no estado do Acre, onde as denúncias feitas por comunidades indígenas ajudaram a reduzir o desmatamento em 22% em 2022 (FBSP, 2023). Além disso, é essencial ampliar os incentivos financeiros e sociais para atividades econômicas sustentáveis, como agroflorestas e turismo ecológico.

Parcerias internacionais

Dada a relevância global da Amazônia, a construção de parcerias com organismos internacionais pode fornecer apoio técnico e financeiro significativo. Em 2023, por exemplo, o Fundo Amazônia, financiado por países como Noruega e Alemanha, destinou R\$ 3,4 bilhões para ações de preservação e fiscalização na região (Instituto Clima e Sociedade, 2023). Essas iniciativas devem ser expandidas, incluindo programas de treinamento conjunto com agências internacionais para transferir conhecimentos sobre monitoramento ambiental e combate ao crime organizado.



GRÁFICO 11. Taxa de homicídio nas UF da Amazônia Legal, 2011 a 2023



Fonte: Anuário 2013 a 2024, FBSP. Taxa mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes.

2.4 Homicídios de mulheres na Amazônia - por UF

O estado do Acre é o líder do ranking nacional de homicídio de mulheres por unidade da federação, com uma taxa média de 6,66 mortes violentas intencionais de 2016 a 2023. Evidentemente, o estado acreano assume assim a liderança desse indicador também em toda a Amazônia. Roraima (com média de 6,50), Amapá (com média de 6,08) e Rondônia (com média de 5,98) ocupam juntos quatro das seis primeiras posições no ranking nacional.

Em 2023, o Amazonas obteve a maior taxa nacional de homicídio de mulheres, com 6,40, seguido de Rondônia, com 6,10, colocando assim a região amazônica em posição de liderança estável à frente do ranking nacional de violência contra a mulher.

TABELA 4. Homicídio de mulheres por UF da Amazônia Legal, 2016 a 2023.

UF	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Acre	6,40	9,00	8,40	7,00	6,70	7,10	5,10	3,60	6,66
Roraima	2,40	3,90	10,40	8,20	5,30	10,40	6,00	5,40	6,50
Amapá	5,20	7,10	4,20	9,00	4,60	7,10	6,80	4,60	6,08
Rondônia	5,00	6,10	4,70	3,30	6,30	8,20	8,10	6,10	5,98
Pará	6,60	6,90	7,80	6,80	4,20	5,00	5,10	5,00	5,93
Mato Grosso	5,60	4,60	4,10	5,10	6,00	4,80	5,60	5,70	5,19
Amazonas	3,40	3,70	4,60	3,90	3,20	5,60	5,50	6,40	4,54
Tocantins	4,50	4,30	4,00	3,60	4,90	5,20	4,80	4,80	4,51
Maranhão	3,50	3,20	2,80	2,80	3,50	3,90	3,80	3,90	3,43
Brasil	4,10	4,30	4,10	3,70	3,70	3,80	3,80	3,80	3,91

Fonte: Anuário 2018 a 2024. Taxa de homicídios por 100 mil mulheres.

Líder nacional 2016-2023

6,66

Acre

Ranking nacional de homicídio de mulheres por UF, taxa média de 2016 a 2023

Líder nacional 2023

6,40

Amazonas

Ranking nacional de homicídio de mulheres por UF, taxa média de 2023

Segundo colocado nacional 2023

6,10

Rondônia

Ranking nacional de homicídio de mulheres por UF, taxa média de 2023

TABELA 5. Homicídios de mulheres por UF no Brasil, 2016 a 2023.

Ranking	UF	Média	Ranking	UF	Média
1º	Acre	6,66	15º	Tocantins	4,51
2º	Ceará	6,59	16º	Goiás	4,45
3º	Roraima	6,50	17º	Alagoas	4,44
4º	Amapá	6,08	18º	Paraíba	3,96
5º	Mato Grosso do Sul	6,01	19º	Sergipe	3,85
6º	Rondônia	5,98	20º	Paraná	3,78
7º	Pará	5,93	21º	Piauí	3,56
8º	Bahia	5,70	22º	Rio de Janeiro	3,54
9º	Espírito Santo	5,29	23º	Maranhão	3,43
10º	Mato Grosso	5,19	24º	Minas Gerais	3,21
11º	Pernambuco	5,03	25º	Santa Catarina	2,98
12º	Rio Grande do Norte	4,94	26º	Distrito Federal	2,95
13º	Rio Grande do Sul	4,88	27º	São Paulo	1,91
14º	Amazonas	4,54		Brasil	3,91

Fonte: Anuário 2018 a 2024. Taxa média de homicídios por 100 mil mulheres.

Homicídio de mulheres por regiões

Com as elevadas taxas de homicídios de mulheres obtidas por Acre, Roraima, Rondônia e Amazonas a Amazônia Ocidental é a sub-região com a taxa média mais alta do país, com 5,92 no período estudado, seguida de perto por Região Norte e Amazônia Legal. Esses números considerados em conjunto demonstram com clareza inequívoca o protagonismo da Amazônia no cenário nacional da violência homicida contra a mulher.

A taxa média de homicídios de mulheres por unidade federativa da Amazônia Ocidental ficou 51% acima da média nacional por UF, no período. Embora essa média tenha caído um pouco em 2023, dois dos estados da região assumiram a liderança do ranking nacional nesse ano, Amazonas e Rondônia.

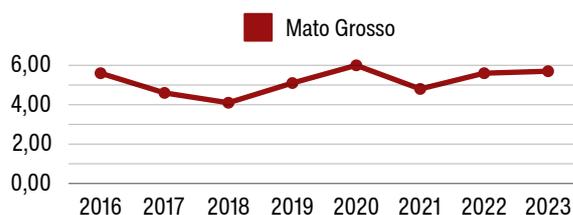
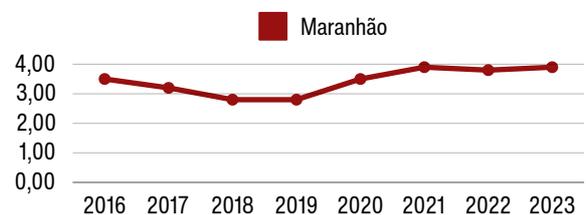
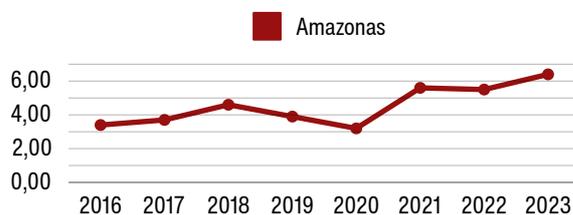
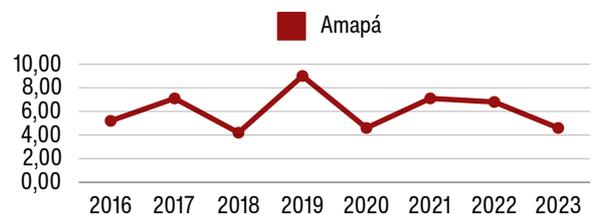
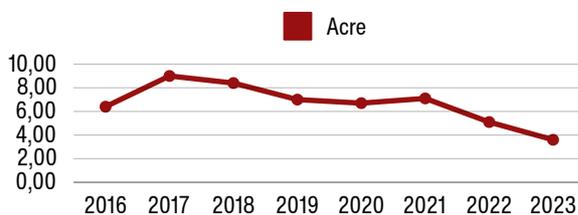
Os estados da Amazônia Ocidental ostentam a média mais alta de homicídios de mulheres, dentre as regiões por UF de todo o país - 5,92 mortes por 100 mil mulheres.

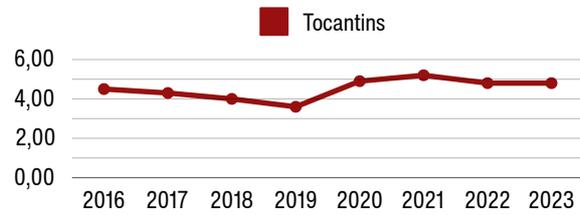
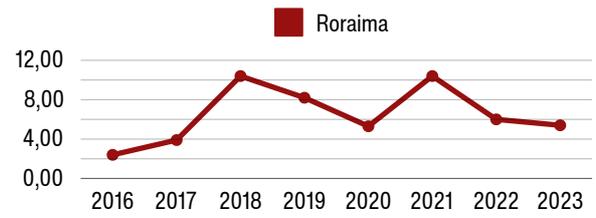
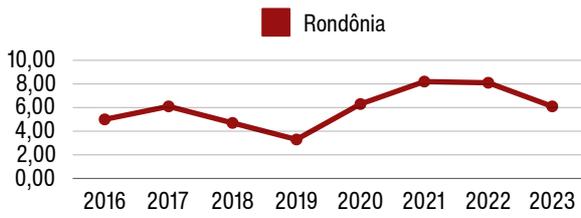
TABELA 6. Homicídios de mulheres por regiões do Brasil, 2016 a 2023.

Região	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Média
Amazônia Ocidental	4,30	5,68	7,03	5,60	5,38	7,83	6,18	5,38	5,92
Norte	4,79	5,86	6,30	5,97	5,03	6,94	5,91	5,13	5,74
Amazônia Legal	4,73	5,42	5,67	5,52	4,97	6,37	5,64	5,06	5,42
Centro-Oeste	5,68	4,35	4,78	5,15	4,83	4,15	4,28	4,00	4,65
Nordeste	4,52	5,40	4,56	4,09	4,69	4,79	4,38	4,46	4,61
Brasil	4,10	4,30	4,10	3,70	3,70	3,80	3,80	3,80	3,91
Sul	3,93	3,90	3,97	3,90	3,57	4,10	4,00	3,63	3,88
Sudeste	3,75	4,18	3,40	3,60	3,23	3,28	3,25	3,23	3,49

Fonte: Anuário 2018 a 2024. Taxa de homicídios por 100 mil mulheres.

GRÁFICO 12. Homicídios de mulheres nas UF da Amazônia Legal, 2011 a 2023





Fonte: Anuário 2018 a 2024, FBSP. Taxa mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes.

II. O combate à violência contra a mulher na Amazônia

Cenário geral da violência contra a mulher na Amazônia

A Amazônia Legal, composta por nove estados, registra índices alarmantes de violência contra a mulher. A violência não letal cresceu 47% entre 2018 e 2022, enquanto no restante do país o aumento foi de 12% (Instituto Igarapé, 2024). A violência psicológica foi a que mais cresceu, com um aumento de 82%, seguida da violência patrimonial (62%) e física (37%) (Instituto Igarapé, 2024).

A violência sexual também é mais frequente na Amazônia, com uma taxa de 60,8 por 100 mil mulheres em 2022, bem acima da média nacional de 47,0 (Instituto Igarapé, 2024). Crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos são as principais vítimas, representando 69% dos casos registrados (Instituto Igarapé, 2024).

Enquanto os homicídios de mulheres na Amazônia apresentaram redução de 12% entre 2018 e 2022, as taxas de feminicídio subiram 22% no mesmo período, superando o aumento nacional de 12% (Instituto Igarapé, 2024; Bueno et al., 2023). Estados como Rondônia (+58,6%) e Mato Grosso (+41,4%) lideram em crescimento de homicídios dolosos de mulheres (Instituto Igarapé, 2024).



Estados e cidades com maiores índices de violência

A violência contra a mulher na Amazônia apresenta disparidades regionais marcantes, com algumas localidades despontando em indicadores alarmantes de diferentes formas de violência. Dados recentes evidenciam tendências que refletem desafios estruturais, falta de políticas públicas eficazes e desigualdades socioeconômicas.

Pará

O estado do Pará destaca-se negativamente por apresentar um dos maiores aumentos nos índices de violência patrimonial e psicológica durante a pandemia de COVID-19. Entre 2019 e 2020, os registros de violência patrimonial aumentaram mais de 134%, enquanto os de violência psicológica dobraram, passando de 66,7 para 133,3 por 100 mil mulheres (Instituto Igarapé, 2024). Essa escalada pode ser atribuída, em parte, à vulnerabilidade econômica, à precariedade nos serviços de proteção às mulheres e à concentração populacional em regiões urbanas como Belém, onde os recursos disponíveis são insuficientes para atender à demanda crescente. Além disso, a fragilidade das redes de apoio nas áreas rurais contribui para a subnotificação e perpetuação de ciclos de violência.

Rondônia

Rondônia apresentou o maior aumento proporcional de homicídios dolosos de mulheres entre 2018 e 2022, com uma elevação de 58,6% (Instituto Igarapé, 2024). Esse aumento expressivo reflete uma combinação de fatores, como a expansão das facções criminosas na região, a ausência de políticas públicas voltadas para a prevenção da violência de gênero e a limitação no acesso à justiça para mulheres em situação de vulnerabilidade. Além disso, as disputas por territórios ligados ao narcotráfico e outras atividades ilícitas criam um ambiente de insegurança que afeta de forma desproporcional as mulheres, especialmente em áreas periféricas. A precariedade de serviços especializados, como delegacias de atendimento à mulher, agrava ainda mais a situação, dificultando a denúncia e a proteção das vítimas.

Manaus (AM)

Manaus, a maior cidade da Amazônia, concentra índices preocupantes de violência sexual, com taxas acima da média regional e nacional (Instituto Igarapé, 2024; Bueno et al., 2023). Essa alta incidência está ligada à urbanização desordenada, que intensifica as desigualdades sociais e reduz o acesso a serviços públicos essenciais, como transporte seguro, policiamento preventivo e abrigos para mulheres. A capital também sofre com a insuficiência de delegacias da mulher, que muitas vezes não funcionam em regime de plantão ou não possuem profissionais especializados para atender casos de violência sexual. Além disso, as áreas periféricas de Manaus são marcadas pela presença de organizações criminosas que controlam territórios, criando ambientes de violência generalizada que afetam especialmente mulheres e meninas.

Fatores estruturais amazônicos

A violência contra a mulher na Amazônia está profundamente enraizada em fatores estruturais que limitam tanto a prevenção quanto a assistência às vítimas. Esses desafios, que vão desde a precariedade de infraestrutura até as dinâmicas de criminalidade e desigualdade, agravam a situação de vulnerabilidade das mulheres na região, tornando a resolução do problema uma questão de urgência.

● Infraestrutura precária

A ausência de delegacias especializadas para mulheres na Amazônia é uma das maiores barreiras no enfrentamento à violência de gênero. Dos 772 municípios da Amazônia Legal, apenas cerca de 20% possuem delegacias especializadas, sendo que a maioria está concentrada nas capitais ou em cidades de médio porte (Instituto Igarapé, 2024). Em estados como Acre e Roraima, menos de 15% das cidades têm unidades especializadas, o que força muitas mulheres a viajar centenas de quilômetros para registrar uma denúncia.

Além disso, as casas de acolhimento para mulheres vítimas de violência são extremamente limitadas. Em 2022, apenas 11 municípios da região possuíam casas-abrigo em funcionamento, deixando uma lacuna gigantesca no atendimento de emergências (Instituto Igarapé, 2024). Mesmo nas localidades onde esses serviços existem, a falta de profissionais qualificados, infraestrutura inadequada e a ausência de programas de reinserção social para as vítimas tornam o sistema incapaz de oferecer proteção eficaz.

Outro desafio é o acesso limitado a tecnologias de comunicação, como internet e telefonia, especialmente em comunidades ribeirinhas e indígenas. Muitas dessas comunidades estão localizadas em regiões remotas, onde o contato com delegacias, centros de saúde ou redes de apoio é quase impossível. Em 2022, apenas 46% da população da Amazônia Legal tinha acesso estável à internet, dificultando ainda mais o registro de denúncias e o acesso a informações sobre direitos e serviços disponíveis (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023).



● Desigualdades socioeconômicas

A Amazônia apresenta os piores índices de desenvolvimento humano do Brasil, o que agrava as condições de vida das mulheres. Cerca de 56% das mulheres da região vivem abaixo da linha da pobreza, sendo que grande parte delas é responsável pelo sustento familiar, especialmente em áreas rurais (Cerqueira e Bueno, 2024). Esse cenário as torna financeiramente dependentes de seus agressores, dificultando a ruptura do ciclo de violência.

A falta de acesso à educação de qualidade também perpetua a dependência econômica e limita as oportunidades de emprego para as mulheres. De acordo com o IBGE, mais de 30% das mulheres na Amazônia não concluíram o ensino médio, enquanto a média nacional é de 17%. Essa disparidade reflete a exclusão histórica das populações amazônicas dos avanços sociais do país e contribui para o isolamento das vítimas.

Além disso, atividades ilegais, como garimpo e exploração madeireira, muitas vezes atraem populações vulneráveis, incluindo mulheres e meninas, para trabalhos informais ou exploratórios. Em áreas de mineração ilegal, há registros frequentes de exploração sexual e trabalho forçado envolvendo mulheres. Esses cenários de ilegalidade também impactam as condições patrimoniais das vítimas, que frequentemente têm seus bens apropriados ou destruídos pelos agressores em contextos de violência doméstica (Instituto Igarapé, 2024).

● Criminalidade e narcotráfico

A atuação de facções criminosas na Amazônia exacerba os índices de violência contra a mulher. A região, que inclui fronteiras com países como Colômbia, Peru e Bolívia, é um corredor estratégico para o tráfico internacional de drogas, mas também para o tráfico de pessoas, especialmente mulheres. Entre 2018 e 2022, as denúncias de tráfico de pessoas na Amazônia cresceram 26%, com mulheres representando 81% das vítimas identificadas (Cerqueira e Bueno, 2024).

A presença de facções como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (PCC) cria um ambiente de violência generalizada, que afeta diretamente mulheres em comunidades periféricas. Essas organizações utilizam violência sexual como forma de intimidação e controle territorial, além de explorarem mulheres para atividades ilegais, como transporte de drogas e lavagem de dinheiro.

A ausência de uma presença estatal eficaz nas áreas controladas pelo crime organizado piora a situação. A taxa de policiais por habitante na Amazônia é uma das mais baixas do país, com 1,4 policial por 1.000 habitantes, enquanto a média nacional é de 2,8. A escassez de policiamento contínuo e a falta de articulação com políticas sociais permitem que facções operem com impunidade, criando ambientes de risco constante para as mulheres (Instituto Igarapé, 2024).

3. Homicídios na Amazônia por municípios

3.1 Observações metodológicas sobre o estudo de homicídios em municípios na Amazônia Legal

No total, o sistema do DATASUS registrou 216.456 pessoas assassinadas nos municípios da Amazônia Legal entre 1996 e 2023. O número de homicídios por causas externas indeterminadas ficou, em média, em 10% para todo o conjunto estudado – aproximadamente 21.400 mortes. O estado campeão de mortes no total é o Pará, com 71.616, seguido pelo Maranhão, com 41.363.

Para compor um mapeamento adequado dos homicídios nos municípios da Amazônia Legal é necessário observar que a região possui características únicas para a realização de estudos comparativos. 3 dessas características não podem ser desconsideradas: a extensão territorial, o tamanho das populações e a data de criação dos municípios.

Extensão territorial

O estudo dos homicídios nos municípios da Amazônia apresenta diversas peculiaridades. No total, são 808 municípios espalhados por quase 60% do território nacional. Alguns deles, como Altamira/PA, com seus 159.533 km², possuem uma área maior do que países como Portugal, Inglaterra ou Áustria. A análise do fenômeno pode variar bastante quando se trata de avaliar as mortes ocorridas na sede do município ou em alguns de seus distritos. Mas os dados não são disponibilizados com essa riqueza de detalhes, sobretudo quando analisamos séries históricas abordando a totalidade do universo considerado.



GRÁFICO 13. Comparação geográfica de municípios brasileiros.



Fonte: Elaboração própria. Feito no Python/Jupyter com Pandas, Geopandas e Matplotlib. O gráfico preserva, na escala, as diferenças de tamanho dos territórios entre os municípios apontados.

■ Populações

Outro elemento importante é tamanho das populações. O estudo das taxas relativas ao tamanho das populações ajuda a diminuir distorções. Mas, para efeitos comparativos com o restante do país, a definição de municípios de pequeno, médio ou grande porte deve ser ajustada para não ignorar peculiaridades regionais. Mais de dois terços dos municípios amazônicos possuem até 64.000 habitantes. Com essa população uma cidade amazônica de médio porte já possui uma importância regional no mínimo equivalente a cidades com mais de 100 mil habitantes em qualquer outra região do país, oferecendo serviços e infraestrutura para manter distritos, comunidades e vilarejos em uma extensão territorial incomparável, nacionalmente.

TABELA 7. Taxa média de homicídios por tamanho das populações em municípios amazônicos.

	Pequeno	Médio	Grande
Média – População	Menos de 22.779 habitantes	Entre 22.779 e 64.906 habitantes	Acima de 64.906
Média da taxa de homicídios	17,32	18,06	24,68
Desvio Padrão	~10,50	~13,53	~15,17

Fonte: SIM/DATASUS e IBGE (atualização populacional para 2023). Elaboração do autor.

Feitas essas observações, analisamos os dados assumindo a classificação utilizada pelo IPEA no Atlas da Violência – Municípios do Brasil 2024, para permitir a comparação com os resultados publicados pelo instituto. Nessa edição, os pesquisadores usam a divisão de municípios até 100 mil habitantes; entre 100 mil e 500 mil; e acima de 500 mil.

Na Amazônia, apenas 45 municípios possuem 100 mil habitantes ou mais. E apenas 6 possuem mais de 500 mil habitantes. Por isso, iremos desprezar a divisão em 3 grupos e manter abaixo e acima de 100 mil habitantes. Em nosso site você poderá encontrar a tabela completa, com os dados de população e extensão territorial, para poder fazer suas próprias análises.

Criação recente de novos municípios

Embora os dados de homicídios fornecidos pelo DATASUS sejam uma fonte confiável e possibilitem a construção de séries temporais robustas desde 1980, há um fator que limita a análise dessa série mais longa: o número significativo de municípios brasileiros criados apenas a partir da segunda metade dos anos 1990 (Brandt, 2010).

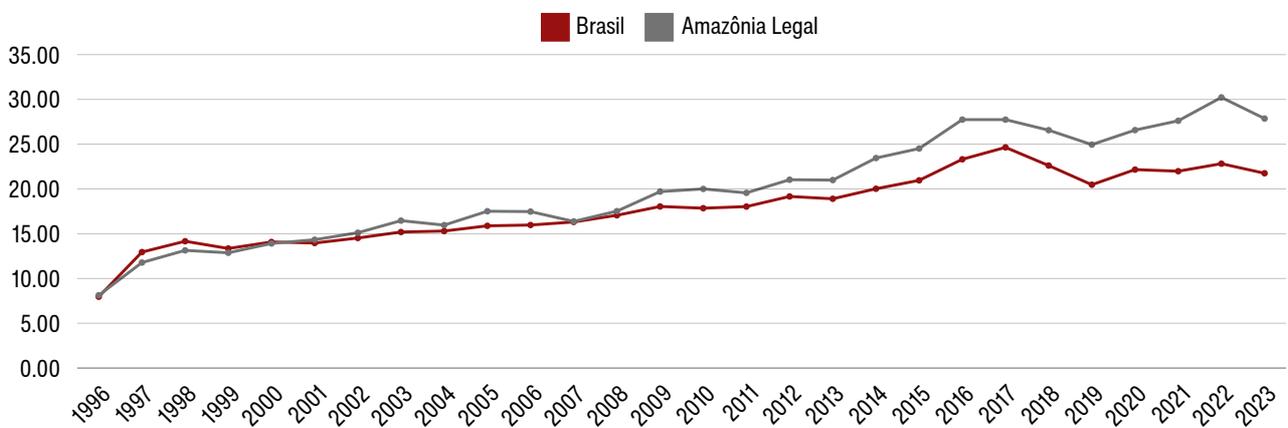
A Emenda Constitucional n.º 15, de 1996, introduziu uma barreira ainda vigente para a criação de novos municípios pelos estados federados: a necessidade de uma autorização, por meio de lei complementar, pelo Congresso Nacional. Com a iminência da promulgação dessa emenda, praticamente todos os estados brasileiros aceleraram o processo de criação de novos municípios. Em 1990, o Brasil contava com 4.491 municípios, dos quais 529 estavam na Amazônia Legal (Brandt, 2010). Hoje, são 5.570 municípios no país, sendo 808 localizados na Amazônia Legal. Isso significa que 35% dos municípios amazônicos não existiam em 1990, em contraste com 19% no Brasil como um todo.

Para ser mais preciso, 279 municípios amazônicos ainda não existiam até 1991. Mesmo assim, um número considerável de municípios foi criado apesar da barreira constitucional de 1996 – como é o caso de Colniza/MT, emancipado em 1998, para o qual há dados populacionais apenas a partir de 2001. Por isso, e também em razão da entrada em vigor do CID-10 somente a partir de 1996 na classificação feita pelo DATASUS, manteremos o ano de 1996 como início da série histórica para municípios na Amazônia.

3.2 Homicídios nos municípios da Amazônia Legal 1996 a 2023

A taxa média de homicídios de todos os municípios da Amazônia Legal, entre 1996 e 2023 ficou em 20,07 mortes por 100 mil habitantes, contra 17,87 de todo o país. Os municípios da Amazônia Ocidental obtiveram uma taxa ainda mais alta, 21,29. Nos municípios do Brasil o aumento ficou em 124% e na Amazônia Legal em 147% de 1996 a 2023. A Região Norte registrou um aumento ainda maior, de 164%.

GRÁFICO 14. Homicídios na Amazônia Legal, Amazônia Ocidental e Brasil, 2011 a 2013.



Fonte: SIM/DATASUS. Taxas médias de homicídios de todos os municípios da Amazônia Legal e do Brasil.

O estado com o maior número de municípios no topo do ranking geral dos 50 municípios mais violentos da Amazônia Legal é o Pará, com 21, seguido pelo Mato Grosso, com 15 e Rondônia com 6. Porto velho, capital de Rondônia, é a mais violenta da Amazônia Legal, com uma taxa média de 50,75, ocupando a 30ª posição no ranking geral.

Pelo ranking geral o município mais violento da Amazônia é Alto Alegre, em Roraima, cuja taxa média de homicídios ficou em 94,97 mortes por 100 mil habitantes, entre 1996 e 2023. Marabá (75,24), no Pará, e Caracaraí (69,81), também em Roraima, ficaram na 2ª e 3ª posição, respectivamente. Considerando apenas os últimos 10 anos as taxas de homicídios em Alto Alegre/RR são absurdas, chegando a ultrapassar 240 mortes por 100 mil habitantes em 2017. Na média da última década, o município registrou uma taxa de 166,84. A taxa média em 10 anos mais próxima no ranking é Novo Progresso, no Pará, com 119,03.

Amazônia Ocidental	21,12
Região Norte	21,29
Amazônia Legal	20,07
Brasil	17,87

Taxa média de homicídios no conjunto total de municípios da região

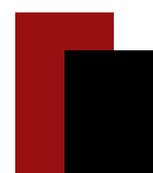


TABELA 8. 50 municípios com a taxa média mais alta de homicídios na Amazônia, 1996 a 2023.

Ranking	UF	Município	Média
1º	RR	Alto Alegre	94,97
2º	PA	Marabá	75,24
3º	RR	Caracarái	69,81
4º	MT	Colniza	69,69
5º	PA	Tailândia	68,29
6º	PA	Novo Progresso	66,66
7º	RO	Buritis	65,14
8º	PA	Ananindeua	63,59
9º	RO	Chupinguaia	62,72
10º	RR	Mucajái	62,53
11º	PA	Altamira	61,60
12º	MT	Aripuanã	59,98
13º	MA	Imperatriz	59,37
14º	MT	Peixoto de Azevedo	57,15
15º	RO	Ariquemes	57,14
16º	MT	Nova Bandeirantes	56,02
17º	PA	Goianésia do Pará	55,79
18º	PA	Parauapebas	54,50
19º	MT	Nova Ubiratã	53,89
20º	PA	Tucuruí	53,66
21º	MT	Itanhangá	53,52
22º	PA	Eldorado do Carajás	53,50
23º	PA	Marituba	53,01
24º	PA	Pacajá	51,65
25º	MT	NovaMaringá	51,46

Ranking	UF	Município	Média
26º	MT	Juruena	51,42
27º	MT	Ribeirão Cascalheira	51,06
28º	RO	Campo Novo de Rondônia	51,05
29º	PA	Abel Figueiredo	51,04
30º	RO	Porto Velho	50,75
31º	PA	Rondon do Pará	50,58
32º	PA	Paragominas	50,51
33º	PA	Redenção	50,34
34º	RO	Cujubim	49,17
35º	MT	Querência	48,79
36º	TO	Araguaína	48,38
37º	MT	Sorriso	47,99
38º	MT	Cuiabá	47,95
39º	PA	Itupiranga	47,69
40º	RR	Cantá	47,63
41º	PA	Curionópolis	47,56
42º	PA	Cumarú do Norte	47,38
43º	PA	Canaã dos Carajás	47,27
44º	MT	São José do Xingu	47,25
45º	AP	Macapá	46,98
46º	PA	Novo Repartimento	46,89
47º	MA	São Luís	46,38
48º	MT	Feliz Natal	45,67
49º	MT	Vila Rica	45,57
50º	PA	Nova Ipixuna	45,36

Fonte: SIM/DATASUS e IBGE. Elaboração própria.

3.3 Os 10 municípios mais violentos da Amazônia 1996-2023

1° Alto Alegre (RR)

Alto Alegre é o campeão nacional de homicídios e apresenta uma taxa média de 94,97 mortes por 100 mil habitantes. A violência na região está fortemente associada à presença de atividades ilegais, especialmente o garimpo clandestino em terras indígenas, como a Terra Indígena Yanomami. Essas atividades resultam em conflitos territoriais e disputas por recursos naturais, agravando a violência local. Além disso, a proximidade com a fronteira venezuelana facilita o tráfico de armas e drogas, contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade.

2° Marabá (PA)

Com uma taxa média de homicídios de 75,24 por 100 mil habitantes, Marabá enfrenta desafios relacionados à rápida urbanização e crescimento populacional desordenado. A expansão de projetos de mineração e agronegócio atraiu migrantes em busca de oportunidades, resultando em ocupações irregulares e conflitos fundiários. Esses fatores, aliados à desigualdade social e à presença de facções criminosas, contribuem para os elevados índices de violência homicida na região.

3° Caracaraí (RR)

Caracaraí, com uma taxa média de 69,81 homicídios por 100 mil habitantes, é um município estratégico devido à sua localização que liga o Amazonas à Guiana. A região é marcada por conflitos relacionados ao garimpo ilegal em terras indígenas, como a Terra Indígena Yanomami, e pela atuação de facções criminosas que disputam o controle de rotas para o tráfico de drogas e armas. Esses elementos combinados resultam em altos índices de violência homicida.

4° Colniza (MT)

Colniza registra uma taxa média de homicídios de 69,69 por 100 mil habitantes. A violência no município está ligada a conflitos agrários e disputas por terras, frequentemente envolvendo grileiros, madeireiros ilegais e posseiros. A ausência de regularização fundiária e a atuação de milícias privadas agravam a situação, resultando em assassinatos e ameaças constantes a trabalhadores rurais e líderes comunitários.

5° Tailândia (PA)

Com uma taxa média de 68,29 homicídios por 100 mil habitantes, Tailândia enfrenta problemas decorrentes do desmatamento ilegal e da exploração madeireira. A extração ilegal de madeira gera conflitos entre madeireiros, comunidades locais e órgãos de fiscalização. Além disso, a expansão agrícola sem planejamento adequado contribui para disputas de terra e violência no campo.

6° Novo Progresso (PA)

Novo Progresso apresenta uma taxa média de homicídios de 66,66 por 100 mil habitantes. A região é conhecida pela intensa atividade de garimpo ilegal e desmatamento, resultando em conflitos entre garimpeiros, indígenas e ambientalistas. A presença de facções criminosas que controlam atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, também contribui para os elevados índices de violência.

7° Buritis (RO)

Com uma taxa média de 65,14 homicídios por 100 mil habitantes, Buritis enfrenta desafios relacionados à migração desordenada e à expansão agrícola. A chegada de migrantes em busca de terras e oportunidades econômicas resultou em conflitos agrários e disputas por recursos naturais. A falta de infraestrutura e de serviços públicos adequados agrava a situação de violência no município.

8° Ananindeua (PA)

Ananindeua, com uma taxa média de 63,59 homicídios por 100 mil habitantes, é parte da região metropolitana de Belém e sofre com problemas típicos de grandes centros urbanos. A desigualdade social, o desemprego e a presença de facções criminosas que disputam o controle do tráfico de drogas são fatores que contribuem para os altos índices de violência homicida na cidade.

9° Chupinguaia (RO)

Chupinguaia registra uma taxa média de 62,72 homicídios por 100 mil habitantes. A violência no município está associada a conflitos agrários e disputas por terras, muitas vezes envolvendo grileiros e posseiros. A expansão da fronteira agrícola sem a devida regularização fundiária contribui para a ocorrência de homicídios e outros atos de violência.

10° Mucajaí (RR)

Com uma taxa média de 62,53 homicídios por 100 mil habitantes, Mucajaí enfrenta desafios relacionados ao garimpo ilegal e à presença de facções criminosas. A exploração de recursos naturais em terras indígenas e a disputa pelo controle de atividades ilícitas resultam em conflitos violentos e elevados índices de homicídios no município.

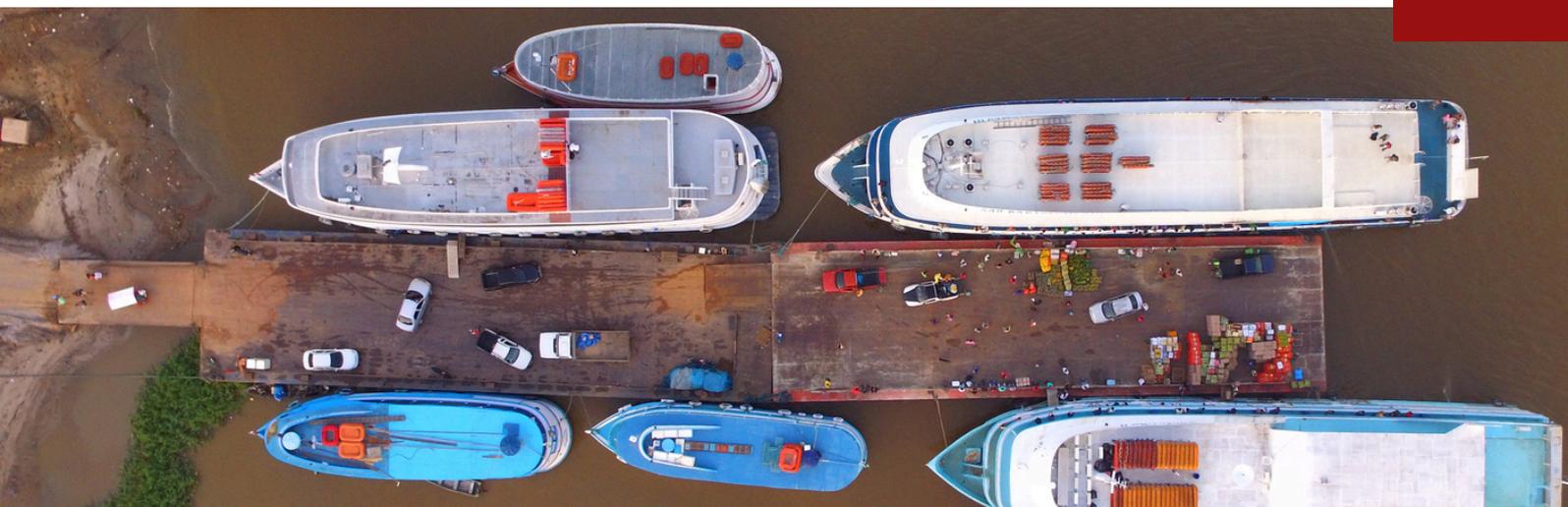
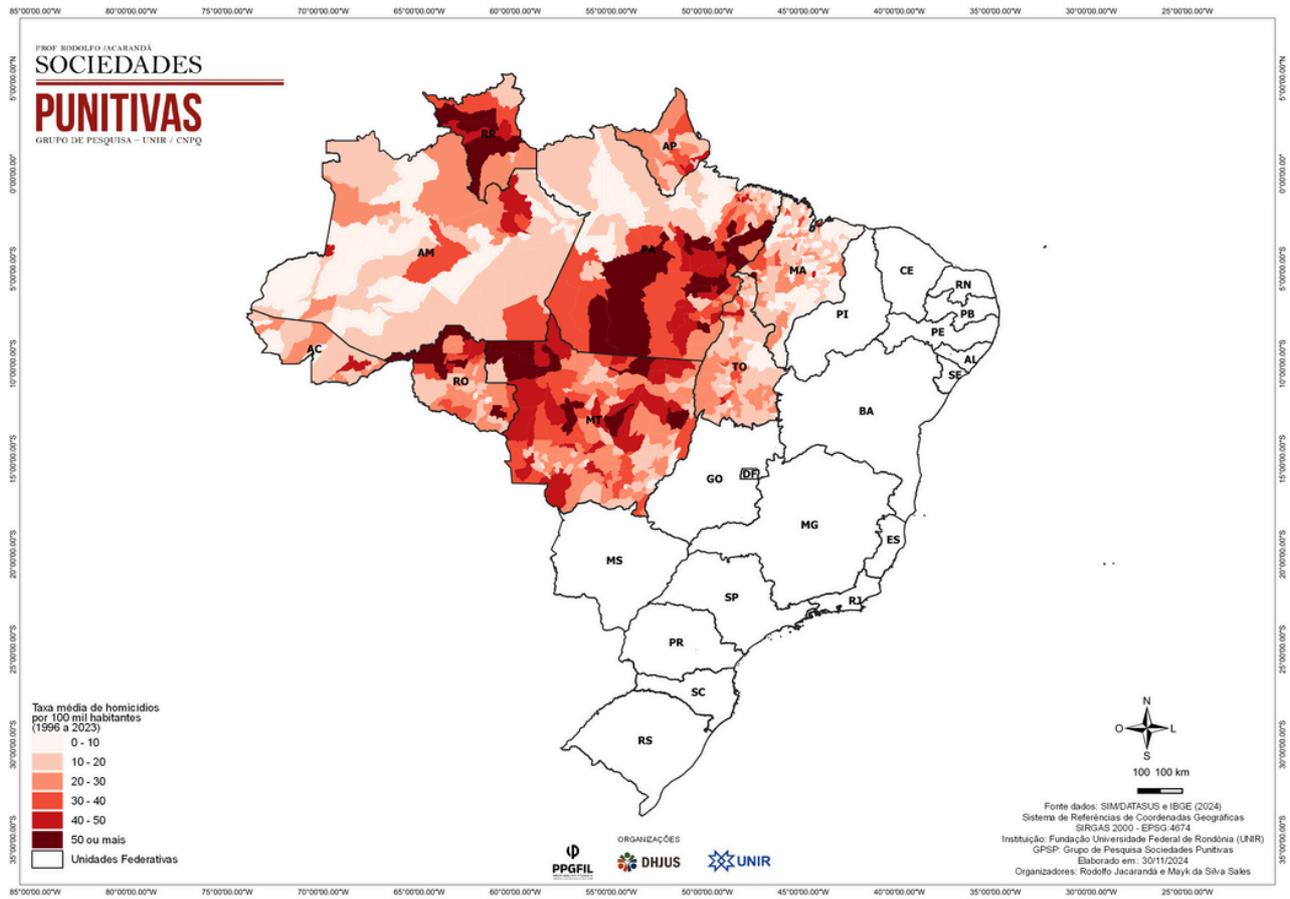


GRÁFICO 15. Homicídios em todos os municípios amazônicos – taxa média por 100 mil habitantes, 1996 a 2023.



3.4 Municípios com mais de 100 mil habitantes

A taxa média de homicídios no período de 1996 a 2023 nos municípios acima de 100 mil habitantes na Amazônia Legal é de 36,20, bem acima dos 20,07 do total de municípios.

Os 45 municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes em 2023 também registraram ao longo do período estudado 61% de todas as pessoas assassinadas na região, embora abriguem apenas 47% da população amazônica total.

Marabá, no Pará, é o município com mais de 100 mil habitantes com a taxa média mais alta de homicídios na Amazônia Legal – 75,24. Considerando apenas as 10 primeiras colocações, o estado do Pará conta com 6 municípios e lidera a lista. Rondônia conta com 2 municípios e sua capital, Porto Velho, é a única a figurar nesse ranking – além de ser o município mais populoso nessa condição.

Municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes

Taxa média de homicídios

36,20

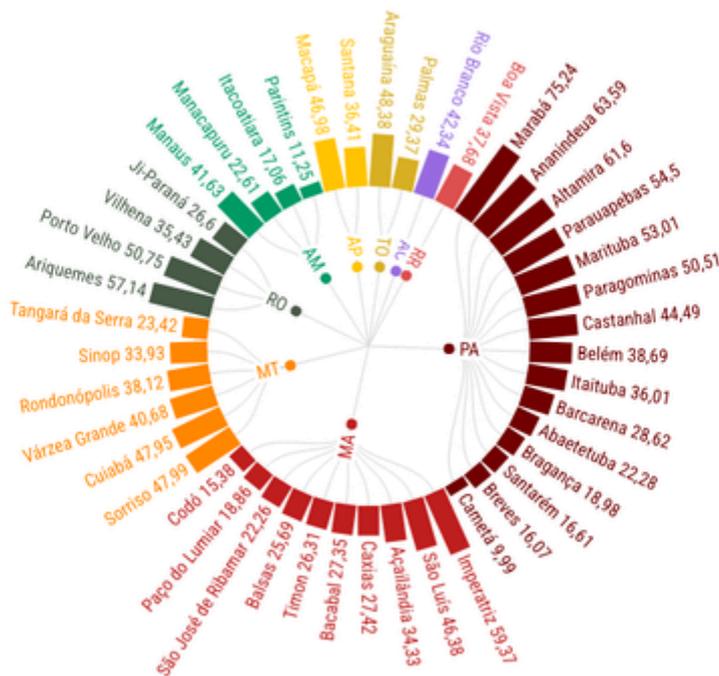
Total de homicídios

131.888

População total

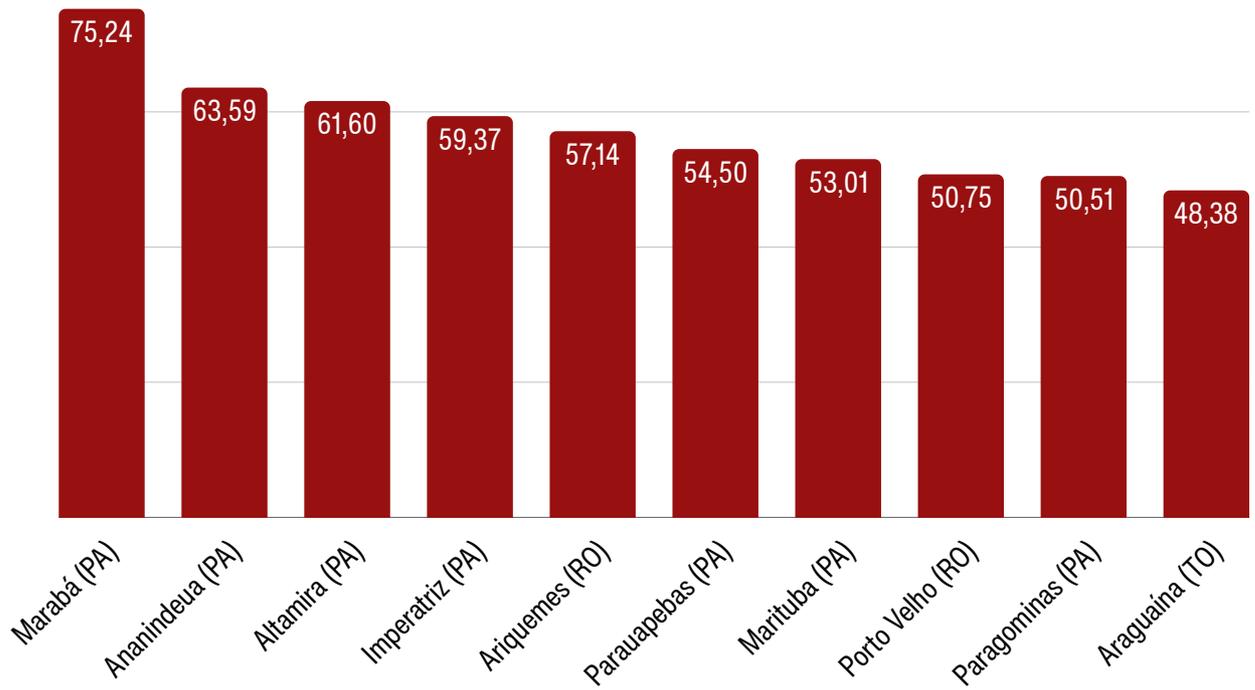
29.510.932

GRÁFICO 16. Homicídios em todos os municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes – taxa média por 100 mil habitantes, 1996 a 2023.



Fonte: SIM/DATASUS. Considerando a população em 2022.

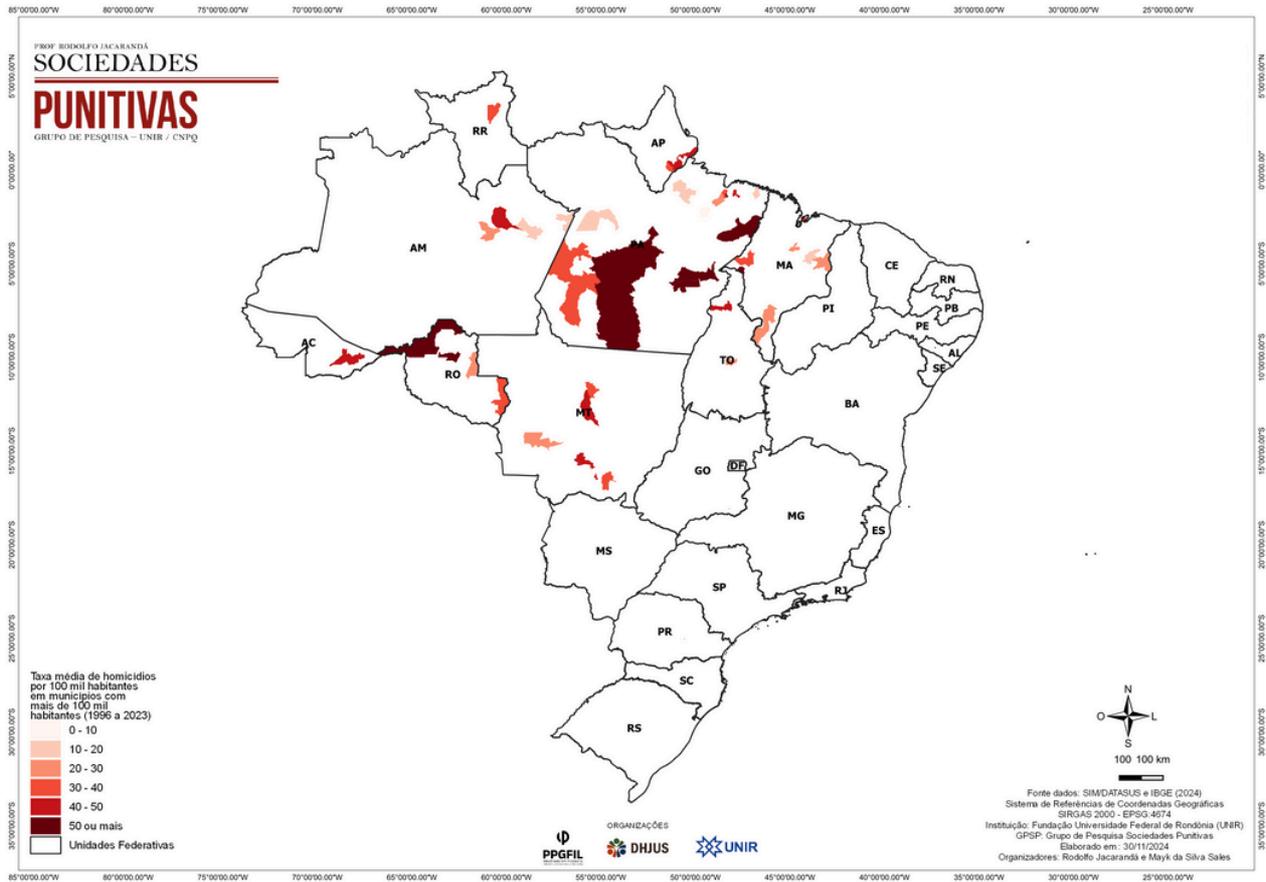
GRÁFICO 17. Homicídios em municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes, taxa média por 100 mil habitantes, 1996 a 2023.



Fonte: SIM/DATASUS.



GRÁFICO 18. Homicídios em municípios amazônicos com mais de 100 mil habitantes, taxa média por 100 mil habitantes, 1996 a 2023.



III. Manaus: desenvolvimento e violência

Manaus, capital do estado do Amazonas, é um entreposto comercial que conecta gigantescas porções de territórios divididos entre comunidades as mais diversas. A capital amazonense é uma cidade de significativa importância histórica, econômica e social no contexto brasileiro e especialmente na região da Amazônia.

A urbanização da Amazônia, e especialmente de Manaus, é um fenômeno complexo, influenciado por ciclos econômicos regionais. Manaus é uma das duas metrópoles na Amazônia brasileira, juntamente com Belém, caracterizando-se por grandes aglomerados urbanos e crescimento isolado, limitado pela distribuição de serviços, infraestrutura e condições do espaço urbano. Entre 1970 e 2010, Manaus foi a capital brasileira que mais cresceu, com um aumento de 573% na população, de 314 mil para cerca de 2 milhões de habitantes, impulsionado principalmente pela instalação da Zona Franca de Manaus em 1957.

O Polo Industrial de Manaus gera mais de meio milhão de empregos, mas os benefícios estão concentrados em Manaus, impactando negativamente os demais municípios do Amazonas. A renda do trabalho no Amazonas é inferior à média nacional, com a maioria dos trabalhadores da ZFM recebendo até dois salários-mínimos. A região possui taxas de escolarização inferiores ao resto do Brasil e um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) abaixo da média nacional. Ademais, a expectativa de vida é menor, e a taxa de médicos por mil habitantes é metade da observada no resto do país.

A Região Metropolitana (RM) de Manaus, criada em 2007, abrange treze municípios e inclui diversas unidades de conservação e terras indígenas. Esta RM responde pela gestão territorial de Manaus e das cidades em sua influência direta. A RM de Manaus se destaca pela sua extensão de 127 mil km², sendo a maior do país em área, com baixa densidade demográfica e mais de 90% de sua área ainda coberta por vegetação.



Desafios da governança metropolitana

O desenvolvimento da governança metropolitana em Manaus enfrentou desafios, incluindo a criação e implementação de planos de desenvolvimento integrado. Apesar dos esforços iniciais, muitos desses planos não resultaram em criação de marco legal ou aplicação prática, em parte devido às mudanças na composição de municípios integrantes da RM de Manaus.

A concentração de atividades industriais e a administração dos dividendos da Suframa fazem com que Manaus concentre grande parte dos problemas urbanos da região e force uma expansão urbana e agrícola intimamente ligada às dinâmicas de desmatamento na região – como no caso do município de Iranduba. Isso também pode ser visto nas gigantescas queimadas em municípios vizinhos, como Autazes, que em 2023 afetaram fortemente a capital amazonense.

As cidades na RM de Manaus surgiram principalmente ao longo de grandes rios, mas com a expansão desordenada de rodovias e outras infraestruturas viárias, esses aglomerados se voltaram para o transporte terrestre. Ainda assim, o modal fluvial permanece como um importante marco cultural e meio de conexão para comunidades mais isoladas.

Impacto da criminalidade no desenvolvimento

A análise do impacto da criminalidade no desenvolvimento econômico de Manaus revela dados preocupantes. O estudo "Crime and Economic Growth: A Case Study of Manaus, Brazil" de Pedro Drugowich e Paula Pereda indica que a atividade criminosa, particularmente após a formação da facção criminosa "Família do Norte" (FDN) em 2007, teve um impacto negativo substancial sobre a economia da cidade.

Segundo o estudo, a presença da FDN reduziu o PIB per capita de Manaus em 3% ao ano.

Além do impacto econômico, a violência associada à FDN também se manifestou em um aumento acentuado da taxa de homicídios. Desde a sua criação, a taxa de homicídios em Manaus aumentou 55% em menos de dez anos, passando de 35,6 em 2006 para 54,9 em 2015. Este aumento da violência teve um impacto direto na percepção de segurança na cidade e contribuiu para a deterioração das condições econômicas.

O estudo estima que a erradicação do crime organizado nas cidades afetadas poderia resultar em um aumento significativo de R\$ 62 bilhões nos cofres públicos em 2020, considerando um ônus fiscal efetivo de 25% do PIB. Este valor é comparável ao total investido em segurança pública no Brasil em 2016, que foi de R\$ 76 bilhões.

3.5 Homicídios nas capitais amazônicas

50,75

Porto Velho/RO

Capital mais violenta da Amazônia

A taxa média de homicídios mais alta de todas as capitais amazônicas é de Porto Velho, capital de Rondônia, com 50,75 homicídios por 100 mil habitantes no período de 1996 a 2023 – a média amazônica das capitais ficou em 42,41. Considerando suas dimensões e a estabilidade das taxas ao longo de mais de 3 décadas, Porto Velho pode ser considerada uma das cidades mais violentas da Amazônia.

Embora os pontos mais altos de homicídios na capital rondoniense tenham ocorrido no fim dos anos 1990 e durante os anos 2000, quando as taxas chegaram a 72,79 em 1999, e a 72,41 em 2004, a violência em Porto Velho voltou a crescer muito nos últimos anos. Há 3 anos esses valores estão acima das 40 mortes por 100 mil habitantes. Em 2023, Porto Velho ficou na 3ª colocação como capital mais violenta da Amazônia. Em 2022, havia ficado em 2º lugar. Somente Manaus, no Amazonas, e Macapá, capital do Amapá, mantêm estabilidade semelhante de altas taxas de homicídio. Macapá, em 2023, se tornou a capital mais violenta de todo o país – com 69,95 mortes por 100 mil habitantes.

TABELA 9. Homicídios em capitais amazônicas, números absolutos de 1996 a 2023. Mortes por intervenções legais, causas indeterminadas (homicídios estimados) e por agressões.

Município	Agressões	Indeterminadas	Intervenções legais	Total
Manaus (AM)	21277	177,2	1	21455,2
Belém (PA)	14692	447,2	62	15201,2
São Luís (MA)	11757	1421	9	13187
Cuiabá (MT)	6244	885	77	7206
Porto Velho (RO)	5531	310,8	8	5849,8
Macapá (AP)	4787	71,6	326	5184,6
Rio Branco (AC)	3685	281	0	3966
Boa Vista (RR)	2749	272,4	15	3036,4
Palmas (TO)	1714	220	61	1995

Fonte: SIM/DATASUS. Mortes por agressões (intervalo X85-Y09); mortes por causas externas indeterminadas (Y10-Y34); mortes por intervenções legais ou operações de guerra (Y35-Y36). Para o cálculo de mortes indeterminadas como componente do indicador de homicídios foi utilizado o fator indicado pelo IPEA no estudo referenciado no início deste relatório – por isso, o número total de homicídios apresenta frações.

MACAPÁ/AP

326

Líder absoluto em mortes por intervenções legais, geralmente cometidas por policiais, chegando a 6% do total de homicídios.

CUIABÁ/MT

12%

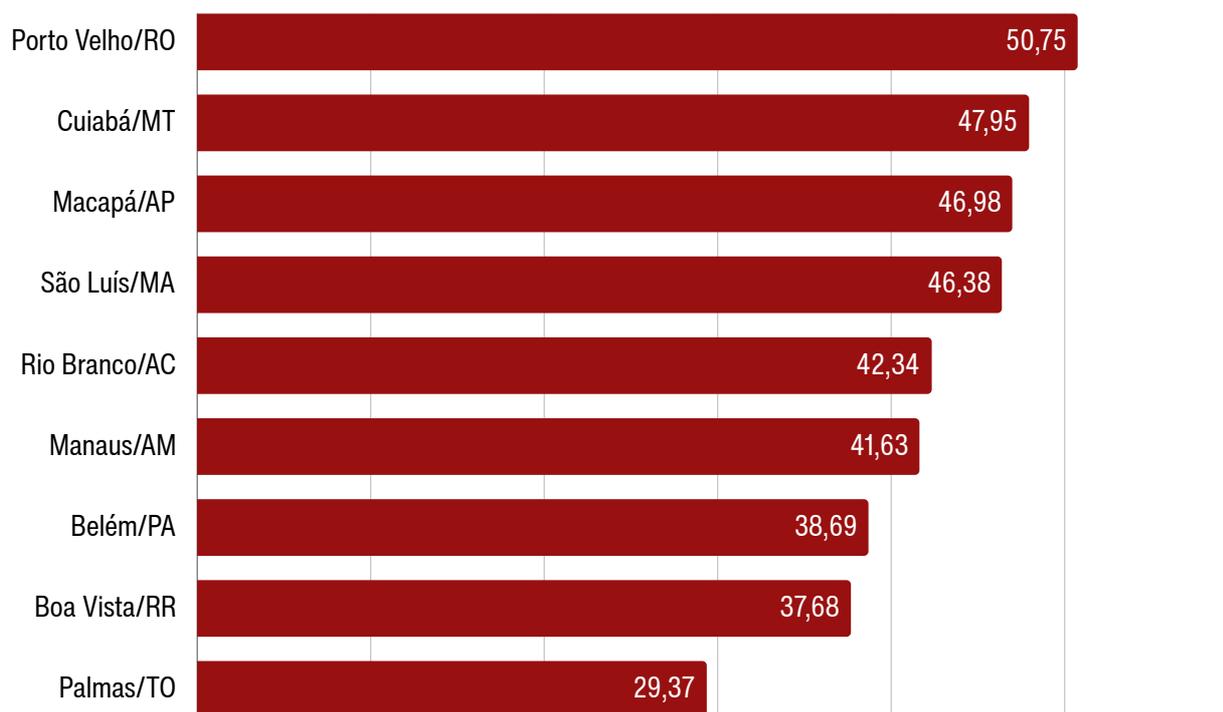
Líder em percentual de mortes por causas indeterminadas, alcançando mais de 880 assassinatos erroneamente classificados no período.

MANAUS/AM

21.277

Líder amazônica em total de homicídios causados por agressões

GRÁFICO 19. Homicídios nas capitais amazônicas, taxa média, 1996 a 2023.



Fonte: SIM/DATASUS.

Manaus/AM e Macapá/AP são duas metrópoles amazônicas de dimensões bem diferentes, porém, com algumas semelhanças importantes.

Com seus mais de 2 milhões de habitantes Manaus/AM é a sétima maior cidade do Brasil. Na capital manauara a dinâmica da violência se assemelha àquela encontrada em outras capitais do Nordeste, como Fortaleza/CE ou Recife/PE. Praticamente isolada por terra do sul do país, o histórico de desenvolvimento de Manaus/AM parece atender bem ao formato de uma enorme ilha metropolitana para onde fluem as forças econômicas do vasto território do estado que já era uma província em 1850.

Macapá/AP evidentemente é bem menor e mais jovem, mas, apesar de não estar tão desconectada do restante do país pela falta de estradas, ainda assim se assemelha a uma ilha de concentração urbana e desenvolvimento, onde a dinâmica da violência parece estar mais voltada para si mesma e sua recente história estadual - à exceção, evidentemente, da relação intrínseca com a tríplice fronteira internacional que conecta o território amapaense à Guiana Francesa e ao Suriname.

Em Porto Velho/RO a situação é diferente, porque a capital rondoniense tem um histórico de desenvolvimento fortemente marcado pela ideia de conexão entre o norte e o sul do Brasil pela via terrestre e de integração do território amazônico profundo ao restante do país - além de ser a única capital amazônica com uma fronteira internacional (com a Bolívia). Mas há outro fator preponderante para colocar Porto Velho/RO numa situação exclusiva quando o assunto é violência na Amazônia: a cidade é uma zona-limite no avanço da fronteira agrícola da soja e da produção de carne em direção ao sul do Amazonas, transformando-a numa verdadeira buffer zone diante do avanço de investidas econômicas predatórias sobre a última grande parte do território amazônico ainda pouco destruída.

Observações estatísticas sobre as taxas médias de homicídios em capitais da Amazônia, 1996-2023.

- Porto Velho apresentou a maior média (50,75) e as taxas consistentes ao longo dos anos, com um desvio padrão relativamente baixo (11,61). Sua taxa máxima ocorreu em 1998 (72,79).
- Cuiabá apresentou alta variabilidade nas taxas (desvio padrão de 17,45), com valores que diminuíram significativamente nos últimos anos. A taxa máxima foi de 77,70 em 2001, e a mínima de 17,00 em 2021.
- Macapá registrou uma média de 46,98, com um pico recente em 2023 (69,95). A estabilidade relativa é destacada pelo desvio padrão de 10,74.
- São Luís teve a maior variabilidade entre as capitais (desvio padrão de 19,88), com um pico em 2014 (96,32) e uma mínima de 18,74 em 1996.
- Rio Branco apresentou uma média de 42,34, com taxas crescentes na década de 2010. A taxa mais alta foi de 86,84 em 2017.
- Manaus, com uma média de 41,63, manteve taxas relativamente estáveis ao longo do período, com um pico em 2022 (58,22).
- Belém teve uma tendência inicial de crescimento, com um pico em 2017 (70,74). A média geral foi de 38,69.
- Boa Vista apresentou uma média de 37,68, com aumento nas taxas a partir de 2017. A taxa máxima foi de 76,30 (2018).
- Palmas, a capital com a menor média (29,37), mostrou crescimento recente, culminando em 2023 com 49,44. O desvio padrão foi de 10,76, indicando uma relativa estabilidade.

As capitais da Amazônia exibem diferenças significativas na intensidade e na variabilidade das taxas de homicídios ao longo do tempo.

Porto Velho, Cuiabá e São Luís destacam-se pelas maiores médias, refletindo um histórico de maior violência letal na região.

Palmas e Boa Vista apresentam as menores médias, mas as taxas recentes indicam um crescimento preocupante, especialmente em Palmas.

São Luís e Cuiabá têm os maiores níveis de variação, sugerindo cenários instáveis ou marcados por intervenções significativas ao longo do tempo.

TABELA 10. Homicídios nas capitais da Amazônia. Taxa média anual, 1996 a 2023.

Ano	Porto Velho (RO)	Cuiabá (MT)	Macapá (AP)	São Luís (MA)	Rio Branco (AC)	Manaus (AM)	Belém (PA)	Boa Vista (RR)	Palmas (TO)
1996	26,60	31,48	41,40	18,74	38,08	24,43	15,18	33,75	17,77
1997	41,55	57,15	46,77	32,55	57,41	36,57	25,79	34,62	12,07
1998	72,79	77,34	51,19	42,82	56,82	41,69	30,73	51,77	12,65
1999	56,69	68,97	64,21	29,97	38,14	36,44	21,69	51,44	21,33
2000	68,42	73,44	49,04	28,76	35,29	36,65	29,02	47,50	22,52
2001	70,65	77,70	44,27	34,42	39,40	25,81	29,04	33,09	27,84
2002	69,57	56,97	44,43	26,69	44,82	26,69	32,75	41,95	22,34
2003	56,79	53,92	43,92	36,06	37,88	29,36	35,70	41,17	23,23
2004	72,41	55,65	38,90	36,07	30,41	25,82	29,73	31,57	21,85
2005	59,42	59,95	37,98	32,39	24,53	29,48	46,12	26,26	13,93
2006	70,08	52,68	35,83	34,66	37,88	32,32	35,15	23,79	14,03
2007	55,29	51,63	36,03	44,49	34,06	34,24	35,92	27,22	20,74
2008	48,52	51,95	42,17	46,41	29,86	38,41	47,54	29,13	21,74
2009	50,68	49,22	31,65	55,86	34,32	43,49	45,16	30,05	28,63
2010	51,67	45,34	48,75	60,08	29,78	46,97	55,62	31,03	30,22
2011	45,03	56,44	33,46	59,18	27,17	56,96	41,54	22,08	33,15
2012	45,99	52,91	38,65	66,85	33,01	57,02	46,18	31,05	28,50
2013	41,73	50,72	35,27	94,50	44,23	43,50	49,27	47,12	32,57
2014	40,20	58,04	40,51	96,32	43,14	45,77	50,24	34,36	38,43
2015	45,15	50,99	45,16	86,14	38,86	55,37	49,64	41,16	43,27
2016	47,38	43,39	58,73	72,86	68,16	48,22	64,04	36,52	44,31
2017	39,54	33,89	56,33	59,16	86,84	56,06	70,74	50,36	40,10
2018	36,73	27,18	63,73	36,36	64,07	49,00	67,94	76,30	44,89
2019	34,22	23,18	51,22	31,40	52,78	49,90	37,50	40,98	39,11
2020	35,86	27,66	53,11	38,05	52,01	37,10	26,45	37,89	44,40
2021	40,59	17,00	63,18	33,51	33,62	55,93	21,93	39,99	38,93
2022	51,54	18,87	49,62	33,16	36,78	58,22	22,13	33,96	34,38
2023	45,88	19,04	69,95	31,25	36,10	44,13	20,56	28,88	49,44
Média	50,75	47,95	46,98	46,38	42,34	41,63	38,69	37,68	29,37

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 20. Acre - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

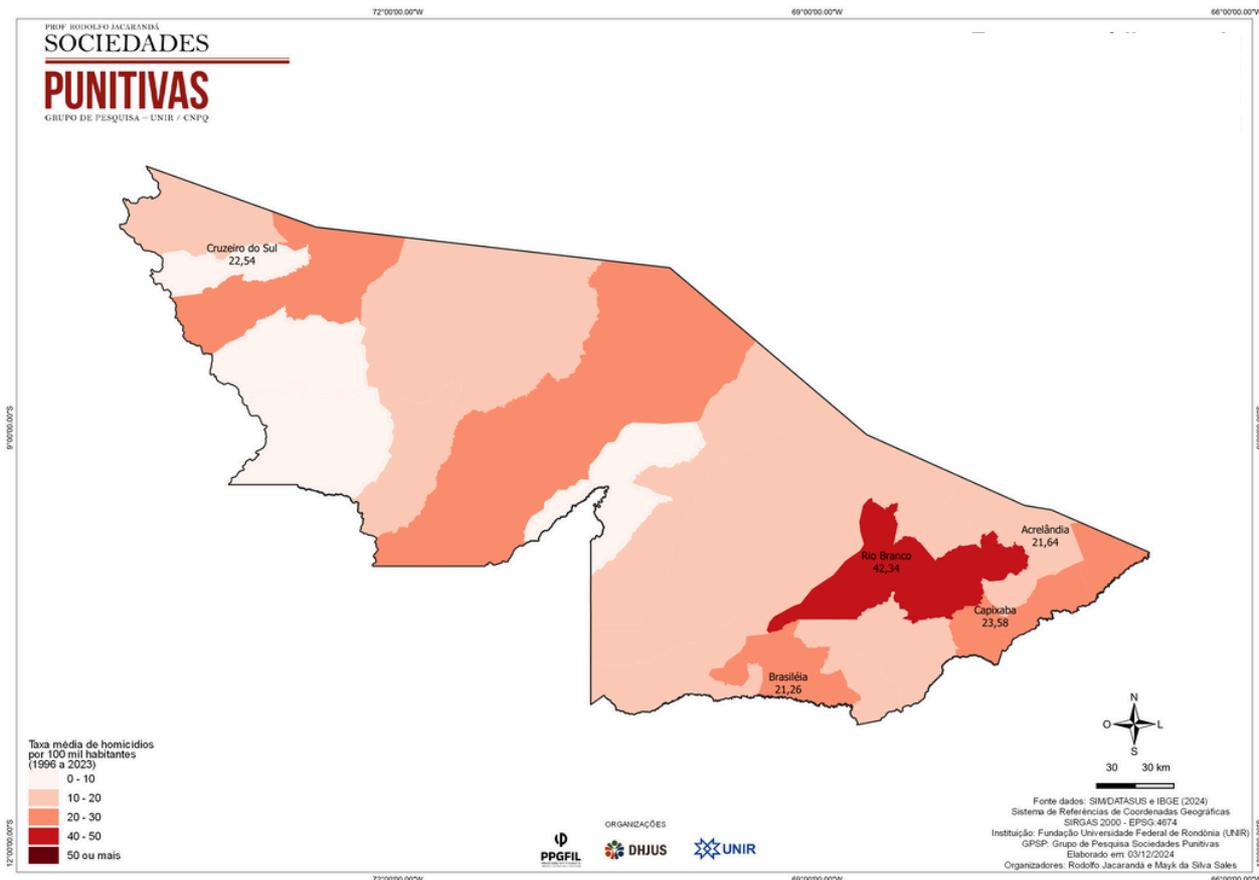


TABELA 11. Acre - Homicídios nos municípios, taxa média 1996 a 2023.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Rio Branco	42,34	Feijó	20,11	Assis Brasil	15,21	Jordão	10,32
Capixaba	23,58	Porto Acre	19,01	Epitaciolândia	14,69	Rodrigues Alves	8,27
Cruzeiro do Sul	22,54	Senador Guiomard	18,60	Tarauacá	14,23	Porto Walter	6,46
Acrelândia	21,64	Sena Madureira	18,47	Bujari	12,81	Marechal Thaumaturgo	5,65
Brasiléia	21,26	Manoel Urbano	16,22	Mâncio Lima	12,17	Santa Rosa do Purus	4,49
Plácido de Castro	20,56	Xapuri	15,29				

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 21. Amazonas - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

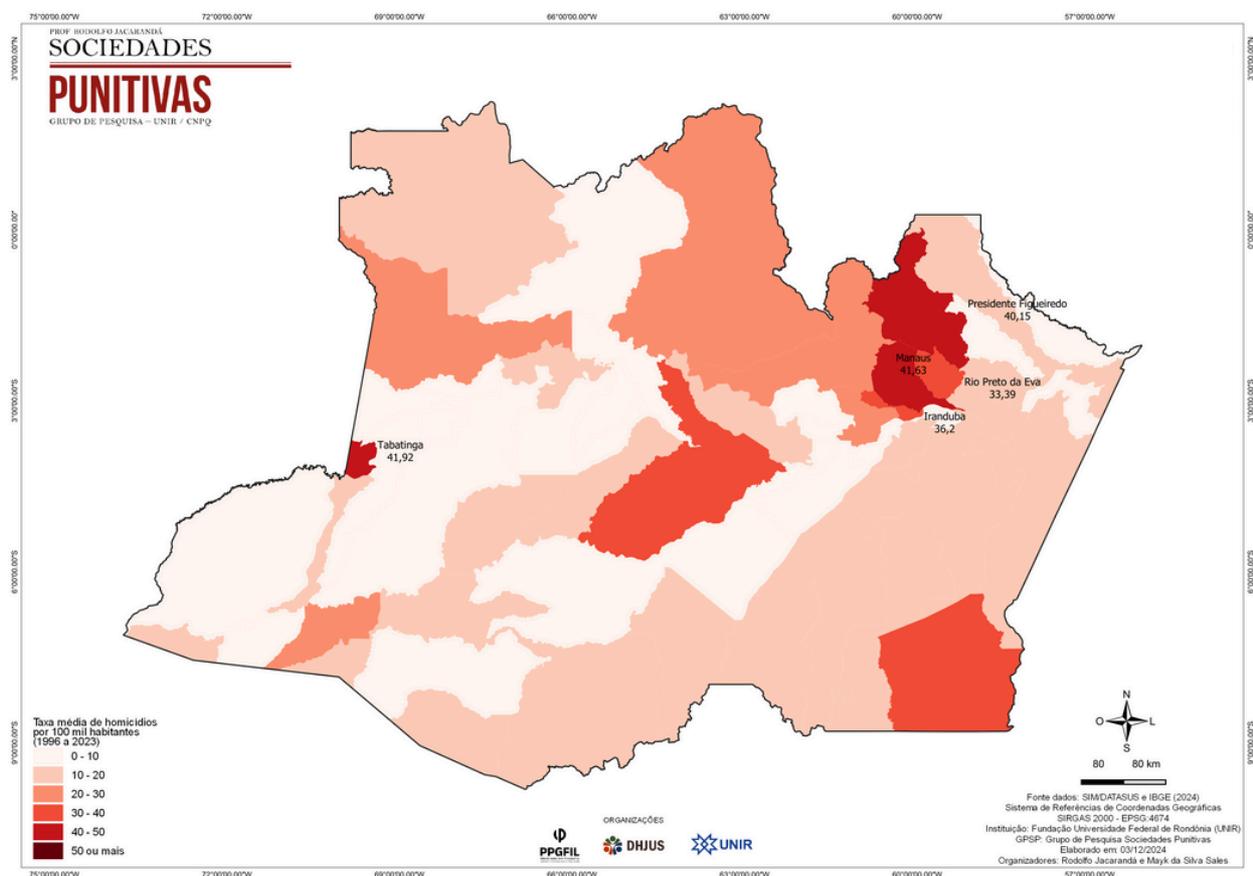


TABELA 12. Amazonas - Homicídios nos 48 municípios com a taxa média 1996 a 2023 mais alta.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Tabatinga	41,92	Envira	19,96	Itapiranga	14,16	Borba	10,33
Manaus	41,63	Careiro	19,63	Benjamin Constant	13,62	Guajará	10,01
Presidente Figueiredo	40,15	Boca do Acre	18,86	Manicoré	12,94	Santa Is. do Rio Negro	9,42
Iranduba	36,20	Itacoatiara	17,06	Autazes	12,37	Anori	9,32
Rio Preto da Eva	33,39	São Gab. da Cachoeira	16,70	Nova Olinda do Norte	12,31	Uarini	9,12
Coari	32,97	Humaitá	16,64	Parintins	11,25	Jutaí	8,52
Apuí	31,80	Maués	16,00	Boa Vista do Ramos	11,21	Manaquiri	8,32
Japurá	28,92	Carauari	15,42	Codajás	11,06	Tapauá	8,22
Barcelos	25,78	Tefé	15,26	Urucará	10,85	Careiro da Várzea	8,09
Eirunepé	25,60	Novo Aripuanã	14,66	Itamarati	10,75	Pauini	8,07
Manacapuru	22,61	Lábrea	14,39	Silves	10,65	São Sebas. do Uatumã	7,99
Novo Airão	20,25	Fonte Boa	14,35	Canutama	10,58	Atalaia do Norte	7,96

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 22. Amapá - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

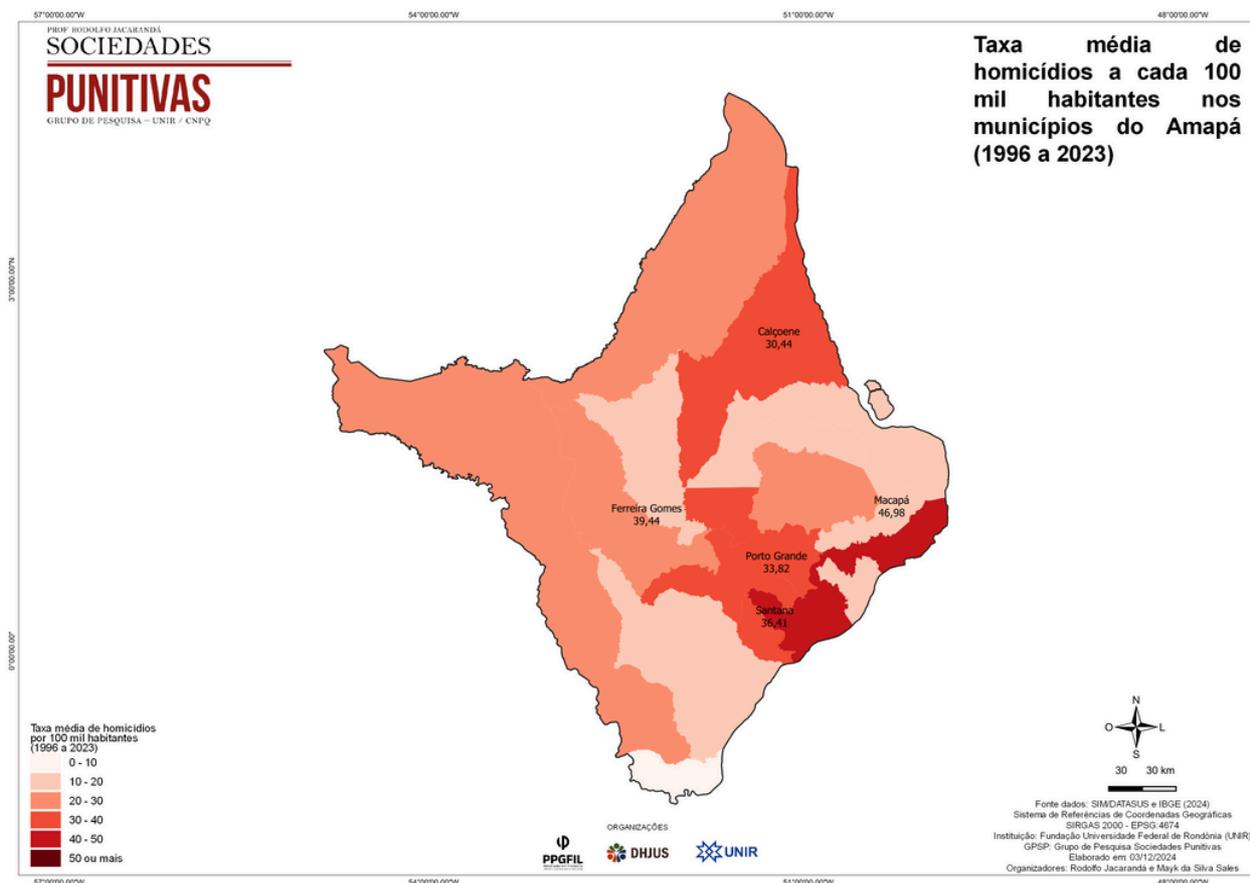


TABELA 13. Amapá - Homicídios nos municípios, 1996 a 2023.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Macapá	46,98	Calçoene	30,44	Pedra B. do Amapari	20,91	Amapá	12,75
Ferreira Gomes	39,44	Oiapoque	27,46	Pracuúba	18,37	Cutias	12,31
Santana	36,41	Laranjal do Jari	26,43	Itaubal	16,93	Serra do Navio	10,17
Porto Grande	33,82	Tartarugalzinho	25,25	Mazagão	15,44	Vitória do Jari	7,75

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 23. Maranhão - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

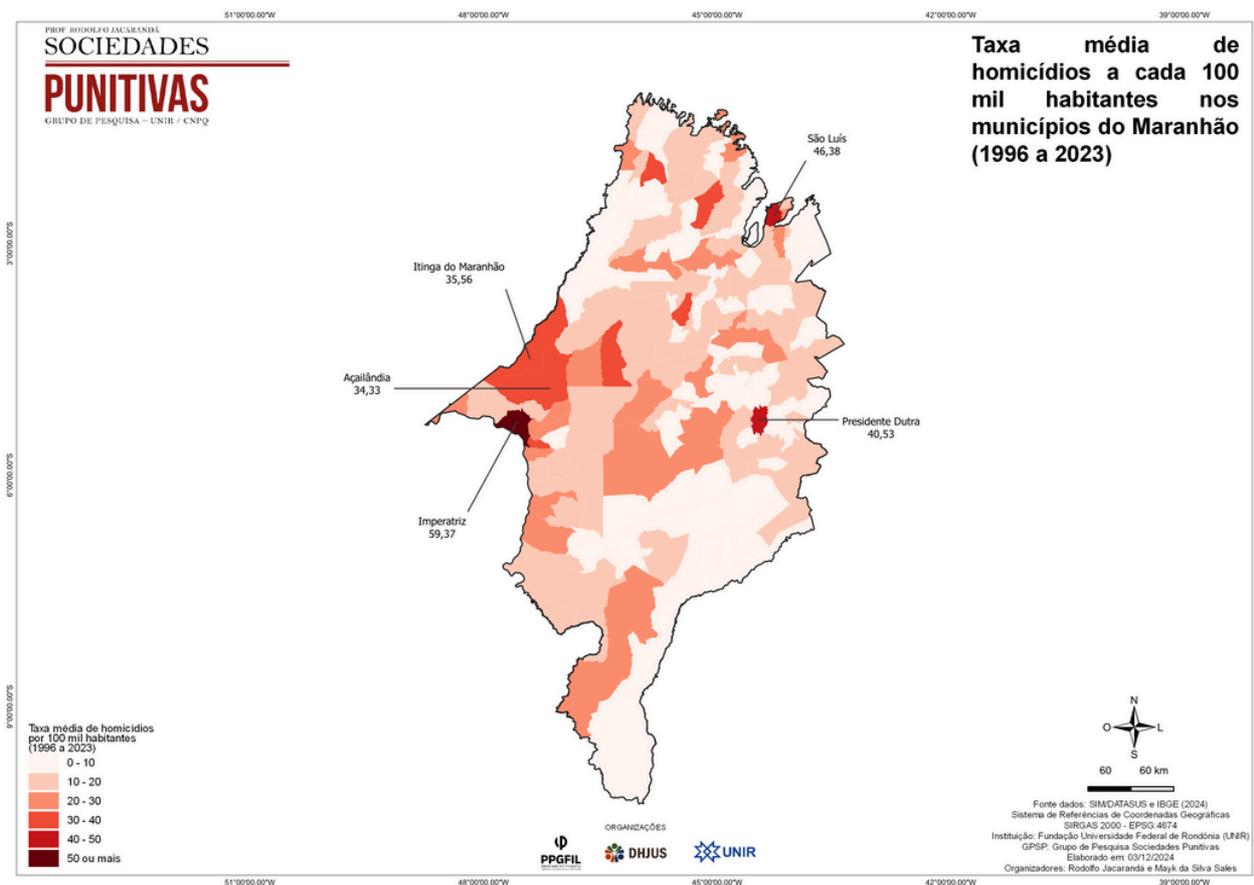


TABELA 14. Maranhão - Homicídios nos 48 municípios com a taxa média 1996 a 2023 mais alta.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Imperatriz	59,37	Zé Doca	27,28	Estreito	22,88	Raposa	19,43
São Luís	46,38	Bom Jesus das Selvas	27,10	Cururupe	22,39	São Mat. do Maranhão	19,42
Presidente Dutra	40,53	Porto Franco	26,34	São José de Ribamar	22,26	Santa Luzia	19,38
Itinga do Maranhão	35,56	Timon	26,31	São P. da Água Branca	21,30	Central do Maranhão	19,12
Açailândia	34,33	Grajaú	26,09	Barra do Corda	21,04	Bacabeira	19,06
Pinheiro	33,40	Junco do Maranhão	26,08	João Lisboa	20,96	Paço do Lumiar	18,86
Governador Nunes Freire	32,62	Balsas	25,69	Alto Al. do Maranhão	20,42	Coroatá	18,29
Davinópolis	32,58	Gov. Edison Lobão	25,24	Boa Vista do Gurupi	20,31	Bom Jardim	17,97
Santa Inês	32,25	Penalva	24,55	Senador La Rocque	20,30	Pindaré-Mirim	17,53
Buritcupu	30,26	Viana	24,10	Arame	20,25	Amarante do Maranhão	17,48
Caxias	27,42	Rosário	23,64	Lago da Pedra	20,08	Vitorino Freire	17,31
Bacabal	27,35	Peritoró	23,57	São D. do Maranhão	19,89	Pedreiras	16,96

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 24. Mato Grosso - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

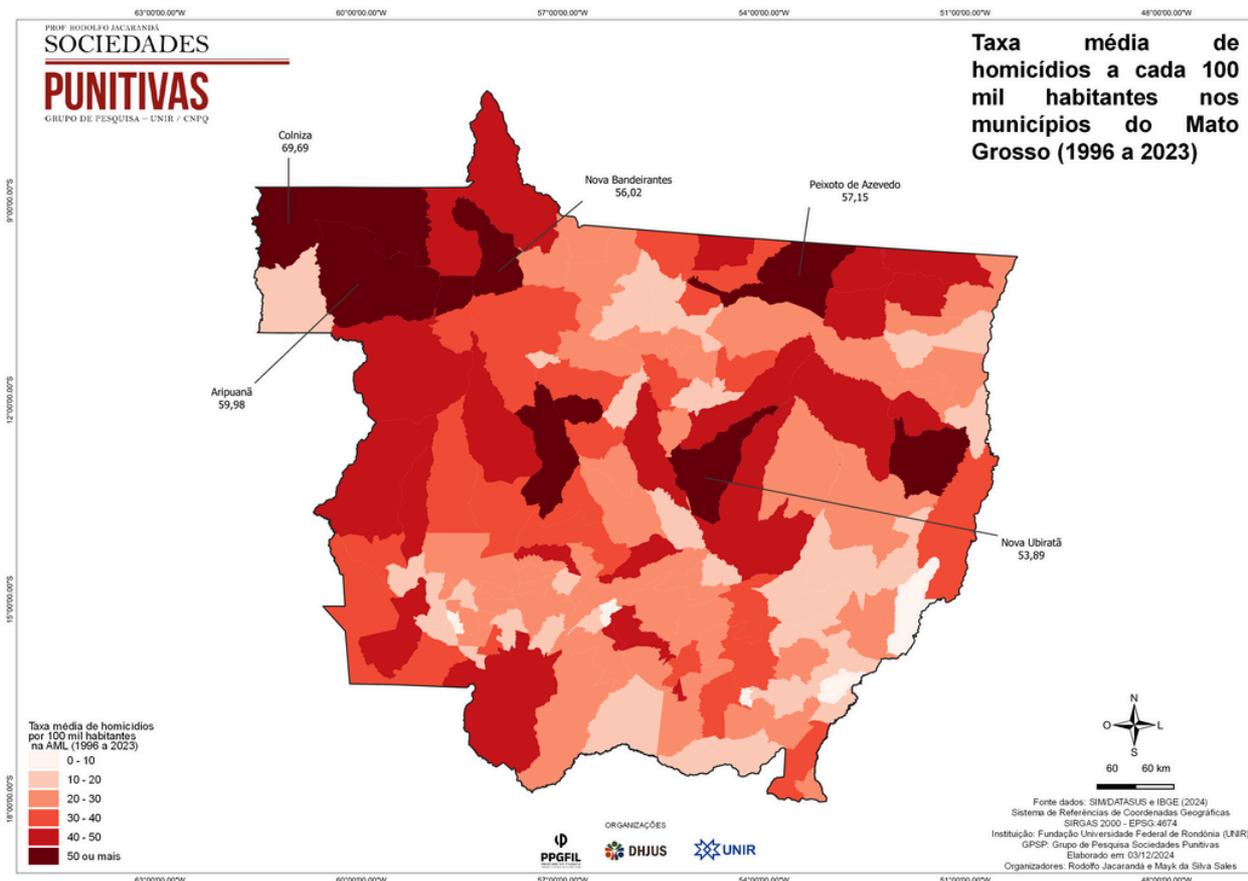


TABELA 15. Mato Grosso - Homicídios nos 48 municípios com a taxa média 1996 a 2023 mais alta.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Colniza	69,69	São José do Xingu	47,25	Cáceres	41,81	Rondonópolis	38,12
Aripuanã	59,98	Feliz Natal	45,67	Santa Cruz do Xingu	41,29	Vila B. da S. Trindade	37,98
Peixoto de Azevedo	57,15	Vila Rica	45,57	Nova Marilândia	40,69	Novo Mundo	37,33
Nova Bandeirantes	56,02	Brasnorte	44,83	Várzea Grande	40,68	Tapurah	37,16
Nova Ubiratã	53,89	Juína	44,52	Confresa	40,67	Juara	36,72
Itanhangá	53,52	Apiacás	44,23	Guarantã do Norte	40,53	Terra Nova do Norte	36,40
Nova Maringá	51,46	Arenápolis	44,00	Pontes e Lacerda	40,33	São José do Rio Claro	36,37
Juruena	51,42	Bom J. do Araguaia	43,41	Comodoro	40,13	Matupá	35,34
Ribeirão Cascalheira	51,06	Campos de Júlio	42,69	Cocalinho	39,46	Poxoréu	34,96
Querência	48,79	Paranatinga	42,31	União do Sul	39,23	Nova Lacerda	34,74
Sorriso	47,99	Cotriguaçu	42,22	Campo Novo do Parecis	39,13	Porto Esperidião	34,27
Cuiabá	47,95	Nobres	41,95	Diamantino	38,49	Sinop	33,93

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 25. Pará - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

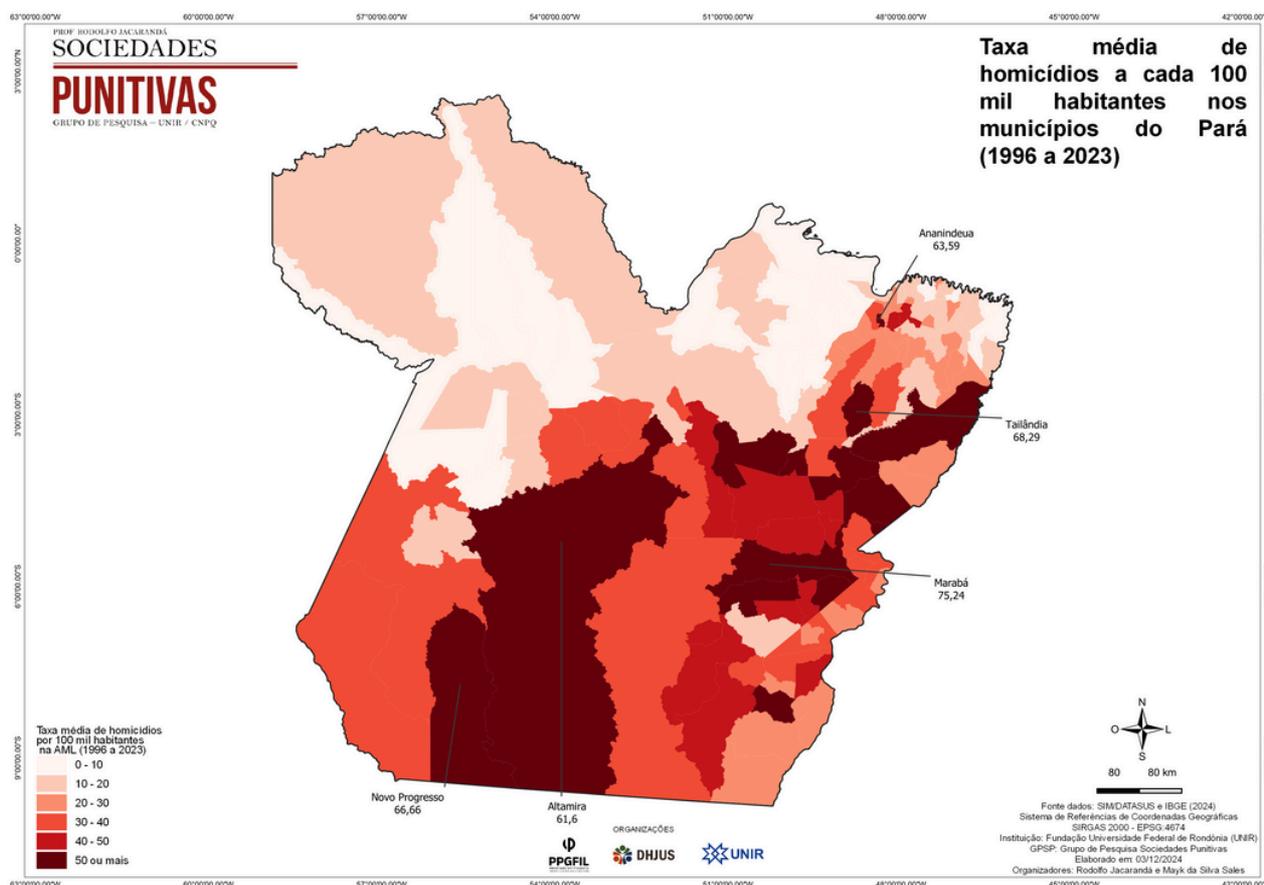


TABELA 16. Pará - Homicídios nos 48 municípios com a taxa média 1996 a 2023 mais alta.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Marabá	75,24	Rondon do Pará	50,58	Tucumã	44,23	Uruará	34,98
Tailândia	68,29	Paragominas	50,51	Jacundá	44,08	Xinguara	34,71
Novo Progresso	66,66	Redenção	50,34	Floresta do Araguaia	42,51	São Félix do Xingu	32,90
Ananindeua	63,59	Itupiranga	47,69	Santa Izabel do Pará	40,96	Moju	32,80
Altamira	61,60	Curionópolis	47,56	Tomé-Açu	39,82	Rio Maria	32,00
Goianésia do Pará	55,79	Cumaru do Norte	47,38	Bom J. do Tocantins	39,31	Brejo G. do Araguaia	31,85
Parauapebas	54,50	Canaã dos Carajás	47,27	Belém	38,69	São G. do Araguaia	31,31
Tucuruí	53,66	Novo Repartimento	46,89	São João do Araguaia	37,21	Senador José Porfírio	31,15
Eldorado do Carajás	53,50	Nova Ipixuna	45,36	Itaituba	36,01	Medicilândia	31,01
Marituba	53,01	Anapu	45,09	Brasil Novo	35,65	Jacareacanga	30,90
Pacajá	51,65	Ourilândia do Norte	44,71	São D. do Araguaia	35,55	Breu Branco	30,52
Abel Figueiredo	51,04	Castanhal	44,49	Bannach	35,08	Igarapé-Miri	29,48

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 26. Rondônia - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

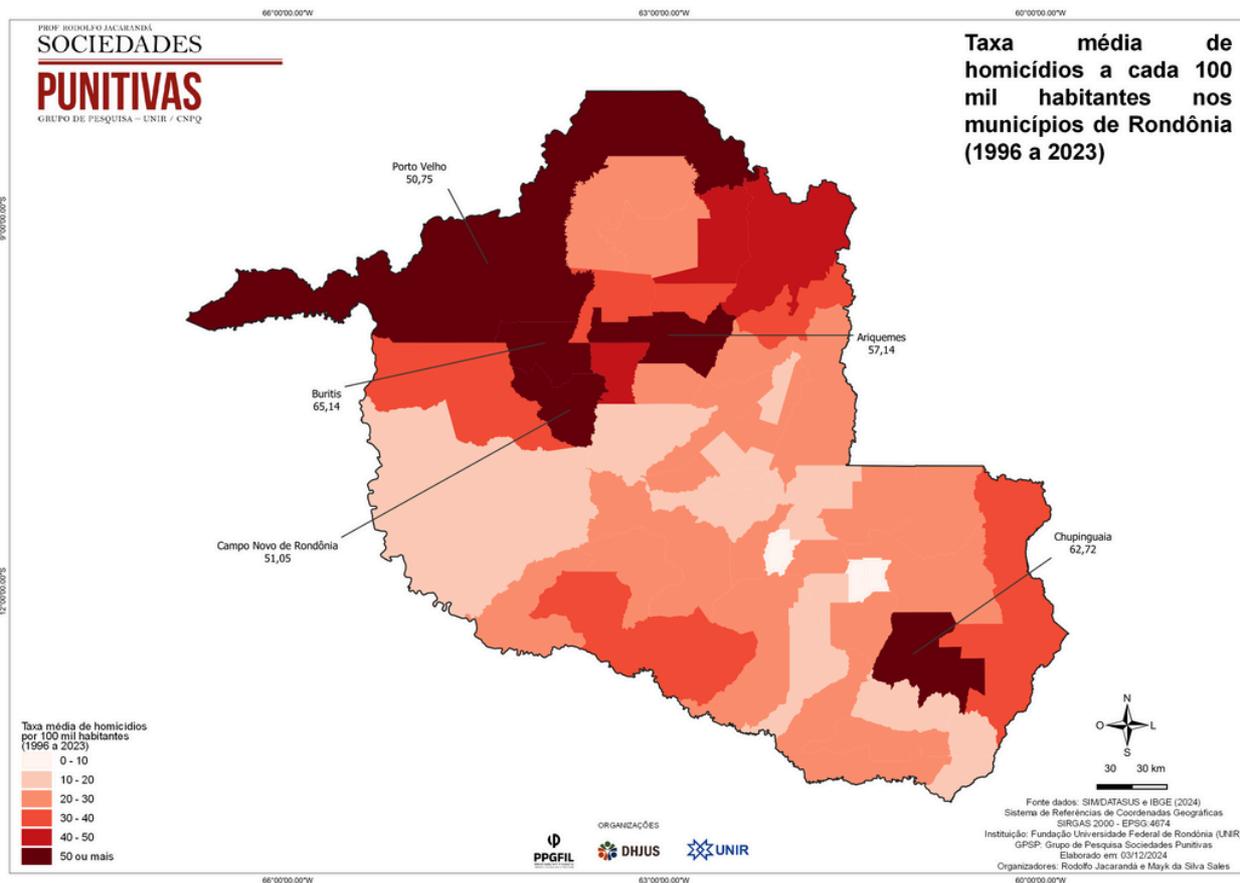


TABELA 17. Rondônia - Homicídios nos 48 municípios com a taxa média 1996 a 2023 mais alta.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Buritis	65,14	Vilhena	35,43	Rolim de Moura	23,18	Guajará-Mirim	17,88
Chupinguaia	62,72	Vale do Anari	30,47	Alta Floresta D'Oeste	23,17	Urupá	17,87
Ariquemes	57,14	Costa Marques	29,90	Pimenta Bueno	23,16	Alto Alegre dos Parecis	17,70
Campo N. de Rondônia	51,05	Candeias do Jamari	28,57	Itapuã do Oeste	22,95	Teixeirópolis	17,19
Porto Velho	50,75	Cacoal	28,52	Espigão D'Oeste	22,27	Cabixi	16,42
Cujubim	49,17	Jaru	28,17	Cerejeiras	21,54	Castanheiras	14,53
Monte Negro	45,04	Seringueiras	26,91	Nova Bras. D'Oeste	21,47	Presidente Médici	13,97
Machadinho D'Oeste	42,01	Ji-Paraná	26,60	Parecis	20,98	Alvorada D'Oeste	13,35
Rio Crespo	39,05	Cacaulândia	26,02	Pimenteiras do Oeste	20,3	Colorado do Oeste	12,90
São Fran. do Guaporé	38,02	Ouro Preto do Oeste	24,91	São Mig. do Guaporé	20,02	Santa Luzia D'Oeste	12,57
Alto Paraíso	37,23	Mirante da Serra	23,80	Ministro Andreazza	19,85	Vale do Paraíso	12,14
Nova Mamoré	35,44	Theobroma	23,46	Gov. Jorge Teixeira	18,34	Corumbiara	11,49

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 27. Roraima - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

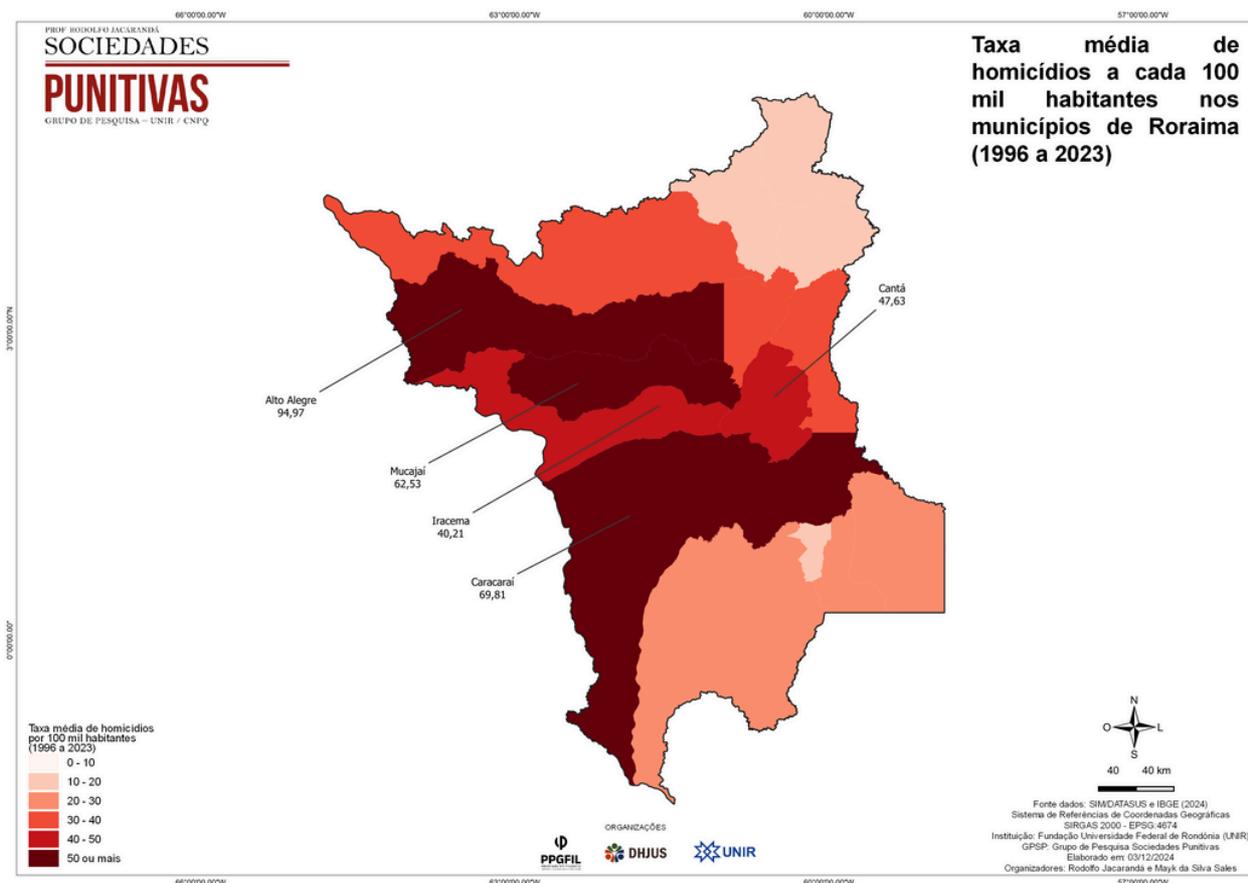


TABELA 18. Roraima - Homicídios nos municípios, taxa média 1996 a 2023.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Alto Alegre	94,97	Iracema	40,21	Caroebe	29,29	Pacaraima	18,31
Caracará	69,81	Boa Vista	37,68	Rorainópolis	27,16	Normandia	13,83
Mucajá	62,53	Amajari	36,75	São João da Baliza	23,19	Uiramutã	12,51
Cantá	47,63	Bonfim	34,23	São Luiz	19,54		

Fonte: SIM/DATASUS.

GRÁFICO 28. Tocantins - Taxa média de homicídios por municípios, 1996 a 2023.

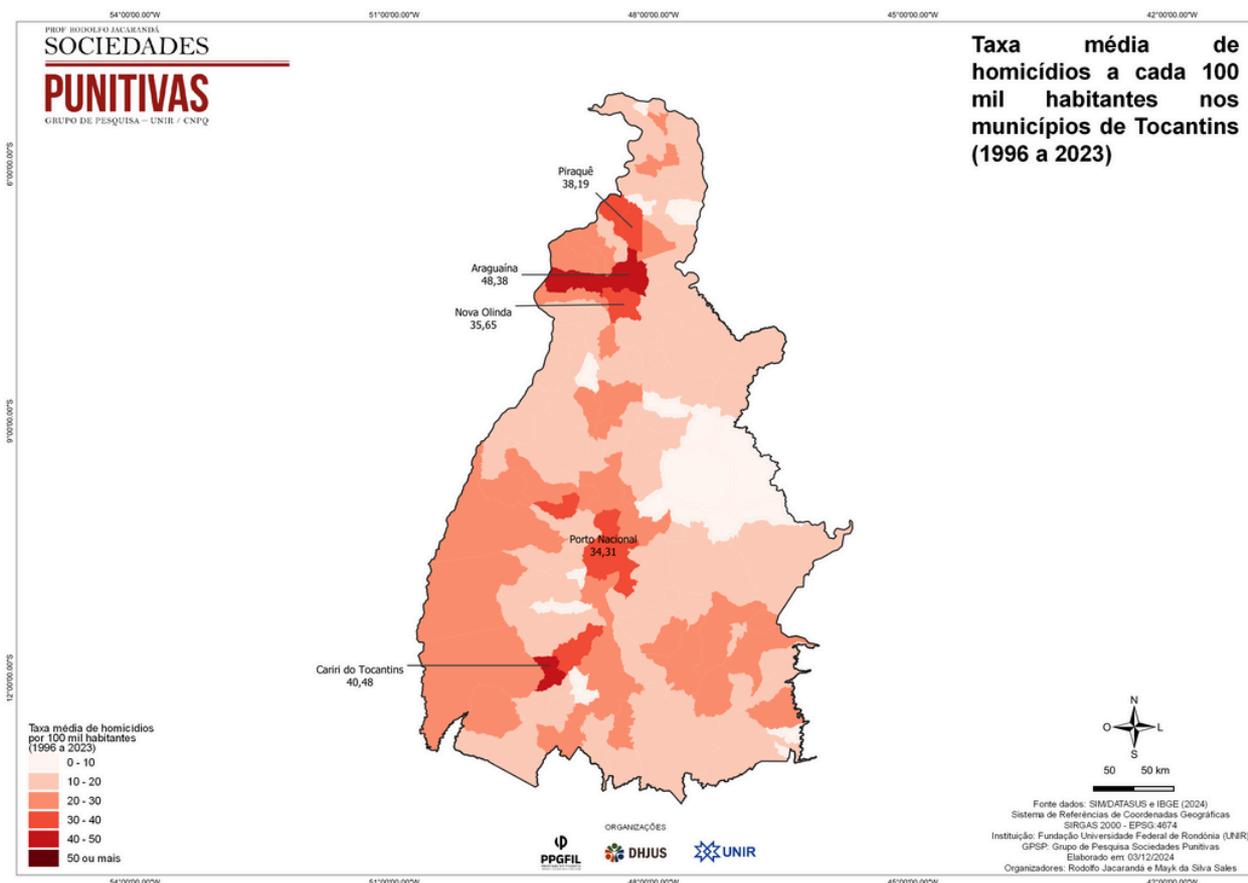


TABELA 19. Tocantins - Homicídios nos 48 municípios com a taxa média 1996 a 2023 mais alta.

Município	Média	Município	Média	Município	Média	Município	Média
Araguaína	48,38	Lagoa da Confusão	27,95	Miracema do Tocantins	23,15	Chapada da Natividade	21,02
Cariri do Tocantins	40,48	Divinóp. do Tocantins	26,92	Colméia	22,83	Brejinho de Nazaré	20,96
Pirajuê	38,19	Sandolândia	26,51	Formoso do Araguaia	22,69	São Bento do Tocantins	20,60
Nova Olinda	35,65	Wanderlândia	26,32	Pium	22,49	Taguatinga	20,36
Porto Nacional	34,31	Natividade	24,95	Almas	22,44	Barra do Ouro	19,99
Gurupi	33,17	Barrolândia	24,66	Marianóp. do Tocantins	21,79	Cristalândia	19,74
Xambioá	31,48	Muricilândia	24,36	São Sal. do Tocantins	21,77	Paraíso do Tocantins	19,59
Monte Santo do Tocantins	31,11	Lajeado	24,32	Aragominas	21,65	Dueré	19,56
Augustinópolis	29,49	Dianópolis	24,10	Guaraí	21,50	Silvanópolis	19,31
Palmas	29,37	Pau D'Arco	23,65	Colinas do Tocantins	21,14	Ponte Alta do Tocantins	19,00
Tabocão	28,72	Talismã	23,52	Conceição do Tocantins	21,07	Recursolândia	18,89
Santa Fé do Araguaia	28,62	Rio da Conceição	23,25	Peixe	21,04	Jaú do Tocantins	18,88

Fonte: SIM/DATASUS.

IV. Porto Velho: uma capital entre o inferno verde e o eldorado amazônico

Contexto histórico e econômico

Porto Velho, capital de Rondônia, possui uma história profundamente vinculada aos processos de integração territorial e exploração econômica na Amazônia. Fundada em 1914 como ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a cidade emergiu como um eixo estratégico para o transporte de borracha durante o ciclo econômico da extração amazônica. No entanto, com o declínio do ciclo da borracha na década de 1920, a cidade enfrentou um período de estagnação econômica (Santos, 2024).

Na segunda metade do século XX, Porto Velho voltou a ocupar um papel central com os projetos de integração nacional promovidos pela ditadura militar (1964-1985). A abertura das rodovias BR-364 e BR-319 conectou a cidade ao sul do Brasil e a Manaus, respectivamente, promovendo a migração de milhares de trabalhadores e colonos atraídos por promessas de terras e oportunidades econômicas. Esses projetos estavam alinhados ao Programa de Integração Nacional (PIN) e ao conceito de "segurança nacional", que visava ocupar a Amazônia para evitar supostas ameaças externas (Rocha e Gonçalves, 2017; Santos, 2024).



Mais recentemente, Porto Velho consolidou-se como um centro logístico para o agronegócio, especialmente com a expansão da fronteira agrícola para o sul do Amazonas. A cidade tornou-se um entreposto essencial para o transporte de soja e carne, servindo de ponto de conexão entre a produção no interior e os portos exportadores, como os do rio Madeira. Além disso, a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, entre 2008 e 2016, levou investimentos bilionários, mas também gerou impactos sociais e ambientais significativos, como deslocamento de comunidades ribeirinhas e aumento de tensões fundiárias (IBGE, 2024; Santos, 2024).

Esses processos econômicos e de infraestrutura transformaram Porto Velho em um espaço de intenso fluxo populacional, com uma população urbana que ultrapassa meio milhão de habitantes. No entanto, o rápido crescimento urbano tem se dado de forma desordenada, resultando em precariedade de serviços públicos, aumento da desigualdade e pressão sobre as populações mais vulneráveis (Santos, 2024).

Dinâmica da violência

Porto Velho se insere em um contexto de violência marcado pela interação de fatores locais e regionais que incluem conflitos fundiários, o avanço do agronegócio e a atuação de facções criminosas. Rondônia destaca-se por registrar conflitos intensos no campo e pela crescente complexidade do crime organizado (Silva e Parreiras, 2023).

● Conflitos fundiários e expansão do agronegócio

A expansão da fronteira agrícola em Rondônia, especialmente para o sul do Amazonas, tem intensificado as disputas por terras. Esses conflitos estão associados à grilagem, ao desmatamento ilegal e à precariedade na regularização fundiária. No período entre 2018 e 2020, Porto Velho apresentou uma taxa de homicídios de 30,1 por 100 mil habitantes, concentrando conflitos relacionados ao uso da terra e ao avanço de empreendimentos agrícolas (Silva e Parreiras, 2023). Exemplos como o massacre de Corumbiara, em 1995, ainda repercutem nas tensões entre camponeses, grandes proprietários e o Estado (Moura, 2019).

● Atuação do crime organizado

A posição estratégica de Porto Velho, próxima à fronteira com a Bolívia, favorece a atuação de facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Essas organizações disputam rotas para o tráfico de drogas e armas, com operações concentradas nas BR-364 e BR-319, conectando Rondônia a outros estados e ao mercado internacional (Jacarandá, 2022b). Em 2022, Rondônia registrou um recorde de apreensões de cocaína, totalizando mais de 10 mil kg em operações realizadas principalmente nas estradas estaduais (Jacarandá, 2022b).



Desenvolvimento urbano e social

Embora a cidade tenha se expandido urbanisticamente, o crescimento populacional e econômico não resultou em uma redução das desigualdades sociais. A infraestrutura urbana permanece insuficiente frente às demandas crescentes, e a precariedade de serviços públicos agrava a vulnerabilidade social de comunidades periféricas. O impacto ambiental e social dos grandes empreendimentos, como hidrelétricas e rodovias, também contribui para a persistência de tensões locais (IBGE, 2024; Santos, 2024).

A BR-319, que conecta Porto Velho a Manaus, desempenha um papel crucial no desenvolvimento urbano e social de Porto Velho. Sua reativação tem potencial para impulsionar a economia local, facilitando o escoamento de produtos e promovendo a integração regional. No entanto, essa infraestrutura também traz desafios significativos, como o aumento do desmatamento e conflitos fundiários, que impactam diretamente as comunidades locais e o meio ambiente.

A pavimentação da BR-319 pode atrair investimentos e migrantes, pressionando os serviços públicos e a infraestrutura urbana de Porto Velho. O crescimento populacional, sem planejamento adequado, pode resultar em expansão desordenada, aumento de áreas periféricas e ampliação das desigualdades sociais. Além disso, a rodovia facilita o acesso a áreas remotas, intensificando atividades ilegais como grilagem de terras e exploração madeireira, exacerbando conflitos sociais e ambientais.

Para mitigar esses impactos, é essencial implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. O planejamento urbano deve priorizar a infraestrutura básica, habitação e serviços essenciais, garantindo que o crescimento econômico beneficie toda a população. A participação ativa das comunidades locais no processo de desenvolvimento é fundamental para assegurar que suas necessidades e direitos sejam respeitados.

3.6 Homicídios de mulheres nos municípios amazônicos

Os dados de homicídios de mulheres em municípios da Amazônia não são tão completos quanto a série de homicídios totais. As distorções populacionais impactam o resultado da formação das taxas. Além disso, com uma grande quantidade de pequenos municípios os valores mais baixos dificultam a realização de algumas comparações.

Quando desprezamos o tamanho dos municípios, por número de habitantes, as taxas médias mais altas entre 2000 e 2023 ficaram com Caracaraí e Alto Alegre, em Roraima, que atingiram impressionantes 48,41 e 43,15 mortes por 100 mil mulheres – contra uma taxa média nacional de 3,95. Barcelos, no Amazonas, ficou em terceiro lugar, com 21,24.

A taxa média dos municípios amazônicos em todo o período ficou em 5,75, 46% acima da média nacional.



TABELA 11. Homicídio de mulheres nos 25 municípios com as taxas mais altas da Amazônia.

	UF	Município	Média
1º	RR	Caracaraí	48,41
2º	RR	Alto Alegre	43,15
3º	AM	Barcelos	21,24
4º	MT	União do Sul	16,08
5º	MT	Nova Marilândia	15,43
6º	TO	Taboão	13,97
7º	RR	Amajari	13,82
8º	PA	Bannach	13,13
9º	TO	Silvanópolis	12,97
10º	RR	Iracema	12,80
11º	PA	Novo Progresso	12,63
12º	RO	Chupinguaia	12,62
13º	PA	Tucumã	12,59
14º	MT	Peixoto de Azevedo	12,41
15º	MT	Nova Brasilândia	12,29
16º	MT	Brasnorte	12,20
17º	MT	Alto Araguaia	12,01
18º	MT	General Carneiro	11,90
19º	MT	Aripuanã	11,85
20º	MT	Ribeirão Cascalheira	11,68
21º	RO	Buritis	11,29
22º	PA	Curionópolis	10,95
23º	PA	Altamira	10,81
24º	MT	Arenópolis	10,79
25º	MT	Colniza	10,69

Fonte: SIM/DATASUS. Taxa média de homicídio de mulheres, calculada de 2000 a 2023, por 100 mil mulheres.

A violência homicida contra a mulher nos municípios amazônicos, por UF

Os homicídios de mulheres foram registrados por município, e os dados foram organizados por ano, permitindo uma análise temporal e espacial. Cada município tem uma média calculada para o período de 23 anos, destacando os locais com maiores índices de violência persistente. A análise também identificou os picos de violência por município e ano. Os resultados apontaram variações significativas entre as UFs e ao longo dos anos. Enquanto algumas UF apresentaram tendências de aumento ou redução, outras mostraram oscilações imprevisíveis, sugerindo a influência de fatores locais, como políticas públicas ou eventos socioeconômicos específicos.

Resumo dos resultados estatísticos por UF

Acre

- Média geral de homicídios: 3,58 por 100 mil habitantes.
- Tendência: A taxa foi relativamente estável, com aumento discreto a partir de 2016.
- Observação: Municípios com acesso mais limitado a serviços de proteção apresentaram índices mais elevados.

Amazonas

- Média geral de homicídios: 3,24 por 100 mil habitantes.
- Tendência: Flutuações moderadas ao longo do período, com picos em áreas urbanas como Manaus.
- Observação: A alta densidade populacional da capital e a presença de conflitos urbanos contribuíram para taxas mais elevadas.

Amapá

- Média geral de homicídios: 4,04 por 100 mil habitantes.
- Tendência: Alta volatilidade, com anos de taxas significativamente superiores à média da região.
- Observação: A escassez de infraestrutura e serviços especializados pode ter contribuído para picos de violência.

Maranhão

- Média geral de homicídios: 2,47 por 100 mil habitantes.
- Tendência: Uma das menores médias regionais, com aumento discreto em anos recentes.
- Observação: A capital, São Luís, apresentou dados acima da média estadual.

Mato Grosso

- Média geral de homicídios: 6,22 por 100 mil habitantes.
- Tendência: Consistentemente uma das UFs mais violentas, com taxas acima da média regional.
- Observação: Municípios rurais ligados ao agronegócio e desmatamento são destaques negativos.

Pará

- Média geral de homicídios: 4,32 por 100 mil habitantes.
- Tendência: A segunda maior média, com municípios do interior frequentemente superando os dados da capital, Belém.
- Observação: Conflitos agrários e desmatamento estão associados a picos de violência.

Rondônia

- Média geral de homicídios: 5,03 por 100 mil habitantes.
- Tendência: Altos índices em anos alternados, refletindo possíveis lacunas em políticas de segurança.
- Observação: Graves problemas de infraestrutura estão associados ao aumento da violência contra a mulher.

Roraima

- Média geral de homicídios: 12,04 por 100 mil habitantes.
- Tendência: A UF com maior média, consistentemente acima das demais.
- Observação: A capital Boa Vista contribui significativamente para os índices elevados.

Tocantins

- Média geral de homicídios: 4,46 por 100 mil habitantes.
- Tendência: Estabilidade moderada, com elevações pontuais em regiões menos urbanizadas.
- Observação: Indicadores refletem a dinâmica de violência em áreas de transição agrícola.

Resumo dos resultados por municípios

Entre 2000 e 2023, as taxas médias de homicídios de mulheres por municípios apresentaram variações significativas. A cidade de Caracaraí (RR) destacou-se como a mais violenta, com uma média de 48,41 por 100 mil habitantes. O ano de 2022 registrou as maiores taxas gerais, corroborando os dados nacionais que apontam para um aumento acentuado na violência letal contra mulheres nesse período (FBSP, 2023).

Diferenças por UF

Roraima liderou as taxas médias de homicídios, seguido por Mato Grosso e Rondônia. Estados como Amazonas e Pará também apresentaram picos elevados em anos específicos, sugerindo desigualdades regionais na violência.

Fatores estruturais e políticos

O relatório Visível e Invisível (FBSP, 2023) aponta para o desfinanciamento de políticas públicas como fator central no agravamento da violência contra mulheres. Na Amazônia, essa precariedade é amplificada por desafios logísticos, falta de serviços de proteção acessíveis e presença de conflitos relacionados à terra e ao extrativismo.

TABELA 12. Homicídios de mulheres nos 25 municípios com mais de 50.000 mulheres, com as taxas mais altas da Amazônia.

	UF	Município	Média
1º	PA	Altamira	10,81
2º	MT	Sorriso	9,75
3º	PA	Paragominas	9,69
4º	PA	Marabá	9,61
5º	PA	Ananindeua	9,47
6º	RO	Porto Velho	9,03
7º	RO	Ariquemes	8,79
8º	PA	Tucuruí	8,55
9º	MA	Imperatriz	7,89
10º	TO	Araguaína	7,7
11º	RR	Boa Vista	7,41
12º	MT	Sinop	7,41
13º	MT	Rondonópolis	7,37
14º	MT	Cuiabá	7,34
15º	AC	Rio Branco	7,21
16º	RO	Vilhena	7,16
17º	PA	Parauapebas	6,95
18º	PA	Itaituba	6,92
19º	PA	Marituba	6,85
20º	RO	Ji-Paraná	6,36
21º	PA	Castanhal	5,83
22º	AM	Manaus	5,67
23º	MT	Várzea Grande	5,57
24º	PA	Belém	5,37
25º	TO	Palmas	5,29

Fonte: SIM/DATASUS. Taxa média de homicídio de mulheres, calculada de 2000 a 2023, por 100 mil mulheres.

Especificidades regionais

Os dados revelam que municípios com maior exploração de recursos naturais, como mineração e desmatamento, tendem a apresentar taxas mais elevadas. Essa correlação pode estar ligada à violência estrutural e à ausência de políticas públicas de segurança, como evidenciado na Casoteca FBSP (2022).

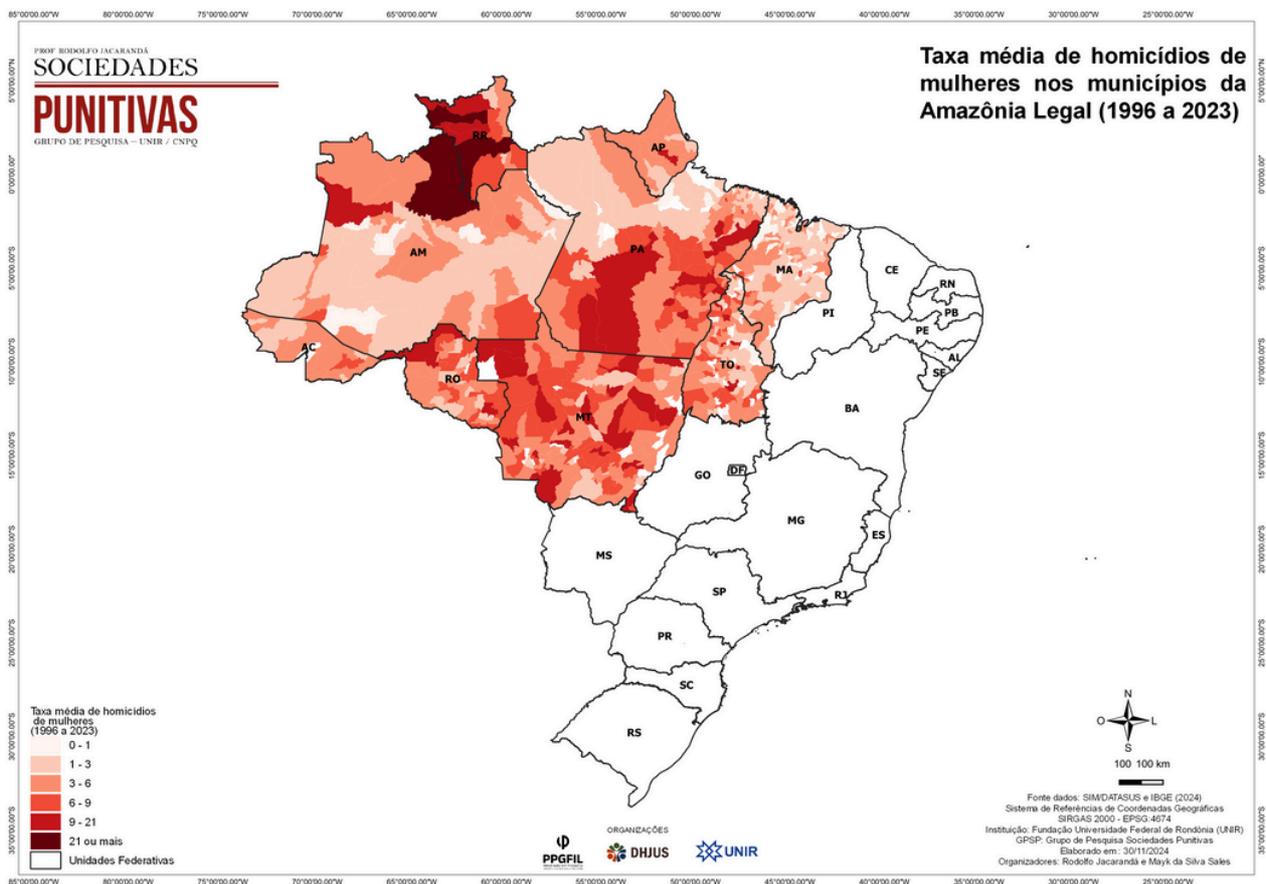
Principais municípios e capitais

Caracará (RR): Com os maiores índices médios, a cidade representa um microcosmo da violência exacerbada na região.

Porto Velho (RO) aparece como a capital com a média mais alta de homicídios de mulheres no período analisado, com 9,03 por 100 mil habitantes. Este número reflete a persistência da violência de gênero em um contexto marcado por desafios estruturais e sociais.

Boa Vista (RR) e Cuiabá (MT), embora também tenham apresentado índices elevados, ficam abaixo da média de Porto Velho no período. Boa Vista destaca-se por sua taxa consistente e picos em anos recentes, refletindo a dinâmica regional e a influência de fatores como urbanização e presença de populações migrantes. Em Cuiabá, os índices apontam para uma correlação com a expansão do agronegócio e conflitos territoriais em seu entorno.

GRÁFICO 21. Homicídio de mulheres em todos os municípios amazônicos, 2000 a 2023.



3.7 Homicídios de mulheres nas capitais amazônicas

Mais uma vez, a capital amazônica com a taxa média mais alta de homicídio é Porto Velho, em Rondônia. Dessa vez, a taxa média de homicídio de mulheres da capital rondoniense ficou em 9,03 de 2000 a 2023. A média das capitais amazônicas ficou em 6,37. Logo, Porto Velho atingiu um valor 42% mais alto no período, se consolidando como a capital mais violenta da Amazônia, dada a estabilidade e a consistência dos números de homicídios ao longo do tempo.

Em 2023, Boa Vista, em Roraima, atingiu a taxa de 10,37 mortes por 100 mil mulheres, liderando o ranking anual, contra 9,46 de Porto Velho, em segundo lugar.

TABELA 13. Homicídios de mulheres nas capitais da Amazônia. Taxa média anual, 2000 a 2023.

	Porto Velho (RO)	Boa Vista (RR)	Cuiabá (MT)	Rio Branco (AC)	Manaus (AM)	Belém (PA)	Palmas (TO)	Macapá (AP)	São Luís (MA)
2000	10,58	10,69	7,85	7,44	4,04	3,46	4,26	2,67	5,56
2001	19,04	4,66	9,68	5,76	6,19	5,61	5,30	5,77	5,20
2002	10,51	8,62	9,10	7,66	3,46	3,49	2,49	5,18	2,97
2003	8,76	6,57	8,75	8,10	3,55	4,22	3,52	6,54	5,72
2004	8,76	5,84	11,02	4,58	4,33	4,02	3,34	5,74	4,34
2005	8,26	4,67	9,34	4,32	4,53	4,76	1,06	6,66	3,76
2006	8,88	2,65	6,24	9,51	3,78	4,34	1,00	5,38	3,69
2007	4,30	5,57	8,82	7,81	4,37	2,10	0,96	4,17	2,35
2008	5,57	5,25	10,35	6,43	5,12	5,30	3,86	3,74	4,47
2009	11,60	9,32	8,27	7,29	5,05	4,32	5,11	3,44	4,16
2010	6,77	5,75	4,57	6,12	5,15	5,00	4,41	6,20	6,68
2011	9,82	4,14	8,10	5,14	5,94	4,63	8,20	4,09	5,58
2012	9,71	7,29	11,57	6,44	7,68	6,78	5,56	3,55	5,21
2013	9,34	9,67	8,97	8,44	6,38	5,75	9,55	7,64	8,12
2014	7,02	7,83	8,62	6,22	5,66	7,40	10,16	5,91	8,48
2015	9,23	7,64	9,79	6,11	7,26	5,26	7,55	5,94	7,75
2016	7,82	5,79	3,80	5,52	7,14	8,82	5,65	5,15	7,38
2017	8,41	9,84	5,59	11,56	6,50	9,41	3,44	5,70	5,34
2018	5,48	15,26	4,57	11,86	7,52	10,65	8,57	3,59	4,41
2019	7,49	9,60	3,25	8,14	7,07	6,40	5,22	4,38	3,32
2020	10,74	8,40	5,56	9,91	5,00	4,88	7,12	4,45	4,61
2021	9,81	5,49	3,13	8,37	6,71	3,93	8,32	5,58	4,08
2022	9,32	6,97	4,30	5,32	7,38	3,84	6,71	3,27	3,10
2023	9,46	10,37	4,89	4,96	6,33	4,39	5,57	5,37	4,37
média	9,03	7,41	7,34	7,21	5,67	5,37	5,29	5,00	5,03

Fonte: SIM/DATASUS. Taxa média de homicídio de mulheres, calculada de 2000 a 2023, por 100 mil mulheres.

V. Rondônia: colonização, fronteira neoextrativista e impactos territoriais*

Ricardo Gilson da Costa**

Introdução

A chamada modernização econômica da Amazônia, iniciada na ditadura militar (1964-1985), apresenta elevado custo socioambiental para o bioma, povos indígenas e comunidades tradicionais, com impactos severos às condições sociais nas cidades. De modo geral, a economia regional se transformou com a implantação dos chamados grandes projetos de infraestrutura (hidrelétricas, mineração, agropecuária, portos e estradas) e colonização agrícola, fomentando a exploração da natureza em um contínuo processo de desmatamento para criar os espaços da pastagem, agricultura, mineração e outras formas de economias extrativas.

Nesse período, o estado de Rondônia serviu como um verdadeiro “laboratório” de políticas públicas aplicadas pelo governo federal. Na década de 1970 era um Território Federal submetido à gestão centralizada do governo federal, sendo, portanto, um espaço de experimentação das macros políticas pensadas para a região. Em decorrência, duas grandes metamorfoses estruturantes sobrevieram na geografia rondoniense. A primeira, refere-se à mudança da configuração territorial centralizada no eixo dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, originada da construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, presente até 1970, quando Porto Velho e Guajará-Mirim formavam a pequena rede urbana com diversos vilarejos, comunidades tradicionais e povos indígenas.

* O presente texto é resultado parcial de pesquisa regional apoiada pela Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERÓ).

** Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA/CNPq.

O eixo da vida econômica e social, que à época fervilhava nos cursos dos rios, cidades e vilarejos ribeirinhos e no interior da floresta (seringueiros, quilombolas e indígenas), foi deslocado com a abertura da rodovia BR-364, com a materialização da colonização, migração, assentamentos rurais, cidade, estradas e frentes de desmatamento.

O segundo impacto refere-se à alteração da geografia econômica, quando o extrativismo tradicional fora substituído pela agropecuária, mercado de terras, mineração e exploração madeireira, constituindo uma economia de intensa exploração dos recursos naturais. Os efeitos desses processos se fazem sentir em vários aspectos, ressaltando o crescimento da pecuária, deslocamento das fronteiras internas e, mais recentemente, a expansão das economias neoextrativas (soja e pecuária), que potencializam o desmatamento[1] e as sucessivas invasões às Áreas Protegidas (Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Terras Quilombolas).

Formação da sociedade da colonização e antiamazônica

Há muita exclamação, e mesmo consternação, nas mídias nacional e internacional referente à destruição ambiental na Amazônia. Indaga-se, recorrentemente, como a sociedade regional percebe e reage aos desmatamentos, queimadas e às invasões de Áreas Protegidas e pressões aos territórios tradicionais dos povos amazônicos.

A essas inquiuições é mister analisar como foi formada a sociedade regional e, particularmente, a sociedade de Rondônia. Certamente, refletir sobre o papel que a colonização agrícola teve, e ainda tem, na formação das novas sociedades é um caminho proeminente para compreender certas distâncias e estranhamentos da sociedade emergente para com a natureza amazônica. A colonização produziu um novo uso econômico do espaço regional, contrastando com as lógicas das comunidades rurais assentadas no extrativismo tradicional e na interação com a floresta amazônica.

1 COSTA SILVA, R. G; LIMA, L. A. P; CONCEIÇÃO, F. S. (Orgs). Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas. São Carlos: Editora Pedro & João, 2018. 337p. Disponível em: <http://www.gtga.unir.br/pagina/exibir/9501>



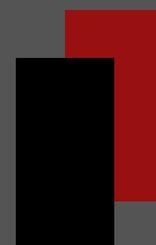
Nas décadas de 1960 a 1980, a colonização agrícola e o estímulo à migração foram determinantes à rápida ocupação do sudeste do Pará, Mato Grosso e Rondônia. Milhares de famílias, em geral, oriundas do centro-sul do país, principalmente dos estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e São Paulo, migraram para a Amazônia no esteio dos grandes projetos minerais e infraestruturas, mas, sobretudo, dos projetos de colonização que asseguraram o acesso à terra para as famílias chamadas de colonos. Nesses projetos, formados por pequenas, médias e grandes propriedades rurais, instituiu-se o nexos terra-economia-especulação, situação que, de modo geral, não existia na Amazônia nas décadas anteriores a 1970. A modernização econômica e a colonização situaram a exploração da terra e da natureza como signo da nova sociedade migrante.

A sociedade de Rondônia, em seu tempo histórico recente, é fruto da geopolítica da colonização e migração. O crescimento populacional assumiu dimensões sociais transformadoras do espaço regional. Até 1970, a população era composta por 111.064 habitantes, crescendo para 491.025 habitantes em 1980, atingindo 1.132.692 habitantes em 1991, período de maior fluxo populacional migrante. Atualmente, a população estimada corresponde a 1.581.196 pessoas, com taxa de urbanização de 79%, distribuída nos 52 municípios que formam a rede urbana (até 1970, havia somente dois municípios).

Em termos de estrutura fundiária, os estabelecimentos agropecuários passaram a compor a paisagem rural, saindo da massa florestal as feições geométricas da agropecuária e extração madeireira. Os números são eloquentes: de 7.082 estabelecimentos rurais, em 1970, para 25.483 unidades, em 1975, alcançando 48.371 unidades em 1980. No censo agropecuário de 1995/1996, os estabelecimentos corresponderam a 76.956 unidades, 87.078 em 2006, e 91.437 unidades em 2017. Em termos de área, houve um crescimento exponencial, saindo de 1.631.640 hectares (ha) em 1970, para 5.223.630ha em 1980, ampliando para 8.890.440ha em 1995/1996, e 9.219.932ha no censo agropecuário de 2017. Ao longo desse tempo, consolidou-se a presença do campesinato (agricultura familiar) nos estratos fundiários com até 100ha, que, atualmente, representa 81% dos estabelecimentos rurais, muito embora corresponda somente a 24% da área, enquanto os estratos de 100 a 1.000 ha, e acima de 1.000 ha, respectivamente, representem 40% e 26% da área, o que significa que os médios e grandes proprietários dominam 66% da área das propriedades rurais em Rondônia (IBGE, 2017).

Assim, ao menos dois fatores são importantes a se considerar na geografia regional. i) A sociedade rondoniense é produto dos pares colonização/migração, cuja origem esboça um nexos socioeconômico ancorado na expansão das economias extrativas, traduzindo-se na destruição da floresta com desmatamentos e queimadas. Isso significa que o motor econômico enseja impactos ambientais intensos, pois, a exploração dos recursos naturais serve como amálgama da sociedade regional, constituindo-se em um grupo social hegemônico que tem na apropriação em larga escala da natureza o locus de reprodução social.

Em consequência, ii) esse grupo hegemônico, pautado pela expansão espacial das economias extrativas, exerce uma permanente pressão político-econômica e territorial nas Áreas Protegidas, que atinge tanto a política ambiental quanto os direitos humanos e territoriais das sociedades e comunidades que vivem nos territórios protegidos, a saber: povos indígenas, seringueiros, extrativistas, ribeirinhos e comunidades quilombolas.



Nesses termos, a estética amazônica – composta pela natureza, rios e florestas, destacada pela cultura dos povos originários e comunidades tradicionais – não emerge na sociedade migrante como valores positivos a serem preservados; ao contrário, a sociedade da colonização sente-se distante, não amazônica, porque constituída na expansão da fronteira a natureza comparece como um objeto de exterioridade a ser dominado, daí os estranhamentos socioculturais traduzidos em conflitos territoriais com os povos amazônicos, processo qualificado de desamazonização da Amazônia [2].

Pecuária e a soja ampliam a fronteira em Rondônia

Desde a década de 1970, a pecuária vem crescendo em Rondônia. Segundo os dados do IBGE, em 1970 o estado apresentou 41.030 bovinos, em 1980 esse dado foi de 250.286, cresceu para 1.718.697 em 1990, saltando para 5.664.320 em 2000, e 18.162.632 de bovinos em 2023. Durante esse período, a pecuária multiplicou 443 vezes, alcançando todos os 52 municípios rondonienses, correspondendo a quase onze bovinos por pessoa em Rondônia. As patas do boi abriram caminhos em todas as regiões de Rondônia, e o impacto ambiental mais imediato está na ampliação do desmatamento.

No final da década de 1990, outro produto agrícola assumirá relevo no espaço rural, decorrente dos ventos da globalização das commodities. Inauguram-se, em Rondônia, os espaços das monoculturas com a produção de soja e milho para exportação. A soja produzirá a sua região, concentrando a produção no sul do estado. Nota-se que, em 1998, somente cinco (05) municípios participavam da produção sojeira. Após 25 anos, o espaço desta commodity amplia-se para 44 dos 52 municípios rondonienses, servindo como indicador tanto da regionalização consolidada quanto da constituição de novas fronteiras da soja, a exemplo do eixo BR-429 (Vale do Guaporé) e região de Porto Velho.

A regionalização do agronegócio sojeiro foi o primeiro processo de diferenciação do espaço agrário rondoniense. Com a concentração dos grãos (soja e milho), formou-se um território corporativo, principalmente da Amaggi (empresa do grupo Maggi) e Cargill, que juntas induziram, normatizaram e coordenaram a produção e a circulação da mercadoria no sul rondoniense.

Figura 1 – área preparada para o plantio de soja em Rondônia (2024)



Imagem: GTGA (2024)

Em termos de produção e área plantada, em 25 anos houve um significativo crescimento da soja: a área plantada saiu de 7.892 para 589.983 hectares (ha) e a produção cresceu de 15.791 para 2.131.535 toneladas no período de 1998/2023, representando a multiplicação na ordem de 75 vezes para a área e 135 vezes para a produção (Figura 1). Para o crescimento da soja, a logística de transportes é condição necessária à fluidez territorial da mercadoria. A Hidrovia Madeira-Amazonas, com os portos da Hermasa/Amaggi e Cargill, permitiu o fluxo da soja de Rondônia e do oeste do Mato Grosso pelo rio Madeira, ligando os portos de Porto Velho (RO) à Itacoatiara (AM), no trecho de 1.015 km (porto da Amaggi), e à Santarém (PA), no trecho de 1.603 km (porto da Cargill), locais onde se fazem os transbordos para os grandes navios que seguem ao mercado internacional. Os impactos territoriais do agronegócio da soja foram ampliados em Rondônia.

Deve-se destacar o deslocamento da pecuária do centro-sul para o norte rondoniense (municípios de Porto Velho, Nova Mamoré, Buritis, Ariquemes, Alto Paraíso, Itapuã do Oeste, dentre outros); regiões em que em duas décadas se verificou o crescimento da pecuária e do desmatamento. A soja empurrou a pecuária do sul para o norte rondoniense, para o interior da floresta e das Unidades de Conservação, a exemplo da Resex Jaci-Paraná e Flona Bom Futuro, as duas Áreas Protegidas mais destruídas em Rondônia pela pressão do agronegócio.

Essas novas mercadorias globalizadas invadiram definitivamente o espaço agrário em todas as sub-regiões rondonienses, modificando as configurações geográficas locais e regionais, subvertendo, assim, as lógicas locais aos fluxos globais, o que motiva a crescente demanda por novas áreas, novas frentes de desmatamento, novas fronteiras [3]

Desmatamento, áreas protegidas e direitos humanos na floresta

Os problemas ambientais decorrentes da expansão pecuária atingiram a massa florestal, de modo que o desmatamento pouco a pouco se tornou a imagem da Amazônia degradada. A pecuária e a soja se tornaram os principais produtos de exportação do estado, e o desmatamento cresceu e se deslocou para novas regiões rondonienses, até então preservadas, configurando-se em novas fronteiras internas.

Em 1991, a área desflorestada representava 14% (34.600 km²), resultado de duas décadas de colonização, expansão agropecuária e exploração madeireira. Passados 28 anos, o estado de Rondônia já atingiu 39,47% (96.786 km²) de área desmatada (2019), dobrando o impacto ambiental florestal, mesmo com a realização de duas aproximações do Zoneamento Socioeconômico – Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE que, entre outros objetivos, consta a preservação ambiental e a proteção das florestas. Os dados atuais indicam que Rondônia tem 59% de áreas naturais (vegetação nativa), enquanto as pastagens respondem por 39% da área territorial do estado[4].

Desde o ano 2000, o processo de desmatamento se tornou mais intenso no norte/noroeste de Rondônia. No período de 2000 a 2018, o desmatamento avançou vertiginosamente no município de Porto Velho, saindo de 3.888,30 km² (11,23%), atingiu 10.199,60 km² (29,45%) de desmatamento, cuja taxa de variação foi na ordem de 162,32%. Nesse período, Porto Velho passou a compor a relação anual dos municípios da Amazônia Legal que contribuíram no incremento do desflorestamento. Os dados indicam que 62% do desmatamento em Porto Velho ocorreu no recente período de expansão da fronteira agrícola em Rondônia.

Figura 2 – Desmatamento na Resex Jaci-Paraná e TI Karipuna, região de Porto Velho (2020)

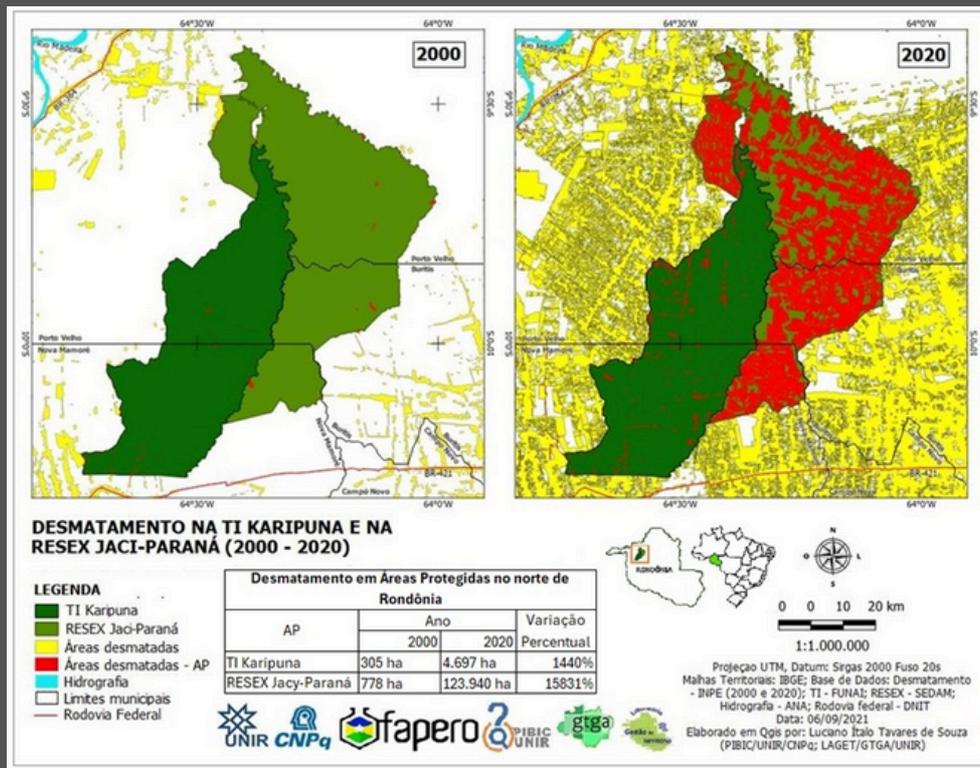


Imagem: GTGA (2021)

A passividade do Estado (governos de Rondônia, Federal e respectivas agências de gestão ambiental e territorial) proporcionou esse processo devastador. O exemplo mais concreto dessa “passividade” em conter a pressão das atividades madeireira e agropecuária em Áreas Protegidas foram as invasões que terminaram com a redução de 65% da área original da Floresta Nacional do Bom Futuro.

No norte rondoniense, as Áreas Protegidas apresentam as seguintes situações: a RESEX Jaci-Paraná está com 49% da área desmatada, totalmente pressionada com invasões, sobretudo de pecuaristas/fazendeiros (Figura 2). Trata-se de uma Unidade de Conservação muito fragilizada, inclusive com expulsão dos seringueiros; a Terra Indígena Karipuna sofre nos últimos três anos com frequentes invasões, roubo de madeiras e tentativas de grilagem de terra[5]; o Parque Estadual de Guajará-Mirim se tornou a nova “área de invasão” dos ruralistas, processo qualificado como agrobandidagem[6].

3 HARVEY, D. The new imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2003; GIARRACA, N. TEUBAL, M. Disputas por los territorios y recursos naturales: el modelo extractivo. Revista ALASRU nueva época, Montevideo, 5: 113-135. 2010.

4 Projeto MapBiomias. Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil – Coleção 9, BIOMA AMAZÔNIA (1985-2023), 01/10/2024, acessado em 05/12/202, através do link: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/10/Factsheet-Amazonia_C9_01.10_v2.pdf

5 COSTA SILVA, R. G; MICHALSKI, A; SOUZA, L. I. T; LIMA, L. A. P. Frontera, derechos humanos y territorios tradicionales em Rondônia (Amazonia Brasileira). Revista de Geografia Norte Grande, n.º 77, p. 253 - 271, 2020. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/rgeong/n77/0718-3402-rgeong-77-253.pdf>

O crescimento do agronegócio em Rondônia fez deslocar as frentes de desmatamento para os limites e, mesmo nas Áreas Protegidas, acelerando as invasões nos territórios protegidos, que atingem tanto a preservação da floresta quanto os territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais amazônicas.

A questão dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas e das comunidades tradicionais (principalmente os seringueiros/extrativistas) situa a expansão da fronteira no limite da legalidade, em que o ordenamento territorial, assegurado nas normas jurídicas, é fragilizado, processo potencializado pelo crime ambiental que alimenta a economia regional e que, de certa forma, ganha legitimidade na relação social.

Considerações finais

Em Rondônia, parece não haver coerção social para quem invade Áreas Protegidas, quem rouba madeira e quem faz da grilagem de terras públicas um campo de acumulação de riquezas. Comerciantes, fazendeiros, pecuaristas, madeireiros, mineradoras e agentes políticos locais produzem cotidianamente o espaço da destruição ambiental. Todos eles assumem o agronegócio como referência política e econômica dos caminhos para Rondônia, havendo explícito apoio do Estado a essa conexão política e territorial.

Cabe lembrar que, em Rondônia, foi organizada e implantada a primeira experiência de ordenamento territorial na Amazônia, com foco na sustentabilidade ambiental, com a instituição da 1ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico – Ecológico do Estado de Rondônia – ZSEE, em 1991, e sua revisão (2000) e aprovação (2005) da 2ª Segunda aproximação do ZSEE. A princípio, seria uma experiência de pactuação entre Estado e Sociedade para o melhor uso do território, garantido a sustentabilidade ambiental e a proteção aos territórios dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

Passadas cinco décadas de colonização, ainda se vive a lógica da sociedade da colonização, pautada no ideário de fronteira agrícola, que significa a contínua exploração da natureza, agora com laços da globalização, que invade os lugares, subvertendo as solidariedades orgânicas para criar vínculos com as solidariedades organizacionais^[1] das economias neoextrativistas (soja e pecuária, principalmente).

Nesse processo, o que se pactuou socialmente em termos de proteção ambiental e ordenamento territorial, a exemplo do ZSEE, encontrou seus limites, de modo que a fronteira das economias neoextrativas, alicerçada pela correlação de forças sociais hegemônicas pela lógica do agronegócio, converge a uma forte ameaça à proteção ambiental (Unidades de Conservação) e aos direitos humanos, sociais e territoriais dos povos indígenas e comunidades tradicionais (Terras Indígenas, Reservas Extrativistas, Terras Quilombolas), que podemos, igualmente, chamar de povos amazônicos.

6 COSTA SILVA, R. G. Agribanditry and the Expansion of the Agricultural Frontier in the Southwestern Amazon (Brazil). GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE, v. 24, p. 1-8, 2024. Disponível em: https://globaljournals.org/GJHSS_Volume24/1-Agribanditry-and-the-Expansion.pdf

7 SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. Brasil: Território e Sociedade no início do século 21. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.

3.8 Homicídios nos municípios da AMACRO

AMAZONAS ACRE RONDÔNIA

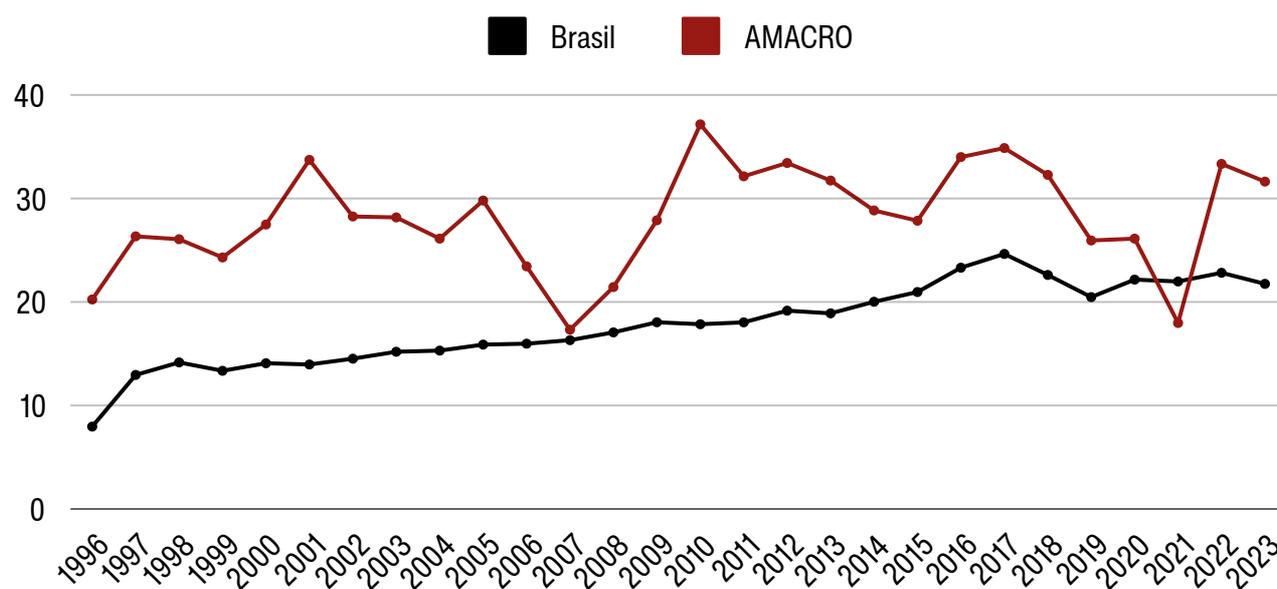
Municípios da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira possuem os piores indicadores de violência da Amazônia

A AMACRO é uma Zona de Desenvolvimento Sustentável, criada em 2021, e integra 32 municípios dos estados do Acre, Amazonas e Rondônia. Projetada para emular ações de desenvolvimento similares àquelas concebidas para a região conhecida como MATOPIBA (que reúne os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a AMACRO se transformou rapidamente em foco de atenção de estudiosos por congregar os piores indicadores de destruição ambiental e violência de toda a região Amazônica.

A taxa média de homicídios nos municípios da AMACRO, entre 1996 e 2023, é a maior das taxas regionais apuradas neste relatório, 28,22, ou seja, 57% superior à média dos municípios brasileiros no mesmo período, e 41% superior à média dos municípios de toda a Amazônia Legal.

O grande destaque negativo da AMACRO em violência homicida é o estado de Rondônia, em particular a região conhecida como Vale do Jamari. Rondônia ocupa 9 de 10 posições no ranking dos municípios mais violentos da AMACRO, e somente a sua capital, Porto Velho, não faz parte do Vale do Jamari, região geográfica que cresceu em torno da cidade de Ariquemes.

GRÁFICO 22. Homicídios nos municípios da AMACRO. Taxa média anual, 1996 a 2023.



Fonte: SIM/DATASUS.

TABELA 14. Homicídios nos 10 municípios mais violentos da AMACRO e outras regiões do Brasil, 1996-2023.

UF	Município	Média
RO	Buritis	65,14
RO	Ariquemes	57,14
RO	Campo Novo de Rondônia	51,05
RO	Porto Velho	50,75
RO	Cujubim	49,17
RO	Monte Negro	45,04
AC	Rio Branco	42,34
RO	Machadinho D'Oeste	42,01
RO	Rio Crespo	39,05
RO	Alto Paraíso	37,23
	AMACRO	28,22
	Amazônia Legal	20,07
	Amazônia Ocidental	21,29
	Região Norte	21,12
	Brasil	17,87

Fonte: SIM/DATASUS.

O eixo Ariquemes-Porto Velho forma o principal centro irradiador de violência homicida no sudoeste amazônico desde 1980. Aliás, quando expandimos a pesquisa de dados de homicídio para os municípios com mais de 100 mil habitantes, de 1980 a 2023, Ariquemes surge com a taxa média de homicídios mais alta do país, desconsiderando o homicídios ocultos ou estimados.

O fluxo da produção e da busca por novas áreas de exploração corre do sul de Rondônia em direção a Porto Velho. Atualmente, o objetivo maior dessa expansão é alcançar as terras ainda mais baratas do sul do Amazonas, rumo ao centro desse estado.

Em Porto Velho a grande produção agrícola, sobretudo de soja, é embarcada no porto do Rio Madeira e levada para Manaus e Belém, para exportação. A oferta de estradas acelerou o movimento de exploração das terras em Rondônia. E é justamente a falta de uma boa malha rodoviária que mantém a disputa pelas terras do sul do Amazonas em um ritmo ainda lento.

A pressão econômica e política, portanto, está toda sobre o asfaltamento da BR-319 que liga Porto Velho a Manaus por terra. Enquanto a estrada não é asfaltada, e novas formas de desenvolvimento sustentável não são incentivadas, Porto Velho sofre uma espécie de acúmulo de pressões econômicas e sociais, que explode em formas diversificadas de banditismo, comércio de ilegalidades e violência extrema.

Desmatamento, soja e violência

Porto Velho possui a maior área desmatada da AMACRO, de 2008 a 2022, com 4.828 km² de área de floresta amazônica destruída, e é o 3º município com a maior quantidade de soja colhida entre 2008 e 2022, com 108.217 hectares. Rio Crespo, também em Rondônia, é o município da AMACRO que produziu mais soja no período, com 162.463 hectares colhidos.

TABELA 15. AMACRO – taxa média de homicídios, área desmatada e soja colhida em municípios.

UF	Município	Homicídios (1996-2023)	Desmatamento em km ² (2008-2022)	Soja em hectares (2008-2022)
RO	Porto Velho	50,75	4828,14	108217
AM	Lábrea	14,39	3698,95	0
AM	Apuí	31,8	2673,96	0
RO	Nova Mamoré	35,44	1691,57	9340
AM	Novo Aripuanã	14,66	1505,66	0
AM	Boca do Acre	18,86	1334,74	1100
AM	Manicoré	12,94	1202,48	0
RO	Candeias do Jamari	28,57	1172,39	53643
RO	Cujubim	49,17	1071,32	103393
RO	Machadinho D'Oeste	42,01	970,58	76901
AC	Sena Madureira	18,47	805,98	0
AM	Humaitá	16,64	751,96	13964
AM	Canutama	10,58	706,19	40
AC	Rio Branco	42,34	682,43	5272
RO	Buritis	65,14	621,51	930
RO	Alto Paraíso	37,23	430,37	108552
AC	Xapuri	15,29	426,22	530
AC	Manoel Urbano	16,22	400,49	0
AC	Brasília	21,26	385,06	0
RO	Campo Novo de Rondônia	51,05	324,82	895
AC	Acrelândia	21,64	252,08	0
AC	Bujari	12,81	223,39	0
AC	Porto Acre	19,01	210,43	300
AC	Capixaba	23,58	208,82	3402
RO	Monte Negro	45,04	201,82	0
RO	Ariquemes	57,14	201,12	52906
RO	Itapuã do Oeste	22,95	193,67	33704
AC	Epitaciolândia	14,69	126,77	70
AC	Assis Brasil	15,21	114,97	0
AC	Senador Guiomard	18,6	113,93	830
AC	Plácido de Castro	20,56	110,82	8470
RO	Rio Crespo	39,05	92,52	162463

Fonte: Dados de homicídios são do SIM/DATASUS - taxa média por 100 mil habitantes, 1996-2023; de desmatamento são do PRODES/Terra Brasilis; de soja, são da Tabela 5457, da Plataforma SIDRA, do IBGE - hectare de soja colhida, em grão. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457>

Estudos estatísticos mais detalhados sobre as relações entre as taxas de homicídios, de desmatamento e produção de soja na Amazônia ainda precisam ser realizados. Por outro lado, há consenso na literatura científica associando o crescimento da violência ao aumento da produção de soja, embora o mecanismo precise ser mais bem detalhado. É provável que a pressão econômica imposta pelo avanço das fronteiras de produção de soja force o aumento das disputas por terras, com a finalidade de vender ou arrendar para grandes produtores.

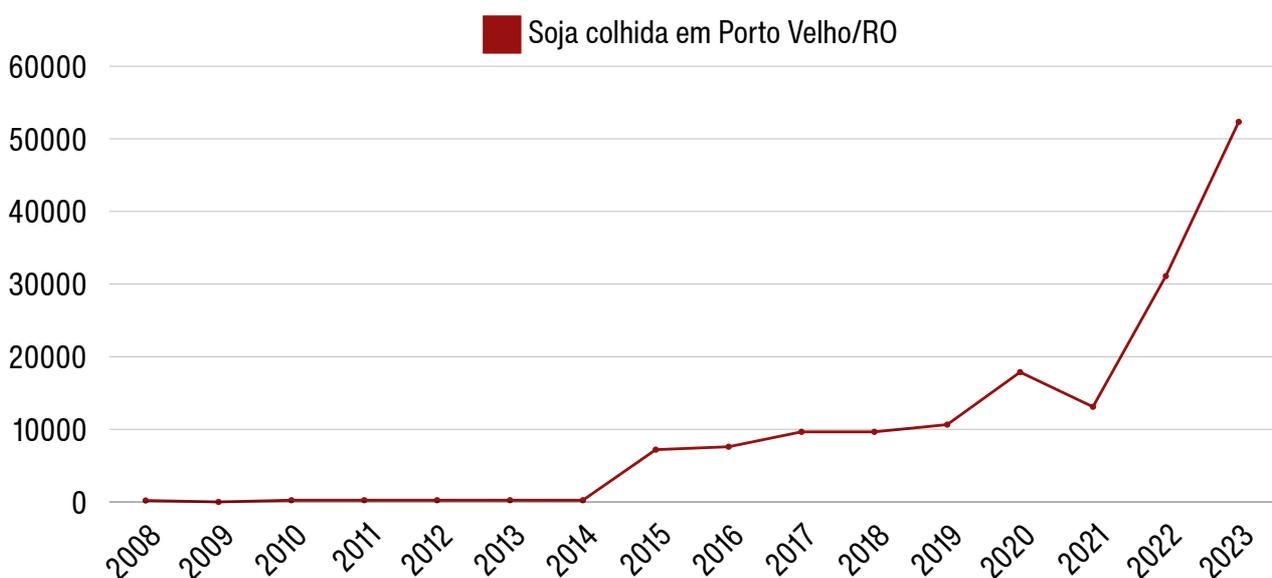
Nesse estágio inicial, as taxas de homicídios tendem a crescer, associadas aos conflitos fundiários e a diversos outros crimes sobrepostos, como é o caso dos crimes ambientais. A venda ilegal de madeira, por exemplo, é um mercado que alimenta uma quantidade tão grande de pequenas e médias comunidades na Amazônia que é quase impossível dissociar essa economia da pura e simples sobrevivência dessas comunidades. Algo semelhante ocorre com o desmatamento, ainda irregular, para pequenas produções agrícolas de subsistência ou mesmo para o comércio em pequenas cidades.

Mas a pecuária extensiva e a plantação de soja já envolvem investimentos muito maiores e promovem certa concentração de forças que altera o panorama local. Parte dessas mudanças pode ser a pacificação de muitas localidades, afinal, as disputas por terras tendem a diminuir. Ou seja, nos anos posteriores ao aumento significativo da produção de soja as taxas de homicídio caíram.

Porém, os homicídios não são crimes de fácil compreensão e na Amazônia, em razão da complexidade de fatores econômicos e históricos peculiares, a construção desses modelos explicativos é bem difícil.

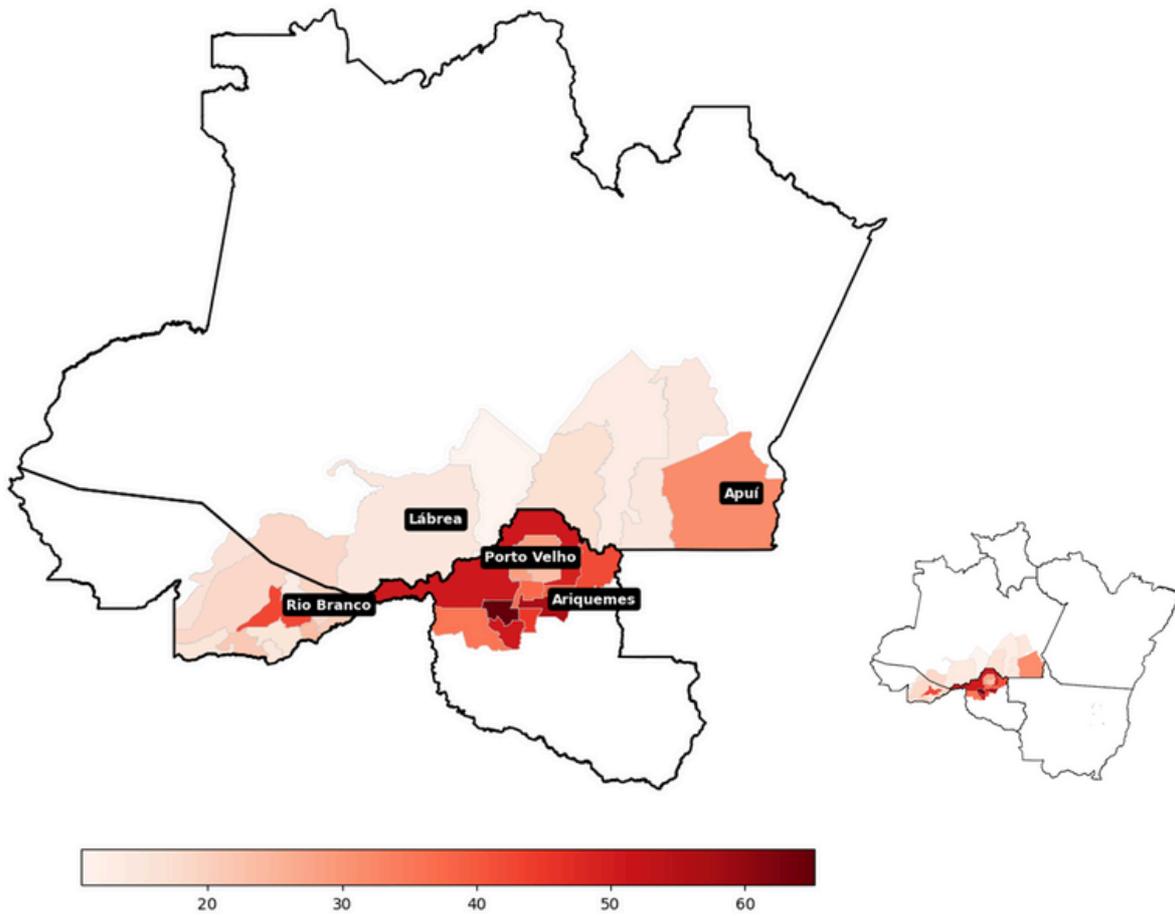
Em Porto Velho, por exemplo, entre 2019 e 2022 as taxas de homicídio estiveram em alta regular, assim como as taxas de desmatamento e de colheita de soja. Isso não nos permite afirmar que o aumento da soja pressiona o aumento os homicídios. Mas parece ser o bastante para sugerir que a conflituosidade imposta pelas disputas econômicas mal reguladas esteja impulsionando o cenário de violência nessa capital.

GRÁFICO 23. Soja colhida em Porto Velho (RO), de 2008 a 2023.



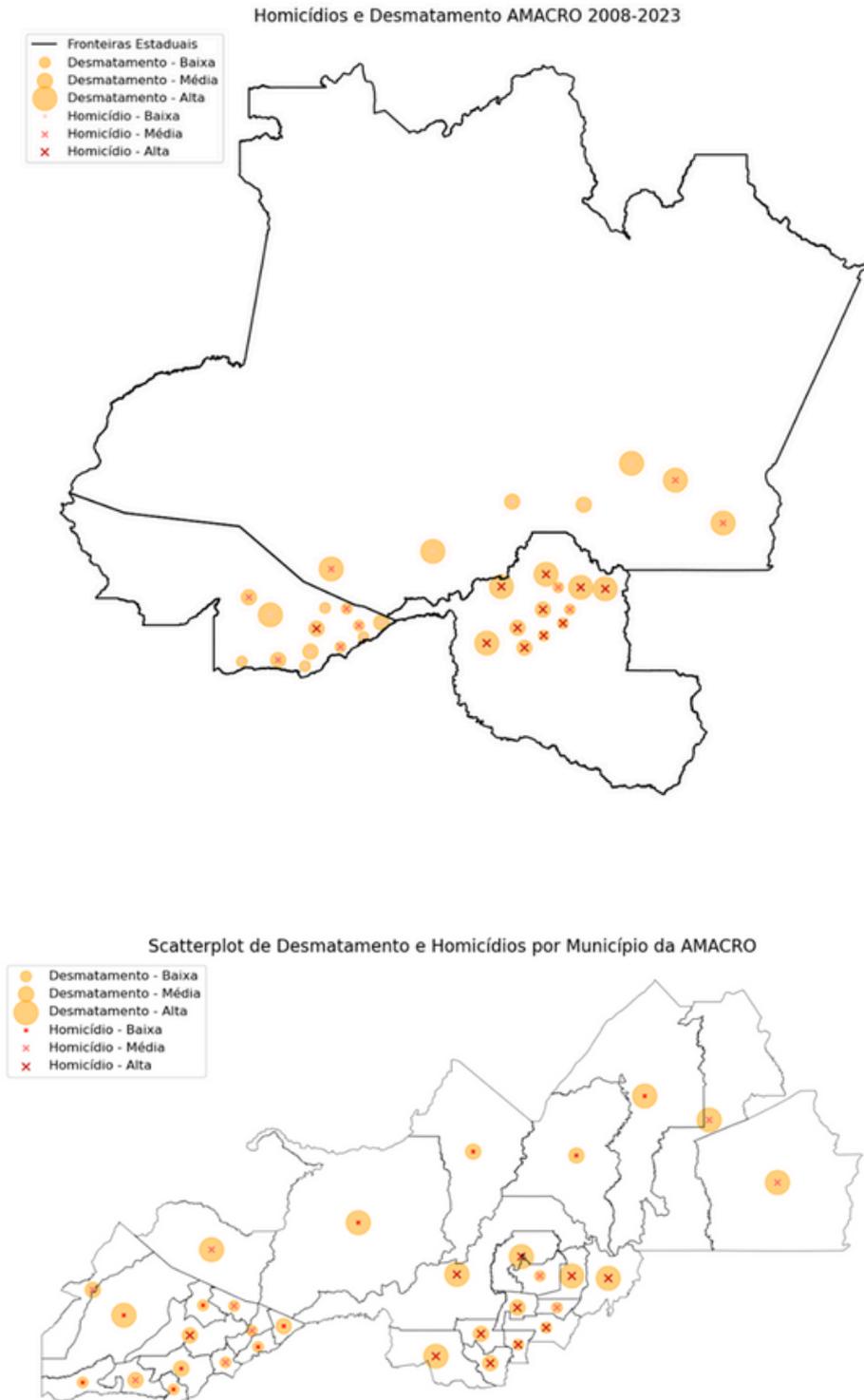
Fonte: Dados de homicídios são do SIM/DATASUS; de desmatamento são do PRODES/Terra Brasilis; de soja, são da Tabela 5457, da Plataforma SIDRA, do IBGE.

GRÁFICO 24. Taxa média de homicídios nos municípios da AMACRO, 1996 a 2023.



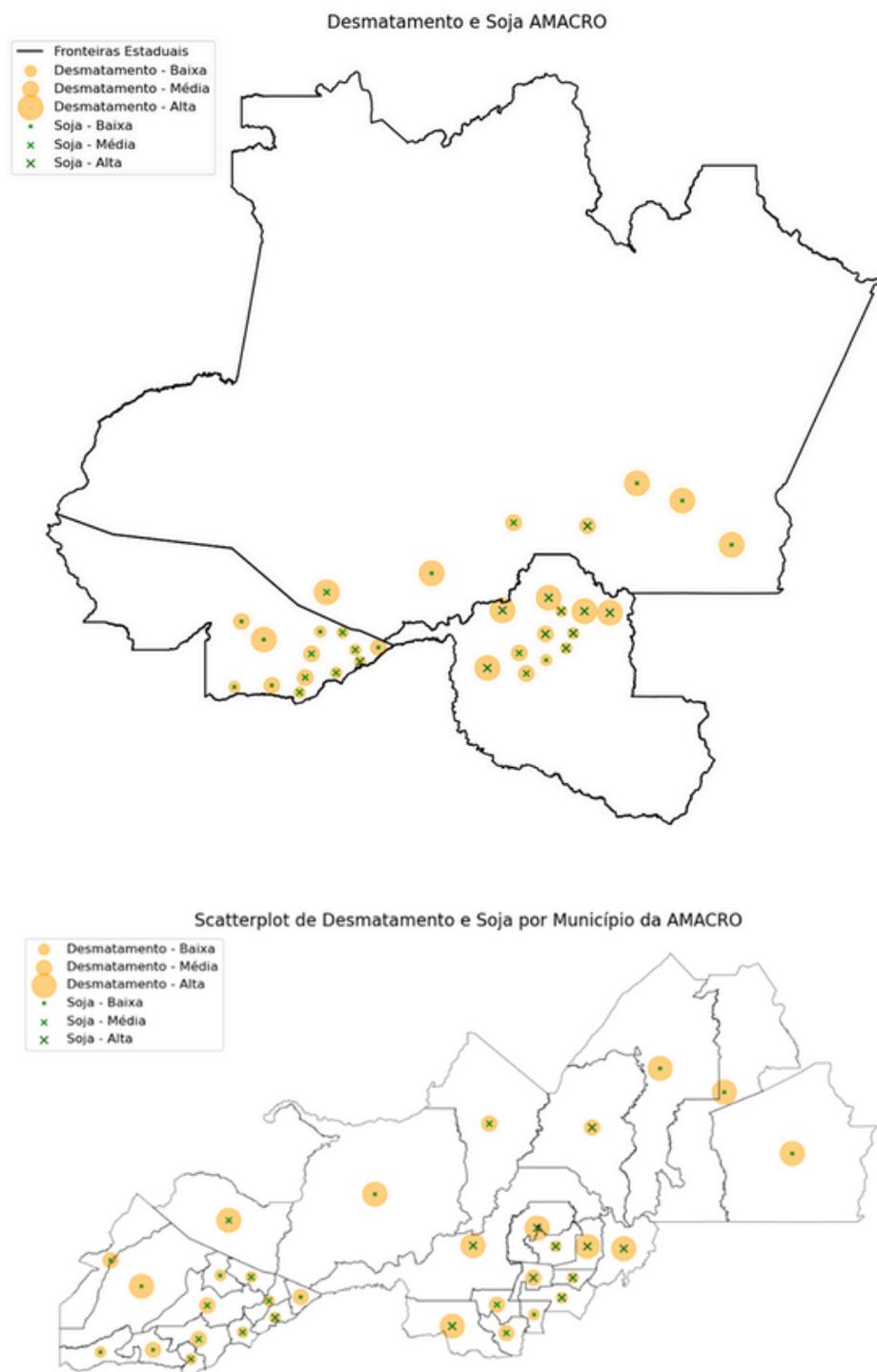
Fonte: SIM/DATASUS; IBGE/SIDRA; PRODES/Terra Brasilis

GRÁFICO 25. Homicídios e desmatamento nos municípios da AMACRO, 2008 a 2023.



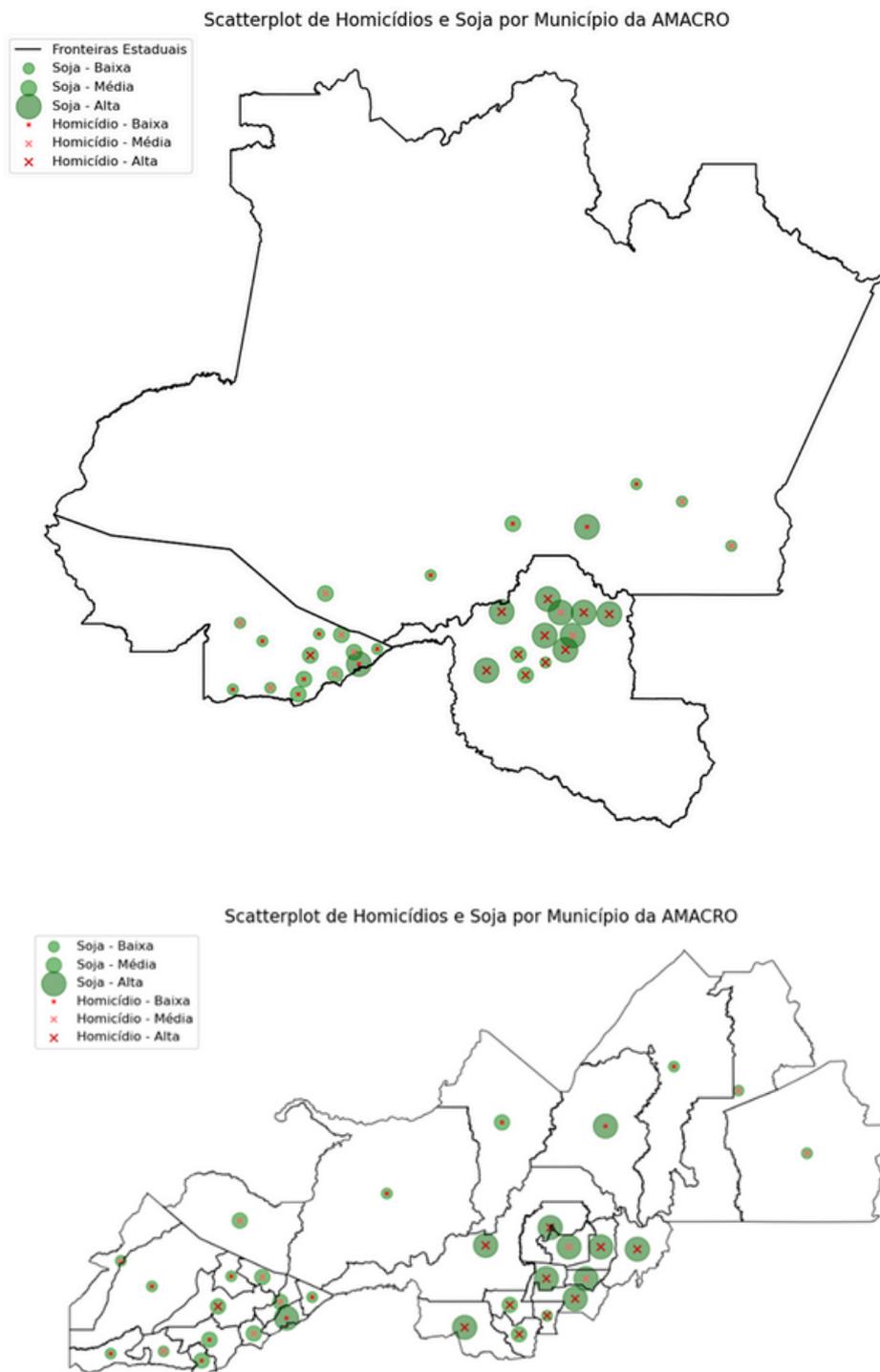
Fonte: Dados de homicídios são do SIM/DATASUS; de desmatamento são do PRODES/Terra Brasilis; de soja, são da Tabela 5457, da Plataforma SIDRA, do IBGE. Os dados foram normalizados (min-max) para uma variável em uma escala entre 0,1 e 9.

GRÁFICO 26. Desmatamento e soja nos municípios da AMACRO, 2008 a 2023.



Fonte: Dados de homicídios são do SIM/DATASUS; de desmatamento são do PRODES/Terra Brasilis; de soja, são da Tabela 5457, da Plataforma SIDRA, do IBGE. Os dados foram normalizados (min-max) para uma variável em uma escala entre 0,1 e 9.

GRÁFICO 27. Homicídios e soja nos municípios da AMACRO, 2008 a 2023.



Fonte: Dados de homicídios são do SIM/DATASUS; de desmatamento são do PRODES/Terra Brasilis; de soja, são da Tabela 5457, da Plataforma SIDRA, do IBGE. Os dados foram normalizados (min-max) para uma variável em uma escala entre 0,1 e 9.

VI. AMACRO: desafios e impactos relacionados ao agronegócio e ao desmatamento

A AMACRO, Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira, é uma região que abrange 32 municípios localizados nos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Essa área foi concebida para promover o desenvolvimento sustentável em uma das regiões mais biodiversas do mundo, com o objetivo de equilibrar atividades econômicas e preservação ambiental. Ao todo, a AMACRO compreende uma área de aproximadamente 458.150 km², abrangendo comunidades tradicionais, territórios indígenas, unidades de conservação e vastas áreas de floresta tropical.

Desenvolvimento urbano e social

A posição estratégica de Porto Velho, próxima à fronteira com a Bolívia, favorece a atuação de facções como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Essas organizações disputam rotas para o tráfico de drogas e armas, com operações concentradas nas BR-364 e BR-319, conectando Rondônia a outros estados e ao mercado internacional (Jacarandá, 2022b). Em 2022, Rondônia registrou um recorde de apreensões de cocaína, totalizando mais de 10 mil kg em operações realizadas principalmente nas estradas estaduais (Jacarandá, 2022b).



Os municípios que fazem parte da AMACRO são:

- Amazonas (7 municípios): Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Novo Aripuanã, Pauini.
- Acre (13 municípios): Acrelândia, Assis Brasil, Brasileia, Capixaba, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Senador Guomard, Xapuri.
- Rondônia (12 municípios): Alta Floresta d'Oeste, Buritis, Candeias do Jamari, Cujubim, Guajará-Mirim, Itapuã do Oeste, Nova Mamoré, Porto Velho, Rio Crespo, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, Theobroma.

A região ocupa um papel estratégico no contexto econômico e ambiental da Amazônia. Ela se destaca pela confluência de rios importantes, como o Madeira e o Purus, e pela proximidade com corredores logísticos que facilitam o transporte de commodities para o mercado internacional. Além disso, é uma área de transição entre ecossistemas, o que contribui para sua rica biodiversidade. Contudo, a AMACRO também enfrenta problemas significativos relacionados ao desmatamento, à degradação ambiental e à ocupação desordenada de terras, que ameaçam seus recursos naturais e as populações locais.

Objetivos iniciais

O principal objetivo da AMACRO é promover um modelo de desenvolvimento que combine o crescimento econômico com a preservação ambiental. Desde sua concepção, a iniciativa buscava alinhar as atividades econômicas da região — principalmente agropecuária e florestal — com princípios de sustentabilidade. A intenção era criar um ambiente que incentivasse a regularização fundiária, fortalecesse cadeias produtivas locais e atraísse investimentos nacionais e internacionais.

Outro objetivo era criar uma zona integrada de desenvolvimento que permitisse o fortalecimento da infraestrutura logística, como estradas e hidrovias, essenciais para conectar os mercados locais ao mercado global. A proximidade com o Oceano Pacífico por meio de corredores como a BR-317 e a BR-319 também foi vista como uma oportunidade para ampliar o escoamento de produções agropecuárias, como soja e carne bovina.

Além disso, a AMACRO foi concebida para fortalecer a gestão ambiental e o combate a crimes ambientais, como desmatamento e queimadas ilegais. As expectativas eram de que a implantação de tecnologias de monitoramento e o fortalecimento das políticas públicas resultassem em uma redução significativa dos impactos ambientais. A promoção de atividades sustentáveis, como o manejo florestal e a valorização de produtos não madeireiros, também fazia parte da agenda inicial.

Apesar desses objetivos, muitos desafios estruturais e sociais dificultaram a implementação plena da AMACRO, incluindo a falta de recursos financeiros, conflitos fundiários e a ausência de estudos de impacto ambiental abrangentes.

Problemas enfrentados atualmente com desmatamento e agronegócio

A AMACRO está no epicentro de uma crise ambiental, marcada pelo acelerado desmatamento e pela expansão desordenada do agronegócio. De acordo com dados do PRODES, o desmatamento na região respondeu por 28,7% de todo o desmatamento na Amazônia entre 2012 e 2022, alcançando seu pico em 2022, com mais de 425 mil hectares desmatados. Essa tendência é impulsionada por políticas que flexibilizaram regulações ambientais e incentivaram a conversão de florestas em pastagens e lavouras (INPE, 2023; Chaves et al., 2024).

A pecuária é o principal vetor do desmatamento na região, representando 78% da conversão de terras florestais. Esse padrão foi intensificado pela grilagem de terras e pela pressão sobre áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas. Cerca de 64% do desmatamento registrado em 2021 ocorreu em terras públicas não designadas, destacando a fragilidade na gestão territorial e no combate à ocupação irregular (MapBiomas, 2021; Mataveli et al., 2021).

O uso do fogo também é um problema crítico, utilizado como ferramenta para limpeza de terras e expansão agropecuária. Esse processo não apenas contribui para a degradação da vegetação remanescente, mas também aumenta os riscos de incêndios florestais descontrolados. Além disso, eventos climáticos extremos, como o El Niño, agravam a seca e criam condições propícias para queimadas de larga escala (Ferrante e Fearnside, 2022).

As consequências do desmatamento e do uso desordenado do solo são profundas. A perda de biodiversidade e as alterações no ciclo hidrológico comprometem a capacidade da região de regular o clima, afetando a produtividade agrícola e a segurança alimentar. Além disso, as populações locais enfrentam o aumento de conflitos fundiários e a degradação de seus meios de subsistência, exacerbando desigualdades sociais e econômicas.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental implementar políticas mais rigorosas de proteção ambiental e promover modelos de produção sustentáveis que garantam o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental.



4. Referências

AZEVEDO-RAMO, Claudia; MOUTINHO, Paulo. No man's land in the Brazilian Amazon: Could undesignated public forests slow Amazon deforestation? 2018. Elsevier BV; Volume: 73. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.01.005>

Barros, L., & Almeida, T. (2019). A dinâmica do desmatamento e a expansão da violência no sudeste do Pará: uma análise das políticas de controle e prevenção. *Revista de Estudos Sociais*, 21(42), 132-155. DOI: 10.22478/ufpb.2318-4620.2019v21n42.48033

Borges, R., Andrade, L., & Santos, D. (2019). Conflitos agrários e violência no campo: uma análise dos casos registrados em Rondônia, Amazônia brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(2), 219-238. DOI: 10.1590/1806-9479.2019.174677

BUENO, Samira et al. *Feminicídios em 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/244> . Acesso em 30 ago. 2024.

BUENO, Samira et al. *Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2023*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/231> . Acesso em 30 ago. 2024.

Cardoso, R., & Ferreira, J. (2019). Conflitos territoriais e violência em Ribeirão Cascalheira, Mato Grosso: uma análise dos casos registrados. *Revista Espaço e Geografia*, 22(1), 95-114. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.148822

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; LINS, Gabriel De Oliveira Accioly. *Mapa dos homicídios ocultos no Brasil entre 1996 e 2021*. Brasília, DF: Ipea, jun. 2024. 64 p. : il. (Texto para Discussão, n. 3015). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3015-port>

CHAGAS, Rodrigo Pereira. Narcogarimpo: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileira. URVIO. *Revista Latinoamericana De Estudios De Seguridad*, (38), 32-48, 2024. <https://doi.org/10.17141/urvio.38.2024.6144>

COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. *Conflitos no Campo Brasil*, v. 1, p. 104-111, 2022.

COSTA SILVA, R. G. Agrobandidagem e a expansão da fronteira na Amazônia Sul-Ocidental. In: *Boletim de Análise Político-Institucional / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. - n.1 (2011) (pp. 45-59) - Brasília: Ipea, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36art3>

COSTA, Claudionor M.; RIBEIRO, Daniel R. *Dinâmicas da Violência em Roraima: Uma Análise Preliminar*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11996/1/RI_Dinam_Violencia_RR_Pub_Preliminar.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

Costa, J. (2020). Crime organizado e violência na Amazônia Legal Brasileira. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 14(2), 111-128.

Costa, J., & Menezes, M. (2020). A relação entre desmatamento e a violência no campo: o caso de Buritis, Rondônia. *Revista de Estudos Socioambientais*, 12(1), 52-68. DOI: 10.24861/2447-5729.v12i1.324

COUTO, A. C. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira. *GeoTextos*, v. 15, n. 2, 20 dez. 2019.

FBSP. Cartografias da violência na Amazônia [relatório]. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/cartografias-das-violencias-na-regiao-amazonica. Acesso em 23 de jul. 2024.

FBSP. Cartografias das Violências na Região Amazônica. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

FBSP. Governança e capacidades institucionais de segurança pública na Amazônia. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022.

FBSP. Segurança Pública e crime organizado na Amazônia Legal. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FEARNSIDE, Philip M.; GRAÇA, Paulo Maurício Lima de Alencastro. Br-319: a rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia central. *Novos Cadernos NAEA* v. 12, n. 1, p. 19-50, jun. 2009, ISSN 1516-6481. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/241/427>. Acesso em 20 jul. 2024.

FEARNSIDE, Phillip. Amazônia: entre devastação, violência e fios de esperança. *ESPAÇO TEMÁTICO: AMAZÔNIA* • Cad. Saúde Pública 39 (12). <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT152723>. 2023.

Ferreira, A. (2019). Desmatamento e conflitos agrários na Amazônia Legal: um estudo de caso. *Revista de Estudos Sociais*, 21(42), 234-250.

GALLO, Maria; SILVA, Rogério M.; SANTOS, Paula M. Desigualdade Social e Violência na Amazônia: Estudo de Caso em Municípios Paraenses. *Revista de Ciências Sociais da Amazônia*, v. 16, n. 1, p. 45-67, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5769/576961001008/html/>. Acesso em: 11 nov. 2024.

INSTITUTO IGARAPÉ. Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal por satélite: dados de 2023. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

IPEA. Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

IPEA. Atlas da violência 2020. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

JACARANDÁ, Rodolfo. A cocaína na Amazônia: o tráfico de drogas e a redistribuição das redes criminais no sudoeste amazônico. In: BAPI/IPEA n. 36, pp. 81-90, 2024b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/4598-bapi36book-1.pdf>. Acesso em 31 jul. 2024b.

JACARANDÁ, Rodolfo. Crime e punição na Amazônia Ocidental – desconstruindo o mito da ausência do poder de Estado na Amazônia brasileira. In: GIAMBERNARDINO, André; DAL SANTO, Luiz Phelipe (orgs.). Mapeando o encarceramento no Brasil – 1. ed. – Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2024a.

JACARANDÁ, Rodolfo; FLORES, Lucas. N.; FEITOZA, Mateus. O encarceramento em massa e o aumento da violência nos estados da Amazônia Ocidental, 2005-2017: análise e perspectivas. Revista de Direito da Cidade vol. 11, nº 3. ISSN 2317-7721, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/article/view/44025>. Acesso em 31 jul. 2024.

JACARANDÁ, Rodolfo; MATZENBACHER, Priscila. Direitos humanos e o sistema de justiça nos conflitos de terra na Amazônia ocidental. Rev. Direito Práx., Mar 2018, vol.9, no.1, p.323-350.

Lima, R. & Cardia, N. (2019). Conflitos por terras e violência na Amazônia: um estudo exploratório das dinâmicas socioespaciais em Roraima. Espaço e Economia, 18, 1-24. DOI: 10.4000/espacoeconomia.12277

Machado, P., & Gomes, R. (2019). Expansão da fronteira agrícola, desmatamento e a intensificação da violência no município de Ariquemes, Rondônia. Revista Territorium, 26(2), 57-71. DOI: 10.14195/1647-7723_26-2_4

NASCIMENTO, Cláudia Pinheiro. O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. Revista de Geografia. Recife: UFPE - DCG/NAPA, v. 27, n. 2, mai/ago, 2010.

Oliveira, T. & Silva, F. (2021). Desigualdade, pobreza e violência urbana na Amazônia: um estudo de caso em Marabá, Pará. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 23(1), 199-216. DOI: 10.22296/2317-1529.2021v23n1p199

Santos, L., & Mendes, A. (2022). O papel das desigualdades socioespaciais na violência urbana em Marituba, Pará. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, 14(1), 125-144. DOI: 10.17127/got/2022.14.007

Santos, R., & Oliveira, V. (2021). Tráfico de drogas e armas na Amazônia: análise dos impactos na violência e segurança pública. Revista de Direito e Segurança, 9(1), 54-71.

Silva, M., Lima, E., & Soares, L. (2018). Fatores socioeconômicos e políticos relacionados à violência em capitais da Amazônia Legal Brasileira. Cadernos de Estudos Sociais, 33(1), 67-85.

Souza, M. & Rocha, C. (2018). Desmatamento e violência no campo: uma análise dos conflitos ambientais na Amazônia Legal. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 45, 131-154. DOI: 10.5380/dma.v45i0.54375

Souza, M. & Rocha, C. (2018). Desmatamento e violência no campo: uma análise dos conflitos ambientais na Amazônia Legal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 45, 131-154. DOI: 10.5380/dma.v45i0.54375

Tavares, F., & Souza, L. (2021). Conflitos e violência em Tailândia, Pará: a atuação de madeireiros ilegais e o papel das políticas públicas. *Revista de Direito e Políticas Públicas*, 6(1), 47-63. DOI: 10.36661/rdpp.2021v6i1.10833

UNODC (2019a). *Global Study on Homicide - Homicide trends, patterns and criminal justice response*. UNODC, 2019a.

UNODC (2019b). *Global Study on Homicide - Gender-Related Killings of Women and Girls - Booklet 5*. UNODC, 2019b.

UNODC (2023a). *Global Study on Homicide*. UNODC, 2023a.

UNODC (2023b). *Gender-Related Killings of Women and Girls (Femicide/Feminicide) - Global estimates of female intimate. partner/family-related homicides in 2022*. UNODC, 2023b.

UNODC (2024). *Data UNODC. Intentional Homicide Victims*. Disponível em: BARP, Wilson José. *Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira*. 1997. 327 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/8440>>. Acesso em: 20 jul. 2024. . Acesso em 10 de nov. de 2024.

WHO, "Violence against women: key facts", 29 November 2017. Available at www.who.int/news-room/factsheets/detail/violence-against-women